

# PREPARAR PARA A AUTONOMIA

GUIA PRÁTICO



ALDEIAS  
DE CRIANÇAS SOS

CELCIS



Cofinanciado pelo  
Programa Direitos,  
Igualdade e Cidadania da  
União Europeia





**PREPARAR PARA A AUTONOMIA**  
Guia Prático

# IMPRESSÃO

© SOS Children Villages Internacional e CELCIS, Centre for Excellence for Looked After Children na Universidade de Strathclyde, Escócia, 2017

Publicado na Áustria pela SOS Children's Villages International

Publicado pela primeira vez em dezembro 2017

Todos os direitos são reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada num sistema de recuperação ou transmitida, de qualquer forma, por qualquer meio, sem a prévia autorização por escrito da SOS Children's Villages International e do CELCIS, ou quando expressamente permitido por lei, ou em termos acordados com a apropriada organização e direitos. Informações em primeira instância relativas à reprodução fora do âmbito acima descrito devem ser enviadas para a SOS Children's Villages International, no endereço abaixo.

## SOS Children's Villages International

Hermann-Gmeiner-Str.51  
A-6020 Innsbruck  
Áustria  
Email: train4childrights@sos-kd.org

## Citações

As citações de transição dos cuidados para a autonomia incluídos no *Guia Prático* foram tomadas a partir dos cinco países parceiros envolvidos no projeto, salvo indicação em contrário.

## Design and layout

Bestias Design

## Foto de capa

Romana Glavurdić

## Autores

Nigel Cantwell, Chrissie Gale, Kenny McGhee, Kate Skinner

## Conselho Editorial

Maria Dantcheva, Chrissie Gale, Ronan Mangan, Gabriella Rask, Florence Treyvaud Nemptzov

## Tradução

### Departamento Nacional de Programas, Aldeias de Crianças SOS Portugal

Tradução e adaptação desenvolvida no âmbito do Projeto PORTA – Promover Oportunidades de Reintegração e Transição para a Autonomia, com o apoio BPI e Fundação "la Caixa".

## Revisão de:

Maria João Leote de Carvalho, Investigadora em Pós-Doutoramento (FCT-SFRH/BPD/116119/2016), CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

ISBN: 978-989-53095-0-4

© É proibida a reprodução total ou parcial ou divulgação, pública, comercial ou outra, sem a autorização prévia e expressa do editor.



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade da SOS Children's Villages International e não pode de forma alguma ser tido como a expressão das posições da União Europeia.

## AGRADECIMENTOS

A SOS Children's Villages International e o CELCIS – Centre for Excellence for Children's Care and Protection gostariam de agradecer a todas as pessoas que estiveram envolvidas neste projeto e na preparação e produção desta publicação.

**Principais autores:** Nigel Cantwell, Chrissie Gale, Kenny McGhee, Kate Skinner.

**Conselho Editorial:** Maria Dantcheva, Chrissie Gale, Ronan Mangan, Gabriella Rask, Florence Treyvaud Nemtsov.

### CONTRIBUTOS DE PARCEIROS

**CELCIS:** Irene Stevens e Ian Milligan.

**Croácia:** SOS Children's Villages Croatia (SOS Dječje Selo Hrvatska); Chamber of Social Workers; Ministry for demography, family, youth and social Policy; Children's Ombudsman Office; Suncana Kusturin, Toni Maglica, Master Trainers; Young Expert Group.

**Itália:** SOS Children's Villages Italy (SOS Villaggi dei Bambini Onlus); Ministry of Labor and Social Policies; Associazione Agevolando; UNICEF; Coordinamento Nazionale Comunità per Minori (CNCM); Coordinamento Nazionale Comunità di Accoglienza (CNCA); Istituto degli Innocenti; Autorità Garante per l'Infanzia e l'Adolescenza; Garante dell'Infanzia e dell'Adolescenza del Comune di Palermo; Garante infanzia e adolescenza Comune di Milano; Garante infanzia e adolescenza Regione Lombardia; Ufficio del Garante Regionale Diritti della Persona del Veneto; Consiglio Nazionale Ordine Assistenti Sociali (CNOAS); University Milano-Bicocca; Care Leavers Network of Agevolando; Marzia Saglietti and Lisa Cerantola, Master Trainers; Valerio Belotti, Project National Youth Expert; Adina, Diana Elena, Etienne Fabio, Jenny, Jhon, Elisa, Matteo, Michela, Raffaella, Young Expert Group.

**Letónia:** SOS Children's Villages Latvia (SOS Latvijas SOS-Bernu Ciematu Asociacij); Ministry of Welfare; The State Inspectorate for Protection of Children's Rights Ombudsman Office; Latvia Mentor; Guna Garokalna-Bihela, Valters Melderis, Master Trainers; Arturs Poksans, Youth Participation Expert and Trainer; Young Expert Group.

**Lituânia:** SOS Children's Villages Lithuania (SOS vaikų kaimų Lietuvoje draugija); Kazimieras Simonavičius University; Vilnius City Municipality Administration; Institution of the Ombudsperson for Children's Rights; VšĮ "Actio Catholica Patria"; Dalia Gaidamavičiūtė- Apulskė, Rimvydas Augutavicius, Rita Škriadaitė- Vrubliauskė, Master Trainers; Young Expert Group".

**Espanha:** D.G. de Familias e Infancia del Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad; Universidad Nacional a Distancia (UNED); D.G. de Juventud del Gobierno de Canarias; D.G. de Atención a la Infancia

y la Adolescencia de la Generalidad de Cataluña: Area de apoyo a jóvenes tutelados y extutelados; Instituto Insular de atención social y sociosanitaria; Ataretaco ONG (Islas Canarias); Federación Entidades con Proyectos y Pisos Asistidos; Formadoras: Andrea Madera, Irene Martín, Raquel López y Alba Martínez y Grupo de Jóvenes Expertos.

**Equipa de produção:** Mary Brezovich, SOS Children's Villages Language Services e Bestias Design. A SOS Children's Villages International gostaria de agradecer em especial à Direção-Geral da Justiça da Comissão Europeia, pelo apoio financeiro e contínua assistência para os desenvolvimentos do projeto e também à Eurochild Network pela sensibilização acerca do papel crucial das/as/os profissionais do cuidar na garantia de cuidados de qualidade.

## PREFÁCIO

O CELCIS - Centre for Excellence for Looked After Children na Universidade de Strathclyde, Escócia e a SOS Children's Villages International partilham o compromisso mútuo de garantir que crianças e jovens sem cuidados parentais, ou em risco de perdê-los, possam desfrutar dos seus direitos e receber o apoio, os cuidados e a atenção que merecem.

Estamos satisfeitas/os por termos trabalhado em conjunto para a produção do *Guia Prático – Preparar para a Autonomia* (Prepare for Leaving Care Practice Guidance), concretizado a partir dos princípios orientadores da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) e das Diretrizes das Nações Unidas (ONU) para os Cuidados Alternativos de Crianças. São quatro os princípios que sustentam este *Guia Prático*: i) construção de relações contínuas de cuidado e respeito, ii) promoção de níveis elevados de participação, iii) promoção e proteção de todos os direitos humanos de crianças e jovens, e iv) a necessidade de uma abordagem intersectorial.

Cuidar e defender os direitos de jovens em transição do sistema de promoção e proteção para a autonomia e vida independente é a nossa responsabilidade principal. A maioria das/os jovens deve superar uma série de etapas importantes no caminho para a vida adulta, tais como começar a viver de forma independente na sua própria habitação, participar em formações gratificantes para prosseguir estudos ou inserir-se no mercado de trabalho, permanecer saudável e desenvolver uma sensação positiva de bem-estar. Geralmente, esta fase de transição é uma altura de esperança e expectativa.

Há jovens que se tornam independentes e alcançam uma vida compensadora e bem-sucedida sem maiores dificuldades. No entanto, há situações, como as que ouvimos de crianças e jovens dos cinco países participantes neste projeto cofinanciado pela Comissão Europeia (Croácia, Itália, Letónia, Lituânia e Espanha), que partilharam o desejo de conhecer a próxima etapa das suas vidas e deram a conhecer os desafios que enfrentam, os sentimentos de solidão, de ansiedade e, às vezes, até o medo sobre o seu futuro. É de vital importância que as/os profissionais tenham acesso a estes depoimentos e atuem visando encontrar solução para os problemas identificados, como a falta de proteção na saúde ou a de apoio dos diferentes serviços de assistência; sobretudo, o facto de o apoio, além de insuficiente, às vezes ser sentido como indiferente. Muitas/os jovens sentem que não são ouvidas/os e que as suas necessidades e desejos não são totalmente atendidas pelas pessoas que são responsáveis por lhes dar apoio neste percurso.

Reconhecemos que estão a ser feitos esforços todos os dias, em todo o mundo, para melhorar o apoio na transição para a vida adulta. Estamos cientes da séria necessidade de melhorar continuamente os esforços para trabalharmos

em conjunto com maior eficácia, com o objetivo de garantir que as/os jovens recebem a melhor preparação possível e todo o suporte durante a transição para a autonomia e vida independente. O *Guia Prático - Preparar para a Autonomia* foi desenvolvido para informar e dar suporte a todas/os as/os profissionais que apoiam jovens na transição para a vida adulta e para a independência, defendendo-se que esta deve ser promovendo uma abordagem centrada nas/os próprias/os jovens. O *Guia Prático* é também relevante para quem tem influências nas decisões políticas e para todas pessoas que defendem mudanças na intervenção e no sistema de promoção e proteção. Esperamos que este *Guia Prático* contribua de forma significativa para o desenvolvimento de contextos promotores de mudanças, reais e duradouras, claramente necessárias para as/os jovens que deixam os cuidados alternativos e relativamente às quais têm direito absoluto.

Capacitar as crianças e jovens para que contribuam para mudanças positivas no sistema de cuidados alternativos tem sido essencial para este projeto. A sua participação contínua na nossa aprendizagem coletiva é fundamental para garantir as mudanças que todas/os desejamos que ocorra. Sentimos que não conseguimos agradecer o suficiente ao total de 68 jovens que saíram em autonomia e que participaram no estudo piloto nos 5 países participantes; jovens partilharam as suas experiências conosco e deram informações valiosas pelas quais estamos profundamente gratas/os. Gostaríamos também de agradecer a todas as 35 organizações regionais e locais participantes que ajudaram a enriquecer esta publicação.

O CELCIS e a SOS Children's Villages International advogam que as/os profissionais que trabalham com crianças e jovens em cuidados alternativos devem receber a formação e o apoio necessários para que possam cuidar da melhor maneira possível de forma a garantir a transição positiva de jovens para a vida independente. Indubitavelmente, os Estados e as autoridades regionais e locais precisam de fazer com que os seus sistemas e serviços invistam proactivamente no fortalecimento e na manutenção das competências, conhecimentos e capacidades de todas as pessoas profissionais e prestadoras de cuidados, num nível que lhes permita apoiar plenamente as/os jovens na construção do seu processo de autonomia.

Por fim, gostaríamos também de agradecer os esforços crescentes e consistentes da Direção-Geral da Justiça da Comissão Europeia ao insistir na concretização dos direitos das crianças e jovens, dando especial ênfase àqueles que estão agora a dar passos importantes em direção a um futuro bem-sucedido.



**Jennifer Davidson**  
Executive Director, CELCIS



**Norbert Meder**  
CEO, SOS Children's Villages  
International

## PREFÁCIO DO GRUPO INTERNACIONAL DE JOVENS PERITOS

“Eu sou o dono da minha vida e das opções que escolho. Sou livre para fazer o que amo e decidir como quero fazê-lo. Eu tenho competências para viver de forma independente e lidar com problemas emocionais. Quando me sinto fraco e vulnerável, eu sei: não há problema em sentir-me assim. Não tenho medo de procurar ajuda e posso confiar em relacionamentos baseados na confiança e na sinceridade com cuidadores, assistentes sociais e outras pessoas. Não tenho vergonha de ter vivido em cuidados alternativos. Sinto-me à vontade para lidar com a minha vida diária e sou capaz de sonhar. Terminei os meus estudos com sucesso e encontrei um emprego no qual me sinto realizado. Tenho a minha vida nas minhas mãos.”

Criámos esta visão durante as reuniões do Grupo Internacional de Jovens Peritos, em Granada, Espanha, em novembro de 2017. Todos a alcançaremos? Não sabemos. Na reunião de Granada, recolhemos em conjunto o que é necessário para estarmos mais perto dessa visão. Há muitos fatores que desempenharão um papel, alguns dependem de nós e outros das pessoas e instituições que cuidaram de nós e nos acompanharam no caminho para a vida adulta e a independência. Convidamos-vos a olhar para estes pontos e pensar sobre como o cuidado alternativo e as pessoas que trabalham nele podem contribuir para que isto aconteça.

### **Apoie-nos na nossa caminhada e torne-nos ainda mais fortes!**

Todos nós temos os nossos pontos fortes, mas para desenvolvê-los e tornarmo-nos ainda mais fortes, precisamos de apoio emocional, orientação escolar e profissional e apoio em áreas como a saúde ou outras questões sociais. Precisamos de alguém que esteja ao nosso lado durante as reviravoltas importantes da nossa vida: na mudança para os apartamentos de autonomização, na escolha de uma profissão, na procura de um apartamento. Também precisamos de alguém a quem recorrer quando temos de enfrentar outros desafios, como por exemplo, entrar para a universidade, trabalhar competências de culinária, organizar o tempo livre e saber gerir e controlar emoções, como a solidão e o desespero – mesmo quando temos mais de 18 anos.

Este apoio pode vir das/dos cuidadoras/es, professoras/es, assistentes sociais, família e amigas/os. Mas também pode surgir de outros recursos importantes para nós, como por exemplo colegas, psicólogas/os, psicoterapeutas, outras/os estudantes, ou até de animais de estimação, de hobbies, ou de bolsas de estudos para resolver problemas financeiros, para termos tempo para nós mesmos.

### **Vamos ficar em contacto!**

Um processo de transição bem-sucedido é baseado em boas relações com cuidadoras/es e assistentes sociais. Queremos que as/os profissionais considerem os nossos casos individualmente e nos ouçam. Os relacionamentos fortes ajudam-nos a desenvolver confiança para falar também sobre coisas difíceis. É vital que saibamos que existe alguém que se importa connosco, alguém que não nos julga e alguém que, mesmo quando damos passos errados, nos ajuda.

### **Tenham em conta a nossa opinião!**

Incluir as opiniões de jovens no processo de transição para a vida adulta é o mais importante. Às vezes, as outras pessoas pensam que sabem o que é bom para nós, mas nós queremos explicar o que funciona para nós.

Esperamos que o nosso contributo sirva para melhorar os cuidados alternativos. Porque queremos que a próxima geração de crianças e jovens em cuidados alternativos tenham as condições ideais para crescerem, para se desenvolverem e viverem uma vida feliz.

*Grupo Internacional de Jovens Peritos*



Deixar o sistema de acolhimento é uma fase importante tanto para as/os jovens como para as/os profissionais responsáveis pelos cuidados prestados no seu desenvolvimento. Deveria representar a eficácia do investimento dos serviços estatais e não estatais a par da competência das/dos profissionais para capacitar e permitir que as/os jovens façam uma transição para uma vida independente, com sucesso, tornando-se membros ativos das suas comunidades. No entanto, embora os dados disponíveis sobre as/os jovens que deixam o acolhimento sejam relativamente escassos em vários países, o que existe torna a leitura sistematicamente depressiva. Embora algumas e alguns jovens que deixam os cuidados alternativos tenham vidas bem-sucedidas e gratificantes, muitos lutam durante anos para o alcançar. Existem poucas/os jovens que permanecem no sistema de proteção depois dos 18 anos, sendo que a maioria sai com 16 ou 17 anos. Em suma, têm uma transição rápida e acelerada para a vida adulta, o que contribui diretamente para uma maior vulnerabilidade e marginalização no sistema educativo, no mercado de trabalho bem como noutras esferas da vida em sociedade.

**As Diretrizes das Nações Unidas para os Cuidados Alternativos às Crianças** fornecem uma estrutura valiosa para o desenvolvimento de serviços de cuidados de qualidade. As Diretrizes apresentam recomendações claras para os Estados aplicarem um conjunto de políticas e serviços para crianças e jovens que deixam o acolhimento, e, em especial, quando atingem a maioridade. As Diretrizes apelam ao apoio das/os jovens em construção da sua autonomia, de forma a permitir que ‘assumam a sua independência e se integrem plenamente na comunidade, principalmente durante a preparação para a transição com a aquisição de competências sociais e de vida’<sup>1</sup>.

A criação de um sistema de promoção e proteção à infância que inclua o acompanhamento na transição do acolhimento para a autonomia, que promova, respeite e defenda os seus direitos, requer o investimento contínuo em legislação, planeamento estratégico, estruturas e formação daquelas e daqueles que são responsáveis pela sua implementação: as/os profissionais e prestadoras/es de cuidados. Apoiar os direitos das crianças e jovens acolhidas em sistemas de promoção e proteção é uma prioridade para a ONU, a União Europeia (UE) e o Conselho da Europa (CE). Esta inclui um apelo aos países no sentido de desenvolverem uma força de trabalho intersectorial, capaz de implementar uma abordagem baseada nos direitos. A Divisão de Direitos da Criança do **Conselho da Europa** tem demonstrado um compromisso contínuo com este tópico. Primeiro, através da **Recomendação sobre os direitos das crianças que vivem em acolhimento residencial, de 2005**<sup>2</sup>; posteriormente, com a **Recomendação sobre os direitos da criança e serviços sociais direcionados para crianças e famílias, de 2011**<sup>3</sup>. Especificamente, a formação de profissionais que trabalham com crianças em cuidados alternativos é sublinhada como uma prioridade fundamental na atual **Estratégia para os Direitos da Criança (2016-2021)**.

**Preparar para a Autonomia – Um Sistema de Proteção à Criança que funciona para profissionais e jovens** é um projeto de dois anos, cofinanciado pela Direção-Geral da Justiça da Comissão Europeia, liderado pela SOS Children’s Villages International e pelo CELCIS. O objetivo geral é promover uma cultura baseada nos direitos da criança entre profissionais de cuidados de forma a melhorar os resultados

nas crianças e jovens, especialmente na preparação para a transição para a vida independente e saída dos cuidados alternativos. O projeto está a ser implementado em cinco países da UE, envolvendo 35 parceiros nacionais, incluindo departamentos governamentais, autoridades públicas, Provedores (da criança/da infância), organizações focadas em crianças e jovens e mais de 50 jovens.

Este *Guia Prático* foi desenvolvido com o objetivo de responder a objetivos internacionais, contribuindo para o conhecimento e competências das/dos profissionais, prestadoras/es de cuidados e outras partes interessadas, responsáveis pelo apoio a crianças e jovens que transitam para a autonomia e vida independente.

# ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO AO GUIA PRÁTICO</b>	<b>16</b>
1. Porque é que este <i>Guia Prático</i> é necessário?	16
2. Qual o objetivo deste <i>Guia Prático</i> ?	18
3. Para quem é este <i>Guia Prático</i> ?	19
4. Quais são os principais tópicos deste <i>Guia Prático</i> ?	20
5. Como usar o <i>Guia Prático</i> ?	21
<b>2. DEFINIÇÕES</b>	<b>24</b>
<b>3. VOZES DAS/DOS JOVENS: TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA NA CROÁCIA, ITÁLIA, LETÓNIA, LITUÂNIA E ESPANHA</b>	<b>28</b>
<b>4. PRINCÍPIOS ORIENTADORES</b>	<b>34</b>
<b>PRINCÍPIO I:</b> Construir relações de cuidado e respeito	35
<b>PRINCÍPIO II:</b> Visar elevados níveis de participação	36
<b>PRINCÍPIO III:</b> Promover e proteger todos os direitos humanos de crianças e jovens	38
<b>PRINCÍPIO IV:</b> A necessidade de uma abordagem intersectorial (multidisciplinar)	39
<b>5. APOIAR JOVENS NA AUTONOMIA: QUEM DEVE ESTAR ENVOLVIDO?</b>	<b>42</b>
<b>6. AUTONOMIZAÇÃO COMO UM PROCESSO CONTÍNUO</b>	<b>46</b>
1. Um cuidado contínuo	46
2. Partilhar responsabilidades durante o processo	48
<b>7. COMPREENDER AS NECESSIDADES DAS/DOS JOVENS EM TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA</b>	<b>52</b>
Reconhecer os desafios das/dos jovens em processo de transição para a autonomia	52
a) Compreender as dinâmicas emocionais do processo de autonomia	55
b) Promover estabilidade durante a mudança	56
c) Valorizar a intervenção baseada na relação	57
d) Construir resiliência	58
e) Ir ao encontro das necessidades complexas das/dos jovens	61
f) Utilizar uma abordagem flexível	64

## **8. PLANOS DE INTERVENÇÃO 68**

1. Introdução ao Plano de Intervenção Individual 69
2. O processo para desenvolver o Plano de Intervenção Individual  
Quando deve ter início o Plano de Intervenção Individual?  
O que está envolvido no processo do Plano de Intervenção Individual? 71
3. Trabalho intersetorial: A importância da colaboração entre profissionais e organizações visando a implementação dos Planos de Intervenção Individual 73

## **9. DESENVOLVER UM PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL: TAREFAS PARA AS/OS CUIDADORAS/ES DE REFERÊNCIA 76**

1. Estabelecer relação e conhecer melhor cada jovem em processo de autonomia 77
2. Reunir informação 81
3. Criar uma imagem clara das necessidades, objetivos e aspirações de cada jovem no presente e no futuro 82
4. Identificar fontes de apoio para responder às necessidades, expectativas e aspirações de cada jovem 85
5. Mentoria entre pares 87

## **10. DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DIRETA E SIGNIFICATIVA DE CADA JOVEM NA DETERMINAÇÃO DO SEU FUTURO 94**

Indicadores de boas práticas para a participação 96

## **11. O CONTEÚDO DO PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL 98**

1. Rever a importância do Plano de Intervenção Individual 98
2. Termas chave no Plano de Intervenção Individual 102
  - A. Saúde e bem-estar 103
  - B. Desenvolvimento pessoal 105
  - C. Família e amizades 106
  - D. Educação e emprego 108
  - E. Habitação 109
  - F. Competências práticas 110
  - G. Dinheiro 111
  - H. Direitos e legislação 112
  - I. Rever o Plano de Intervenção Individual com regularidade 113

## **12. SAÍDA DO ACOLHIMENTO E TRANSIÇÃO PARA A VIDA INDEPENDENTE** **116**

1. Avançando para a independência 117
2. Relações contínuas 117
3. Acesso contínuo a serviços e apoio pós-acolhimento 119

## **13. ADVOCACY E PROMOÇÃO DA MUDANÇA** **122**

1. Advocacy para fortalecimento e mudança de leis e políticas 123
2. Recolha de dados 123
3. Compromisso de prestação de serviços e recursos 124
4. Construir competência das/dos profissionais 125
5. Supervisão e avaliação sistemáticas 125
6. Promoção de ações positivas 126
7. Defesa e promoção de mudanças positivas 126

## **ANEXOS** **128**

- Anexo 1: Um resumo das Diretrizes das Nações Unidas para os Cuidados Alternativos das Crianças 128
- Anexo 2: Convenção de Direitos da Criança das Nações Unidas versão adaptada para jovens 131
- Anexo 3: Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 132
- Anexo 4: Modelos de participação 134
- I. A escada da participação, de Hart 134
  - II. Os caminhos para a participação, de Shier 137
  - III. Modelo de participação, de Lundy 138





SECÇÃO

1

# INTRODUÇÃO AO *GUIA PRÁTICO*

# INTRODUÇÃO AO *GUIA PRÁTICO*

## 1. PORQUE É QUE ESTE *GUIA PRÁTICO* É NECESSÁRIO?

- Quando as/os jovens em cuidados alternativos atingem uma certa idade, o Estado deixa de ter responsabilidade legal, ou seja, deixa de garantir o acolhimento residencial e as/os jovens precisam de transitar para a autonomia e sair do acolhimento. Esta idade pode variar de país para país. Na prática, deixar o acolhimento residencial é um momento crucial nas vidas das/dos jovens, que envolve um processo de transição da dependência, num ambiente de cuidado e com apoio profissional, para a autossuficiência e independência.

**Todas/os as/os jovens precisam de apoio contínuo para fazerem uma transição suave para a vida adulta. Quaisquer pai/mãe/cuidadoras/es com boas qualidades continuam a oferecer amor e apoio às suas filhas e filhos para além dos 18 anos, dando-lhes a maior vantagem na vida que possam ter. Nós não deveríamos exigir menos para as/os jovens em acolhimento. (Mendes, 2009)**

Na literatura, há muita evidência sobre a necessidade de apoio nesta etapa da vida. No entanto, o que se verifica é que a saída do acolhimento e preparação para a vida adulta têm sido negligenciadas ou pouco priorizadas, resultando em más experiências sociais e de desenvolvimento<sup>4</sup>.

Um estudo recente realizado pela SOS Children's Villages International, em doze países da Europa Central, revelou como a preparação para a saída do acolhimento é frequentemente comprometida por 'lacunas debilitantes'<sup>5</sup>. Este estudo destacou fragilidades existentes, como planeamento e apoio inadequados antes da saída, dificuldades desproporcionais no acesso a habitação, educação e emprego, insuficiência de subsídios financeiros, e suporte social e emocional insuficiente no período de acompanhamento.



Cada jovem em transição para a autonomia é única/o cada um/a tem uma trajetória de vida particular e diferentes opções, oportunidades e escolhas. Algumas e alguns podem sair-se muito bem na vida. Contudo, grande parte daquelas/es que deixam o acolhimento têm sérias dificuldades de integração na sociedade. Pesquisas internacionais confirmam que as/os jovens que saem de sistemas de promoção e proteção são dos grupos sociais mais vulneráveis e desfavorecidos em comparação com os seus pares.

### **Jovens que abandonam os cuidados alternativos têm maior probabilidade de experimentar:**

- Mais desemprego
- Menores qualificações educacionais e menor acesso à educação ou à progressão nos estudos
- Pobreza financeira e material
- Falta de habitação
- Taxas mais elevadas de morte precoce
- Maior propensão para problemas de saúde mental e falta de bem-estar físico
- Taxas mais altas de gravidez na adolescência
- Maior probabilidade de exposição ou envolvimento em atividades criminosas

As/os jovens que saem do acolhimento também podem sofrer estigmatização e discriminação, além de experimentarem períodos extraordinariamente frequentes e graves de instabilidade, medo e solidão. Muitas dessas diferenças parecem persistir no tempo, independentemente da duração do período após a saída do acolhimento, e as desvantagens podem até durar a vida toda.

Um estudo piloto realizado nos cinco países participantes deste projeto – Croácia, Itália, Letónia, Lituânia e Espanha – destacou desafios e lacunas significativas no processo de transição para a autonomia. Estas evidências são particularmente importantes para constarem neste *Guia Prático*, com mais detalhes à frente.

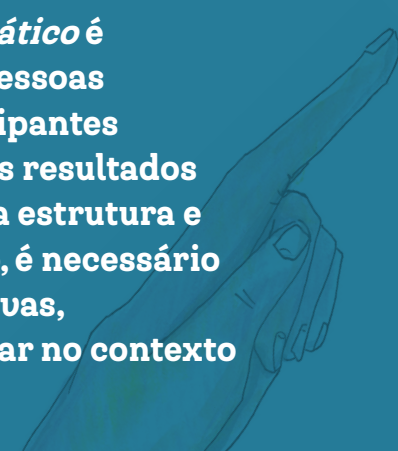
Todas as pessoas envolvidas no processo de saída do acolhimento devem trabalhar juntas de forma a garantir que cada jovem recebe um apoio de elevada qualidade, que melhor se adapte às necessidades, desejos e circunstâncias individuais. Neste sentido, **este Guia Prático abrange as áreas de apoio e orientação que devem ser incluídas em todo o processo: preparação para a saída do acolhimento, o processo de transição para a vida independente, e o período após essa mudança, na adaptação à vida independente.**

## 2. QUAL O OBJETIVO DESTA *GUIA PRÁTICO*?

- Este *Guia Prático* procura promover melhores práticas e mais eficazes
- visando alcançar um impacto positivo para as/os jovens durante e após
- o processo de saída do acolhimento. Baseia-se, em primeiro lugar e
- principalmente, nas realidades dos contextos nacionais e locais em que
- atualmente se trabalha com jovens em transição para a autonomia.

É importante assumir que a abordagem pressupõe que não haverá mudanças imediatas na legislação, política, regulamentação e nos recursos humanos e materiais realmente disponíveis. Isto porque é necessário um tempo considerável, por mais necessárias e urgentes que possam ser as mudanças, para garantir reajustes positivos em qualquer uma ou em todas as áreas.

**Assim, o primeiro objetivo deste *Guia Prático* é estimular a reflexão sobre o que várias pessoas profissionais, cuidadoras e outras participantes envolvidas podem fazer para melhorar os resultados do acolhimento de jovens inseridas/os na estrutura e sistema legal do respetivo país. Para isso, é necessário identificar e analisar as iniciativas positivas, individuais e colaborativas, a implementar no contexto atual.**



Ao mesmo tempo, o *Guia Prático* fornece uma série de materiais que podem ser usados nessas iniciativas procurando, assim, suscitar mudanças desejáveis no sistema atual. Destaca a necessidade de que todas as pessoas envolvidas, incluindo as/os jovens em acolhimento ou com experiência de acolhimento, sejam ouvidas/os e trabalhem em conjunto. A advocacia efetiva que resulta de tal ação é um fator fundamental para garantir as mudanças essenciais necessárias para melhorar os resultados na construção da autonomia das/dos jovens.

### 3. PARA QUEM É ESTE *GUIA PRÁTICO*?

- Este *Guia Prático* foi desenvolvido para informar e dotar as/os profissionais que apoiam e orientam jovens que se encontram em transição do acolhimento para a vida adulta e independente. Referimo-nos, principalmente, a profissionais que trabalham diariamente com jovens em processo de autonomia, especialmente educadoras/es, técnicas/os e cuidadoras/es de referência. No entanto, inclui também todas as pessoas que estejam em profissões nas áreas da saúde, educação, habitação, serviços de emprego, direito e serviços jurídicos, entre outras. Este *Guia Prático* é relevante para pessoas que têm influência nas decisões políticas e para todas as pessoas que participam da tomada de decisão em diferentes áreas, assim como para aquelas que advogam a mudança da situação atual.

Da mesma forma que 'é necessária uma cidade inteira para criar um/a filho/a', nenhuma resposta social pode esperar cobrir todas as necessidades que um/a jovem possa ter ou providenciar todos os apoios indispensáveis. Por este motivo, é essencial ter uma visão holística e mais ampla das necessidades dos jovens e dos serviços básicos que proporcionem a melhor e mais eficaz resposta. É importante que as organizações e todas entidades envolvidas planeiem e trabalhem de forma colaborativa para assegurar o acesso de cada jovem a apoios e serviços relevantes. Para isso, cuidadoras/es, assistentes sociais e demais profissionais devem ter um entendimento partilhado sobre o grau de complexidade das necessidades, conhecer as preocupações e, claro está, as potencialidades de cada jovem. É, pois, crucial que cada pessoa saiba exatamente o papel que desempenha no apoio a cada jovem.

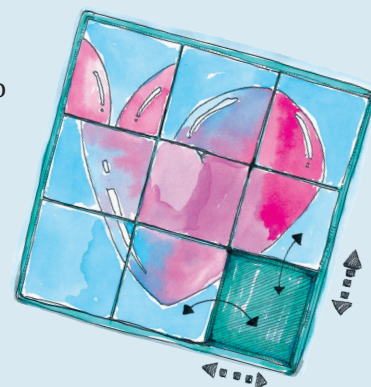
Além disto, este *Guia Prático* procura constituir-se como um instrumento útil para informar e aconselhar pessoas que têm influência nas decisões políticas e legisladoras quanto às necessidades de crianças e jovens acolhidas em todas as etapas do seu processo de autonomização.

## 4. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS TÓPICOS DESTA GUIA PRÁTICA?

- Este *Guia Prático* começa por analisar a experiência de acolhimento de jovens nos cinco países participantes do projeto. Em seguida, descreve detalhadamente os princípios orientadores fundamentais que devem sustentar todos os aspetos da preparação para a saída do acolhimento, a transição e a independência. Posteriormente, leva-nos a uma viagem sobre como podemos melhor viabilizar, apoiar e orientar as/os jovens nestes passos importantes das suas vidas através do Plano de Intervenção Individual (PII). Por fim, encerra com uma secção focada na defesa de mudanças que garantam resultados positivos para cada jovem em transição para a autonomia.

### PARA ESTE FIM, O GUIA PRÁTICO ESTÁ DIVIDIDO EM 13 SECÇÕES:

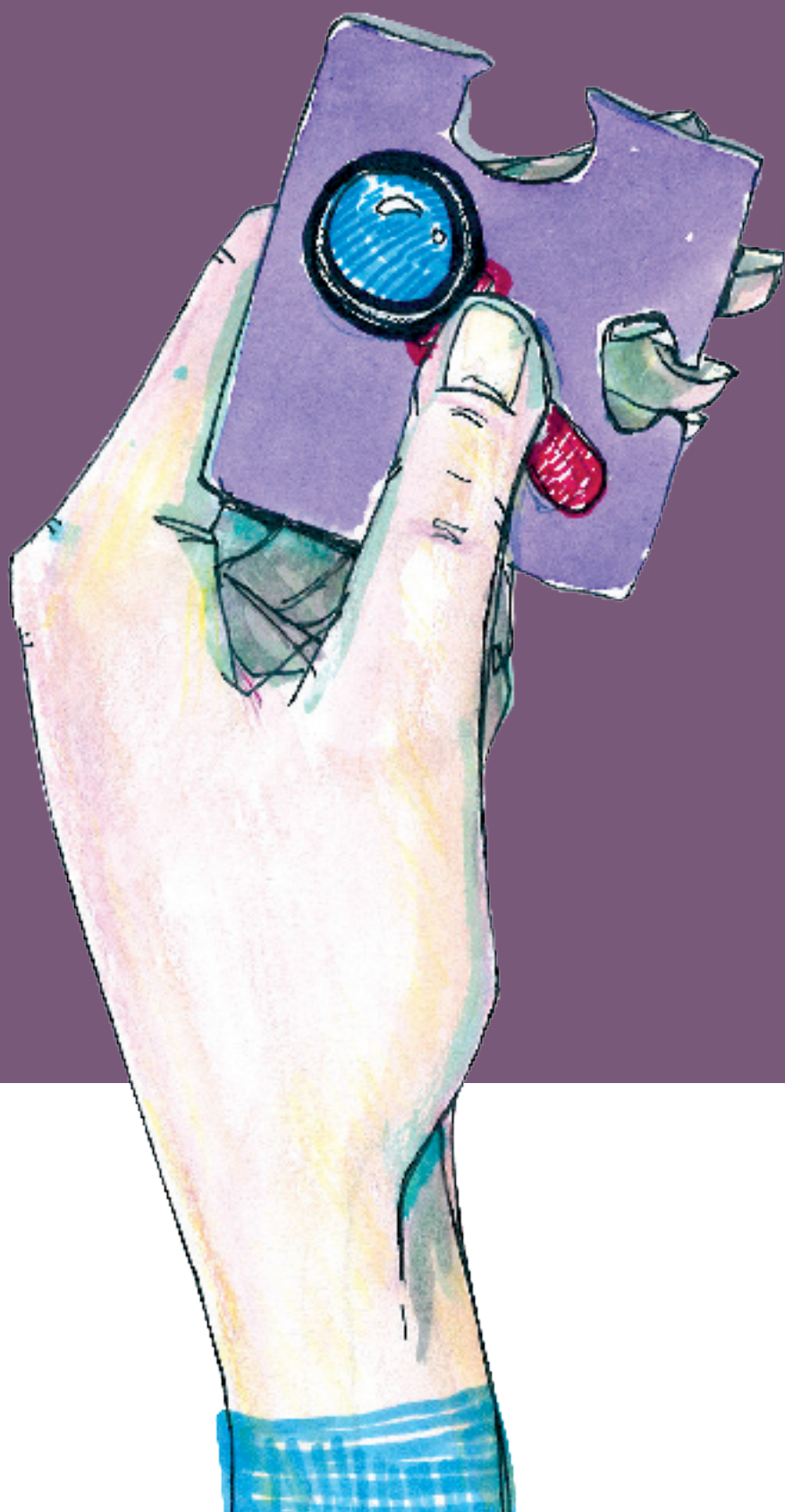
- Secção 1:** Introdução ao *Guia Prático*
- Secção 2:** Definições
- Secção 3:** Vozes das/dos jovens: experiência da transição para a autonomia na Croácia, Itália, Letónia, Lituânia e Espanha
- Secção 4:** Princípios orientadores
- Secção 5:** Apoiar jovens na autonomia: quem deve estar envolvido?
- Secção 6:** Autonomização como um processo contínuo
- Secção 7:** Compreender as necessidades das/dos jovens em transição para a autonomia
- Secção 8:** Planos de Intervenção Individual e processo de planeamento
- Secção 9:** Desenvolver um Plano de Intervenção Individual: tarefas para as pessoas cuidadoras de referência
- Secção 10:** Desenvolvimento de um Plano de Intervenção Individual: a importância da participação direta e significativa de cada jovem na determinação do seu futuro
- Secção 11:** O conteúdo de um Plano de Intervenção Individual
- Secção 12:** O período pós-acolhimento e independência
- Secção 13:** Advocacy e promoção da mudança



## 5. COMO USAR O *GUIA PRÁTICO*?

- Este *Guia Prático* foi desenvolvido para ir ao encontro
- de duas funções claras:
  1. **Servir como suporte e constituir-se como documento de referência** para profissionais que trabalham com jovens em processo de transição para a autonomia e vida independente. Possui um design simples e estruturado de forma a cobrir a maioria dos aspetos do processo de autonomia, permitindo o acesso rápido a pontos específicos para atualização de conhecimentos em assuntos chave. Serve também como ponto de partida para uma conversa com cuidadoras/es e profissionais de outras organizações e entidades, pois permite conhecer as áreas a incluir para que a transição para a autonomia seja realizada de forma bem-sucedida.
  2. **Fazer parte de um programa mais amplo de aquisição e desenvolvimento de competências** para quem cuida e trabalha com jovens em processo de construção de autonomia. Além disso, estes profissionais receberão um curso de desenvolvimento de competências que complementa o *Guia Prático* e permite que o seu conteúdo seja direcionado para cada país. **O *Guia Prático* deve ser acompanhado pelo curso desenvolvido especificamente para este projeto.** Este curso é administrado por pessoas formadas especializadas, familiarizadas com o *Guia Prático* e com os seus objetivos. O curso faz referência ao material envolvido e são oferecidas oportunidades de desenvolvimento de ferramentas adicionais apropriadas às situações nacionais.





SECÇÃO

2

DEFINIÇÃO

## DEFINIÇÕES

- **A terminologia relacionada com os cuidados**
- **alternativos pode variar bastante de país para país. A**
- **seguir estão os significados dos termos usados neste**
- ***Guia Prático*, sem que esses termos ou significados**
- **tenham de ser universalmente adotado.**

**Pós-acolhimento (*after-care*):** período após a saída de um/a jovem de um ambiente formal de cuidados alternativos e durante o qual tem o direito a receber ou a ser elegível para receber orientação e apoio.

**Care leaver:** criança/jovem que cessou o acolhimento em cuidados alternativos.

**Cuidador/a / Profissional de cuidados alternativos (*caregiver/care professionals*):** cuidador/a formada/o profissionalmente que cuida e intervém com crianças e jovens em determinado programa de intervenção. Profissionais de cuidados alternativos incluem todas as pessoas que colaboram na área de jovens, acolhimento residencial, acolhimento familiar e programa de fortalecimento familiar.

**Criança (*child*):** todo o ser humano com menos de 18 anos, a menos que, nos termos da lei aplicável à criança, a maioria seja atingida mais cedo (Artigo 1 da CDC – Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança).

**Cuidados alternativos (*alternative care*):** todos os cuidados prestados num contexto familiar, por ordem de um órgão administrativo ou autoridade judicial competente, e todos os cuidados prestados num contexto residencial, inclusive em instalações privadas, em resultado da aplicação de medidas administrativas ou judiciais (Diretrizes das ONU para os Cuidados Alternativos de Crianças, 2009).

**Vida adulta/independente (*independent living*):** quando um/a jovem não reside formalmente em cuidados alternativos passando à vida adulta.



**Cuidador/a / Educador/a de referência (*key worker*):** a pessoa que constitui a referência privilegiada do ponto de vista relacional, idealmente um/a trabalhador/a social, durante e após o acolhimento da/do jovem. O seu papel é determinante para garantir a cada jovem a transição bem-sucedida do sistema de acolhimento para a vida independente. Esta terminologia pode variar de país para país.

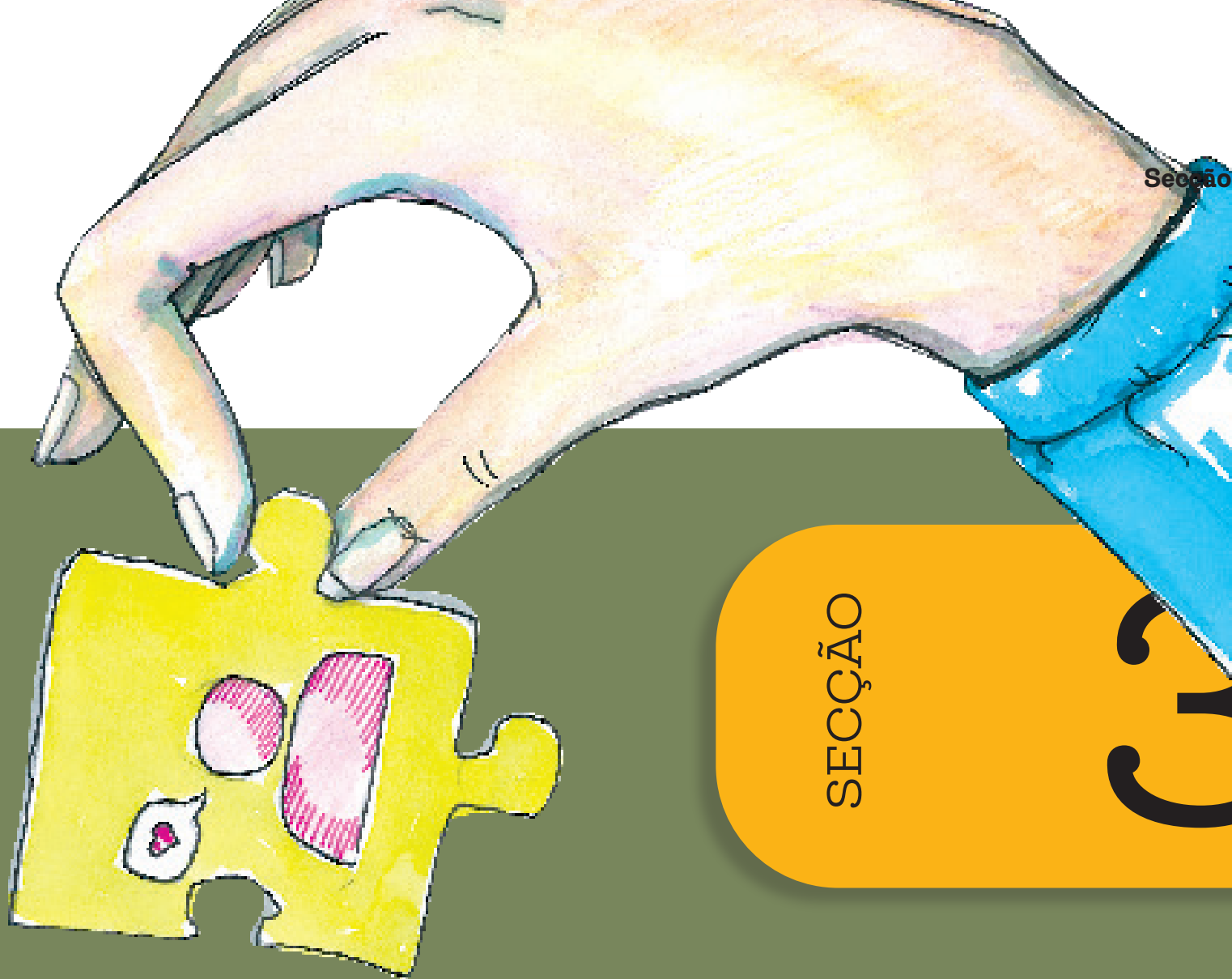
**Autonomia/*Leaving care*:** ocorre quando a medida de promoção e proteção aplicada a um/a jovem que vive em cuidados alternativos termina, independentemente da idade. Tem implícito o processo de construção de autonomia e preparação para a saída do acolhimento, o processo de transição para a vida independente, e o período após essa mudança.

**Transição (*transition*):** período ou processo de mudança que ocorre à medida que jovens deixam o acolhimento residencial e se tornam pessoas adultas independentes.

**Jovem/jovens (*young person/young people*):** as Nações Unidas definem como jovens as/os que têm entre 10 e 24 anos. O conceito integra adolescentes (10 a 19 anos) e jovens (até 24 anos). (Guia do Programa da UNICEF para a Segunda Década: Programa com e para Adolescentes)



Secção



SECÇÃO

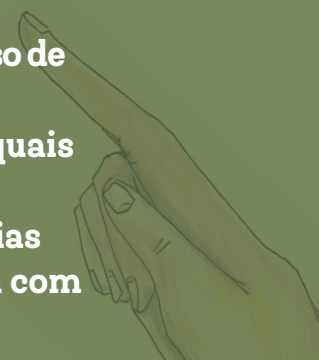
# VOZES DAS/DO JOVENS

TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA NA CROÁCIA,  
ITÁLIA, LETÓNIA, LITUÂNIA E ESPANHA

## VOZES DAS/DOS JOVENS: TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA NA CROÁCIA, ITÁLIA, LETÓNIA, LITUÂNIA E ESPANHA

- **Parte significativa deste *Guia Prático* é baseada no estudo piloto realizado nos cinco países participantes do projeto: Croácia, Itália, Letónia, Lituânia e Espanha.**

O estudo incluiu 68 entrevistas entre pares, conduzidas por e com jovens em autonomia. Durante o estudo, Grupos Nacionais de Jovens Peritos de cada país foram consultados de forma a responderem a três questões fundamentais em cada entrevista.

- **Quais os aspetos que te ajudaram durante o processo de construção de autonomia?**
  - **Quais os aspetos que deveriam ser mantidos e quais os que deveriam ser modificados?**
  - **Que competências, conhecimentos e experiências deveriam ter as/os profissionais que trabalham com as/os jovens em autonomia?**
- 

O estudo incluiu também um mapeamento do sistema nacional de transição para a autonomia e um questionário, realizados por membros do Nacional Steering Group, composto por profissionais e stakeholders de cada país. O questionário foi elaborado para proporcionar um maior entendimento sobre os principais desafios que as/os jovens enfrentam quando estão em processo de transição para a autonomia bem como para sustentar a elaboração de recomendações para a mudança nas práticas no sistema.

Os resultados sugerem que as/os jovens em autonomia experimentam um conjunto de emoções ao deixar o acolhimento: um misto de felicidade e de expectativas de liberdade e independência, a par de sentimentos de solidão, ansiedade e, às vezes, medo. As/os jovens têm preocupações relacionadas com a sua proteção, a falta de apoio ou a forma insatisfatória como é oferecido, a dificuldade de acesso aos serviços, e a participação insuficiente na tomada de decisões. O sentimento geral é que as/os profissionais não vão ao encontro das suas necessidades e desejos ao longo do processo individual de transição para a autonomia.

## DO ESTUDO-PILOTO



Os resultados do estudo piloto mostram a necessidade de melhorar todos os aspectos do processo de autonomia e o apoio que crianças e jovens recebem durante o acolhimento, a transição e após a autonomia.

A tabela 1 apresenta um resumo das principais conclusões do estudo piloto.

**Tabela 1. Principais resultados do estudo piloto na Croácia, Itália, Letónia, Lituânia e Espanha**

QUESTÕES	OBSERVAÇÕES
Cuidados	As/os jovens em processo de transição para a autonomia mencionaram que a confiança, o respeito e os sentimentos genuínos de preocupação são os aspetos mais importantes do relacionamento com as/os profissionais. Reconhecem também que é essencial ter uma boa relação com as/os cuidadoras/es de referência. Identificaram a importância de serem cuidadosamente apoiados. Finalmente, gostariam de salientar a importância de terem um vínculo emocional com as/os profissionais e de participar na tomada de decisões que terão impacto no seu próprio futuro.
Participação	As/os jovens em processo de transição para a autonomia enfatizaram a importância de participar ativamente no processo de tomada de decisão que afeta diretamente as suas vidas. Querem ter a oportunidade de expressar as suas opiniões, influenciar decisões e definir o caminho que pretendem para que haja mudanças na sua vida. Não querem que se fale sobre si próprias/os – querem alguém que ouça o que têm para dizer e consigo construam conversas realmente genuínas.
Individa- lidade	As/os jovens em processo de transição para a autonomia querem ver reconhecida a sua identidade pessoal e individualidade, as diferentes necessidades, circunstâncias e desejos. As/os jovens querem apoio ajustado às suas próprias necessidades e aspirações individuais.

<b>Idade da autonomia</b>	<p>Os resultados do estudo piloto enfatizam que a idade não deve ser o único fator a considerar na transição para a autonomia e é necessário ter em conta outros fatores, como a maturidade, as competências, as circunstâncias e os interesses. Significa que a idade jurídica de saída do acolhimento nos diferentes países nem sempre é consistente com as necessidades individuais, as circunstâncias e os interesses das/dos jovens em vias de deixar o acolhimento residencial.</p>
<b>Preparação e apoio para o processo de transição e autonomia</b>	<p>Algumas e alguns jovens em processo de transição para a autonomia recomendam que o processo de preparação seja iniciado assim que a criança entra no acolhimento, enquanto outras/os sugerem que este se inicie pelo menos um ou dois anos antes da idade em que deixarão o acolhimento. As/os jovens consideram que o tempo durante o qual têm apoio efetivo após a autonomia deve depender das suas circunstâncias individuais. Isto implica que o apoio possa ser disponibilizado durante mais tempo do que o que é atualmente praticado.</p>
<b>Período de transição</b>	<p>Em alguns países participantes no estudo, foi dada às/ aos jovens que saíram do acolhimento a oportunidade de viver em casas de transição (ex.: casas de pré-autonomia, apartamentos de autonomização). A maioria das/dos jovens mencionou que essa possibilidade lhes permitiu tornarem-se gradualmente independentes e ser uma melhor preparação. No entanto, outras/os sentem que as regras e os horários das casas de transição não se adequam à transição para a autonomia.</p>
<b>Uniformização no processo de autonomia</b>	<p>Os resultados mostram que o processo de transição para a autonomia não é único, variando dentro de cada país e entre os diferentes países. O que significa que as/os jovens que saem do acolhimento não recebem apoio igual ou não têm o mesmo acesso aos direitos e oportunidades.</p>
<b>Vida independente</b>	<p>As/os jovens em processo de transição para a autonomia referem que é muito importante ter a oportunidade de experimentar adquirir o tipo de competências práticas necessárias à vida independente. Por exemplo, querem aprender a cozinhar e a limpar, a gerir as suas finanças e a cuidar da sua saúde. Gostariam de receber aconselhamento sobre os seus direitos, sobre a procura de um local para viver, bem como sobre oportunidades educacionais e sobre como procurar emprego.</p>

<b>Manter relação</b>	A importância de manter relações com as suas famílias durante o acolhimento é destacada. Alguns e algumas jovens e profissionais enfatizam a necessidade da participação da família no processo de saída do acolhimento. Da mesma forma, as/os jovens que saem do acolhimento querem manter contacto com as suas cuidadoras e cuidadores (ex.: familiares ou residenciais), e manter o contacto com as/os amigas/os que tinham enquanto estavam em cuidados alternativos.
<b>Abordagem intersectorial</b>	As/os jovens em processo de transição para a autonomia precisam de ter acesso a uma vasta gama de apoio e serviços básicos que possam ser prestados por uma rede intersectorial de profissionais. Observou-se a necessidade de melhorar o trabalho intersectorial entre serviços de saúde, educação, habitação e emprego, profissionais de Direito e dos serviços jurídicos e outras/os profissionais relevantes.
<b>Ambiente propício</b>	Profissionais, cuidadoras/es e outros precisam de um ambiente propício que lhes permita assumir as suas responsabilidades. Nesse sentido, está identificada esta necessidade de melhorar a legislação, das políticas, dos regulamentos, dos padrões de qualidade e das diretrizes para a contemplar. Além disso, é necessário definir um melhor um processo de recolha e análise de dados para se desenhar um planeamento mais preciso e eficaz.
<b>Capacitação</b>	Os resultados do estudo identificaram a necessidade de um maior investimento nas competências, conhecimentos e capacidades de todas/os as/os profissionais e cuidadoras/es com a responsabilidade de apoiar jovens em processo de transição para a autonomia.
<b>Promoção de mudanças positivas</b>	Foram referidas preocupações relacionadas com o estigma e a discriminação contra crianças e jovens em acolhimento e em transição para a autonomia a par da necessidade de iniciativas de advocacia em torno destas questões.

Os resultados do estudo piloto foram fundamentais para o desenvolvimento deste *Guia Prático*, projetado para melhorar a experiência das/dos jovens em processo de transição para a autonomia de todos os países participantes.

Durante o estudo, as/os jovens em processo de transição para a autonomia falaram sobre as suas ideias e experiências, que podem ser encontradas neste *Guia*, em **balões de fala**. Comentários adicionais ao estudo podem ser encontrados em todo o documento nas **caixas de texto roxas**.







SECÇÃO

4

# PRINCÍPIO ORIENTADORE

## PRINCÍPIOS ORIENTADORES

- **Este *Guia Prático* foi desenvolvido seguindo um raciocínio e uma abordagem baseados em quatro princípios orientadores. Por sua vez, cada princípio é estruturado em torno de uma estratégia baseada nas crianças e jovens, que os reconhece em transição para a autonomia, como pessoas diversas e autónomas, detentoras de direitos.**

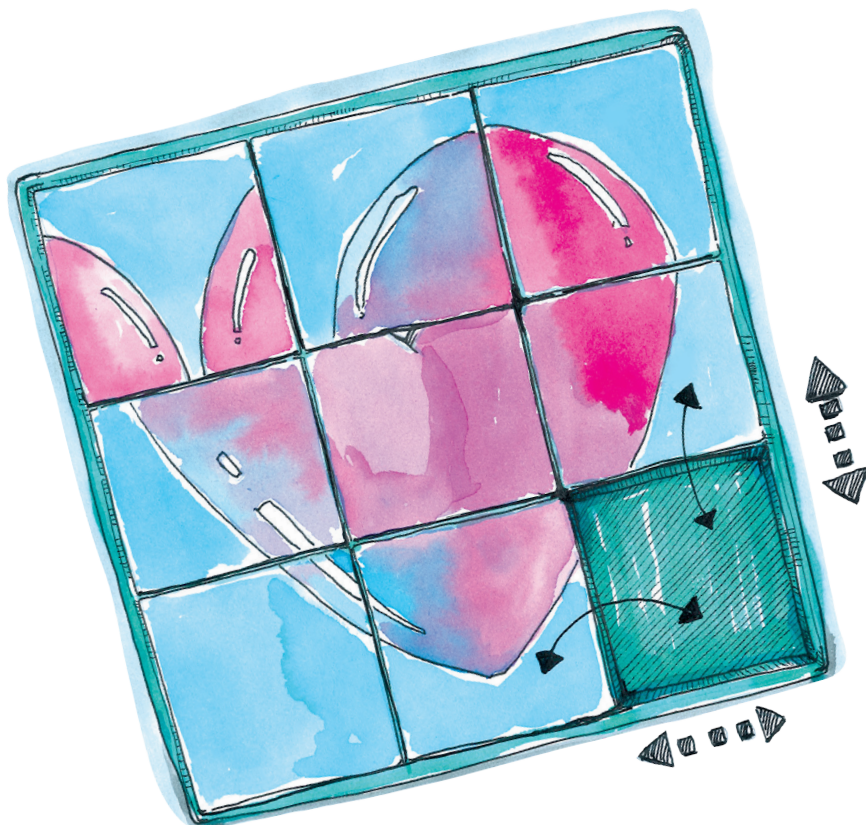
Uma abordagem sobre a transição para a autonomia centrada na criança e jovem coloca-as no centro de todos os processos de cuidados e garante que as pessoas responsáveis, a todos os níveis, cumprem as obrigações respeitando, protegendo e cumprido os seus direitos. Uma abordagem desta natureza reconhece a importância de as crianças e jovens estarem implicados, de forma significativa, e serem incluídas pelas/os profissionais que com elas trabalham, em todas as práticas e processos de tomada de decisão que impactam diretamente o seu futuro, desde o cuidado inicial à transição para a autonomia. Por fim, desenvolve a capacidade de crianças e jovens reivindicarem e exercerem os seus direitos e advogar pelo seu reconhecimento. (Consultar também ‘Protegendo os direitos das crianças’<sup>6</sup> e “Crianças e jovens sob cuidados: descubra os seus direitos!”<sup>7</sup> e anexos 1, 2 e 3.)

Este capítulo reúne quatro princípios transversais, apresentando a lógica de orientação subjacente e as implicações para a prática. Estes princípios constituem linhas orientadoras e são, ao longo do documento, lembrados, explícita ou implicitamente, em vários pontos sempre que sejam pertinentes para os pontos específicos da discussão. No entanto, devem ser recordados em relação a todos os temas e a todas as etapas do processo de transição para a autonomia.

## PRINCÍPIO I: Construção de relações contínuas de cuidado e respeito

O *Guia Prático* reitera sistematicamente que a orientação e o apoio fornecidos às e aos jovens em processo de transição para a autonomia não é menos importante do que a essência de qualquer outra ação básica do acolhimento ações. A necessidade de se sentirem cuidados, valorizados e respeitados é algo que as/os jovens com experiência de acolhimento enfatizam de modo particular (consultar ‘Compreender as necessidades das/os jovens em transição para a autonomia’ na secção 7).

A intervenção baseada na relação reconhece que planear e operacionalizar a preparação para a autonomia não pode ser um exercício administrativo, mas antes exige confiança e respeito mútuos entre as/os profissionais e a/o jovem. De igual modo, o apoio durante o período efetivo pós-acolhimento precisa de ser providenciado com empatia, inclusive quando os limites precisam de ser reafirmados e com a preocupação genuína de motivar e capacitar a/o jovem.



## PRINCÍPIO II: Promoção de elevados níveis de participação

- A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da
- Criança (CDC), que se aplica a todas as crianças e jovens
- menores de 18 anos em Portugal, estipula a obrigação do
- exercício e dever de se ter em conta a opinião de cada uma
- sobre todos os assuntos que as afetam (Artigo 12.º). A CDC
- estabelece o direito da criança de receber ‘aconselhamento
- e orientação apropriados’ para exercer os direitos
- reconhecidos, de acordo com o ‘desenvolvimento das suas
- capacidades’ (Artigo 5.º).

Por conseguinte, os pontos de vista daquelas e daqueles que se preparam para a autonomia, e o seu papel como atores no processo, devem ser claramente um elemento-chave na definição de percursos individuais para a transição e pós-acolhimento. De acordo com os resultados do estudo (consultar sobre a ‘Participação’ na Secção 10), o *Guia Prático* destaca a importância da participação em todo o processo.

As implicações da ‘participação da criança’ na tomada de decisões são numerosas.

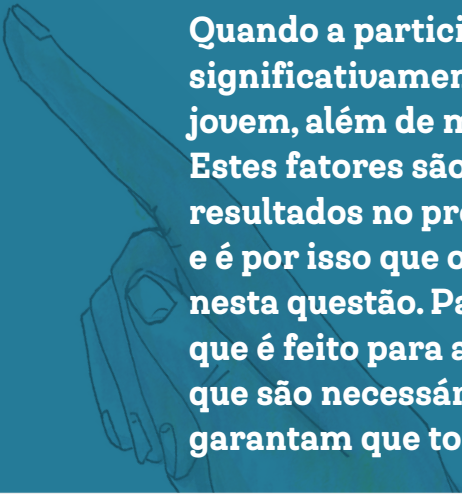
A **primeira** delas é que às crianças/jovens – individualmente e em grupo – devem ser dadas, ou devem poder solicitar e obter, todas as informações relevantes para as opções presentes e futuras na sua vida, garantindo que têm uma voz informada. Por outras palavras, a ‘participação’ deve ser significativa. (De facto, o acesso a essas informações assenta no seu direito estabelecido na CDC).

**Segundo**, as informações devem ser realistas em termos das suas perspetivas e das oportunidades e suporte que podem efetivamente ser assegurados e estar disponíveis para cada criança/jovem; devem ser dadas de forma clara e esclarecida.

**Terceiro**, a criança/jovem tem o direito de expressar a sua opinião livremente e, sob nenhuma circunstância, deve sentir-se pressionada ou constrangida quando a está a dar.

**Quarto**, a criança/jovem deve ser informada, desde o início, que talvez não seja possível agir plenamente de acordo com todas as suas solicitações e interesses. Deve ser informada sobre as razões pelas quais as decisões subsequentes são tomadas, correspondam essas decisões ou não aos seus desejos expressos. Qualquer que seja o resultado, esta opção deve estar na base da elaboração de um plano que a própria ajuda a desenvolver e compreende.

Respondendo adequadamente ao direito da 'participação', a ação não se resume simplesmente à 'consulta'; deve garantir o envolvimento mais profundo de cada jovem e, portanto, o compromisso das/dos profissionais envolvidos em promover e garantir a respetiva participação.



**Quando a participação ocorre a este nível, contribui significativamente para o empoderamento da/o jovem, além de melhorar e aumentar a sua resiliência. Estes fatores são importantes para garantir melhores resultados no processo de transição para a autonomia, e é por isso que o *Guia Prático* coloca tanta ênfase nesta questão. Participação envolve ação. Não é algo que é feito para a/o jovem. Como profissional, significa que são necessários processos realistas, legais e que garantam que todas as pessoas adultas ouçam.**

Finalmente, e não menos importante, as/os jovens que participam desta forma no processo de tomada de decisão estão particularmente bem posicionados para contribuir com os seus pontos de vista para melhorar a prestação dos serviços e suporte, bem como para os procedimentos que devem ser adotados para aumentar ainda mais a participação significativa de outras e outros jovens que posteriormente sairão do acolhimento.

### **PRINCÍPIO III: Promoção e proteção de todos os direitos humanos de crianças e jovens**

- **Os direitos humanos que assistem a qualquer pessoa, e os direitos humanos específicos das crianças, devem ser claramente conhecidos por todos os que saem do acolhimento. Em todos os aspetos da sua abordagem, o *Guia Prático* está firmemente baseado no respeito e no cumprimento desses direitos, respondendo às conclusões do estudo piloto (consultar ‘Advocacy e Promoção da mudança’ na Secção 13).**

Intimamente ligado ao direito à participação (ver o Princípio II acima) está o requisito de que as decisões devem ser tomadas ‘no superior interesse da criança’ (Artigo 3.º da CDC). Esta ligação é bidirecional. Por um lado, significa que as opiniões da criança constituem o elemento central para determinar que ação será no superior interesse da criança. Por outro lado, significa que a tomada de decisão pode ter de ser parcial ou totalmente contra os pontos de vista e aspirações da criança, precisamente porque outros fatores determinam que seguir exclusivamente esses pontos de vista poderá não ser no seu superior interesse. Este é um equilíbrio difícil de ser alcançado e realça, mais uma vez, a importância de providenciar e discutir todas as informações relevantes e possíveis opções a disponibilizar num contexto de transparência e apoio, conforme estabelecido no Princípio II.

Neste âmbito, é ampla a gama de direitos a considerar. Entre os mais relevantes para as/os jovens em processo de autonomia estão os relacionados com serviços básicos, como acesso a saúde e a educação (Artigos 24.º e 28.º da CDC), a segurança social (Artigo 26.º da CDC) e as condições de vida, com atenção especial em relação à nutrição, roupas e habitação (Artigo 27.º da CDC). Da mesma forma, requer particular atenção o direito à proteção contra qualquer tipo de exploração (Artigos 32.º a 36.º da CDC) tendo em atenção que as/os jovens em transição para a autonomia podem encontrar-se em situações de maior vulnerabilidade. As/os jovens portadores de deficiência, mental ou física, ou doença crónica têm o direito a receber assistência especial que ‘favoreça a sua autonomia e facilite a sua participação ativa na vida da comunidade’ (Artigo 23.º da CDC).

Em contextos nacionais ou locais, é necessário prestar ainda atenção pelo respeito pela cultura do jovem e aos direitos especiais referentes à identidade cultural (Artigo 30.º da CDC) e protegê-lo de discriminação (Artigo 2.º da CDC).

**O *Guia Prático* adota uma abordagem holística baseada nos direitos para a prestação adequada de apoio para a autonomia.**

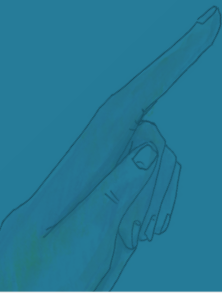


## **PRINCÍPIO IV: A necessidade de uma abordagem intersectorial**

- **A abordagem holística baseada nos direitos e o vasto conjunto de questões que a suporta deve ter em conta e requerer um elevado nível de (conforme estabelecido no Princípio III) envolvimento e coordenação intersectorial. Em circunstância alguma, a/o cuidadora de referência pode ser deixada, na decisão ou na prática, com a responsabilidade exclusiva de responder diretamente em todas estas esferas de ação que são exigidas neste tipo de processo. Isso foi enfatizado nas conclusões do estudo piloto (consultar ‘Trabalho intersetorial’ na Secção 8).**

Embora os sistemas e a alocação de recursos variem de um país para outro, com maior ou menor relevância de atores não estatais, é evidente que deve existir um mecanismo de forma a garantir e facilitar os contributos necessários por parte de todas as associações, órgãos e diferentes setores envolvidos.

Um papel importante da/o cuidador de referência será então o de iniciar esse compromisso de envolvimento e, potencialmente, coordenar a sua prestação com cada jovem. No entanto, seria uma tarefa árdua e ineficiente se a/o cuidadora de referência tivesse que começar do zero para cada jovem sob a sua responsabilidade. Por conseguinte, as pessoas responsáveis pelas organizações e entidades e respetivos órgãos de gestão e equipas devem estar cientes do papel que são chamadas a desempenhar neste contexto. Um mecanismo de coordenação deve estar previsto na legislação nacional e ser assegurado pelo organismo responsável pelo acolhimento.



**A importância de prever intervenções e prestar cuidados por parte dos diversos organismos especializados – para não mencionar as suas obrigações em direitos humanos para responder adequadamente – será evidente em muitos momentos ao longo deste *Guia Prático*.**







SECÇÃO

5

# APOIAR JOVEN NA AUTONOMIA

QUEM DEVE ESTAR ENVOLVIDO

# APOIAR JOVENS NA AUTONOMIA: QUEM DEVE ESTAR ENVOLVIDO?

- Neste capítulo iremos olhar para todas as pessoas
- intervenientes no processo de autonomia de jovens.

**Cuidador/a e/ou Educador/a de referência:** a pessoa que constitui a referência privilegiada do ponto de vista relacional, idealmente um/a trabalhador/a social, durante e após o acolhimento da/do jovem. O seu papel é determinante para garantir a cada jovem a transição bem-sucedida do sistema de acolhimento para a vida independente. Esta terminologia pode variar de país para país.

A/o cuidadora e/ou educador/a de referência deve construir uma relação de confiança com cada jovem, durante todo o tempo de acolhimento, e acompanhá-lo no processo de construção de autonomia bem como no tempo necessário após a saída do acolhimento. Caso seja impossível manter a continuidade, deve decorrer um período temporal adequado em que ocorre a transferência entre a pessoa cuidadora de referência, que cuida da/o jovem em processo de transição, e o pessoa que prestará o apoio após a sua saída.

A qualidade da relação entre a/o cuidadora e/ou educador/a de referência e a/o jovem é tão ou mais importante que o apoio prestado após a saída. A/o cuidadora e/ou educador/a de referência, por um lado, cria laços e trabalha diretamente com cada jovem em processo de transição e, por outro lado, inicia e coordena intervenções e serviços prestados por outros (pessoas ou organizações/respostas sociais) que precisam de ser planeados, de acordo com necessidades e cada situação individual. A/o cuidadora e/ou educador/a de referência é a figura central na prestação de acompanhamento e apoio, mas não se pode esperar que responda sozinha a todos os aspetos da intervenção. Isto é abordado mais detalhadamente no *Guia Prático*.

**O/a cuidador/a /Profissional de cuidados alternativos:** cuidador/a formada/o profissionalmente que cuida e intervém com crianças e jovens em determinado programa de intervenção. Profissionais de cuidados alternativos incluem todas as pessoas que colaboram na área de jovens, acolhimento residencial, acolhimento familiar e programa de fortalecimento familiar.

Desta forma, podem ajudar a manter a ponte essencial entre a vida no acolhimento e a vida independente – o que significa que as/os jovens não têm de simplesmente pôr um ponto final na sua experiência no acolhimento, mas podem manter relações de confiança com as/os cuidadores. Isto é de extrema importância, tranquilizando a/o jovem na sua jornada até à vida independente.

**Serviços especializados:** As respostas sociais ou serviços do Estado e organizações ou entidades não estatais podem ser chamadas a providenciar serviços especializados e de qualidade, durante e após o acolhimento. As áreas envolvidas abrangem designadamente serviços de saúde, educação, habitação, empregabilidade, direito, advocacia organizações culturais. Mais adiante, neste *Guia Prático* abordaremos a o trabalho intersectorial (multidisciplinar) coordenado de diferentes profissões.

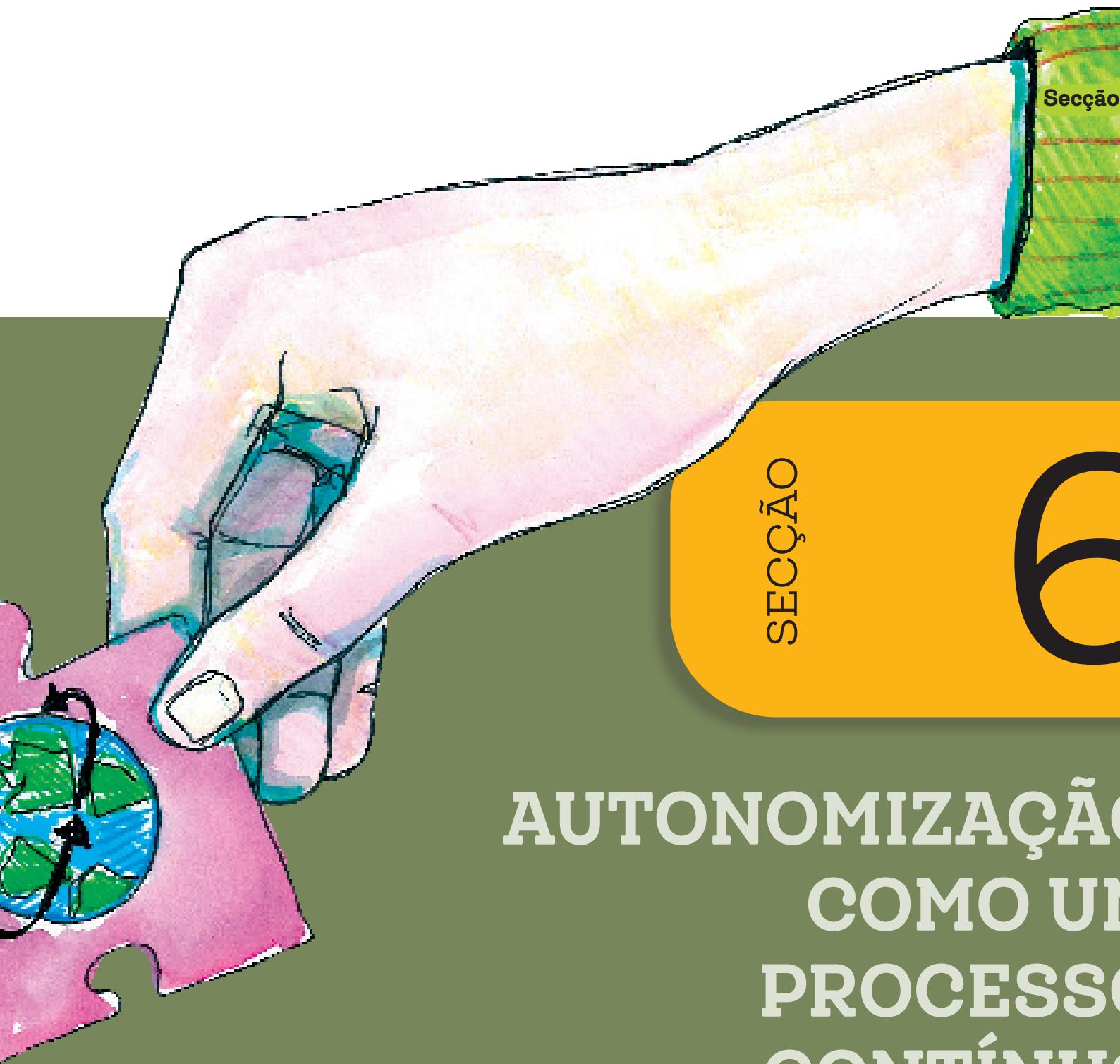
**Jovens com experiência em acolhimento:** a mentoria por pares contribui significativamente para o sucesso do processo de saída do acolhimento. Mentoras/es voluntárias/os selecionadas/os, cuja experiência de saída do acolhimento tenha sido globalmente bem-sucedida (ou não), podem ser capazes de criar relacionamentos particularmente confiáveis com cada jovem e estar em posição de lhes responder a perguntas e ansiedades, completando o apoio profissional que é dado. A/o cuidadora e/ou educador/a de referência de jovens que já saíram do acolhimento devem discutir entre si quais são aqueles e aquelas que podem desempenhar o papel de mentores. Exploraremos mais à frente o uso da mentoria por pares neste *Guia Prático*.

**Família:** Envolver os elementos da família no processo de transição para a autonomia deve ser considerado sempre que possível, a não ser que a/o jovem recuse essa abordagem. Ao mesmo tempo, membros da família podem, por si próprios, necessitar de aconselhamento e apoio relativamente ao papel construtivo a desempenhar, especialmente se o contacto tiver sido esporádico e/ou as relações tiverem sido conflituosas durante o acolhimento da/do jovem.

É importante encorajar e tornar possível a participação da família, mas não de modo forçado: é necessário dar tempo durante o acolhimento e na saída para criar bases para um envolvimento positivo da parte da família.

**Outras pessoas significativas:** as/os jovens devem ser questionados se pretendem que algum/a amigo, ou outra pessoa da sua confiança, faça parte e se envolva neste processo de construção de autonomia.





Secção

SECÇÃO

6

# AUTONOMIZAÇÃO COMO UM PROCESSO CONTÍNUO

# AUTONOMIZAÇÃO COMO UM PROCESSO CONTÍNUO

- As/os profissionais/cuidadores responsáveis por ajudar a/o jovem na transição para a autonomia têm um papel fundamental no processo devendo providenciar a melhor experiência possível de saída do acolhimento. Esta secção detalha os motivos pelos quais o processo de autonomia é muito mais do que o simples afastamento físico do acolhimento residencial e como esse processo deve ser definido e implementado.

## 1. UM CUIDADO CONTÍNUO

O processo de construção da autonomia compreende várias etapas **relacionadas entre si:**

- A primeira é a preparação para autonomia enquanto a/o jovem **ainda está em acolhimento.**
- A segunda etapa será o **dia final a tempo inteiro no acolhimento.** É planeado no âmbito do **período de transição** envolvendo, por exemplo, uma fase de pré-autonomia/casa de transição/apartamento de autonomização em vez de uma situação totalmente independente desde o início.
- A terceira etapa é a intervenção e acompanhamento adequados e específicos correspondentes às necessidades de cada jovem durante o período **após a saída do acolhimento**, durante o tempo que for necessário para a/o jovem se adaptar.

De facto, uma componente central da melhoria do apoio e dos resultados para as/os jovens que estão em transição é o reconhecimento, por parte daquelas e daqueles que com eles trabalham, de que 'deixar o acolhimento' é um processo e não um evento.



**‘Primeiro que tudo, tornar-se independente deve ser considerado um processo onde se vai vendo como as coisas correm e se aquela pessoa está preparada. E, em caso de não estar preparada, deve, pelo menos existir ter uma pessoa ao seu lado, para que não tropece e caia automaticamente.’**

Também é importante ter em mente que:

- Nos sistemas que permitem **flexibilidade sobre a data efetiva da saída**, a/o jovem deve ser ajudada na escolha do momento mais adequado para esse fim.
- As/os jovens **precisam de um longo tempo de preparação de transição para a saída**, sendo um argumento forte para que se inicie o processo desde que entram no acolhimento.
- É **importante planear o processo de autonomia com cuidado e antecedência**. Dessa forma, poderemos obter os recursos necessários e agir a tempo de modo a responder às necessidades, circunstâncias e desejos de cada jovem, atribuindo responsabilidades e procurando a cooperação com outras entidades e serviços.

## 2. PARTILHAR RESPONSABILIDADES DURANTE O PROCESSO

A saída dos cuidados alternativos, neste caso, do acolhimento residencial, não pode ser vista como o momento em que todas as responsabilidades são transferidas de um conjunto de profissionais para outro. É necessária uma série de ações coordenadas por várias/os profissionais para garantir o apoio contínuo antes, durante e após a autonomia.

Uma forma de contribuir para um processo de autonomia sem dificuldades de maior e, assim, suavizar o mais possível a transição para uma vida independente, é **trabalhar com outras/os profissionais para criar uma ponte entre o período de acolhimento e a vida independente.**

A Figura 1 mostra a relação e a coordenação entre as/os profissionais que cuidam da/o jovem durante o período de acolhimento – e ou em transição se essa tiver de ser a opção – e as pessoas responsáveis no período pós-saída do acolhimento.

**Responsável/a e/ou educador/a de referência do acolhimento residencial**

**O/a cuidador/a e/ou educador/a de referência cuidador de referência e outras/os profissionais são responsáveis pelo cuidado antes da saída do acolhimento para outros cuidados alternativos**

**ACOLHIMENTO RESIDENCIAL**



**TRANSIÇÃO**

(Casas de Transição/  
apartamento de auto-  
-mização)


**PÓS-ACOLHIMENTO**





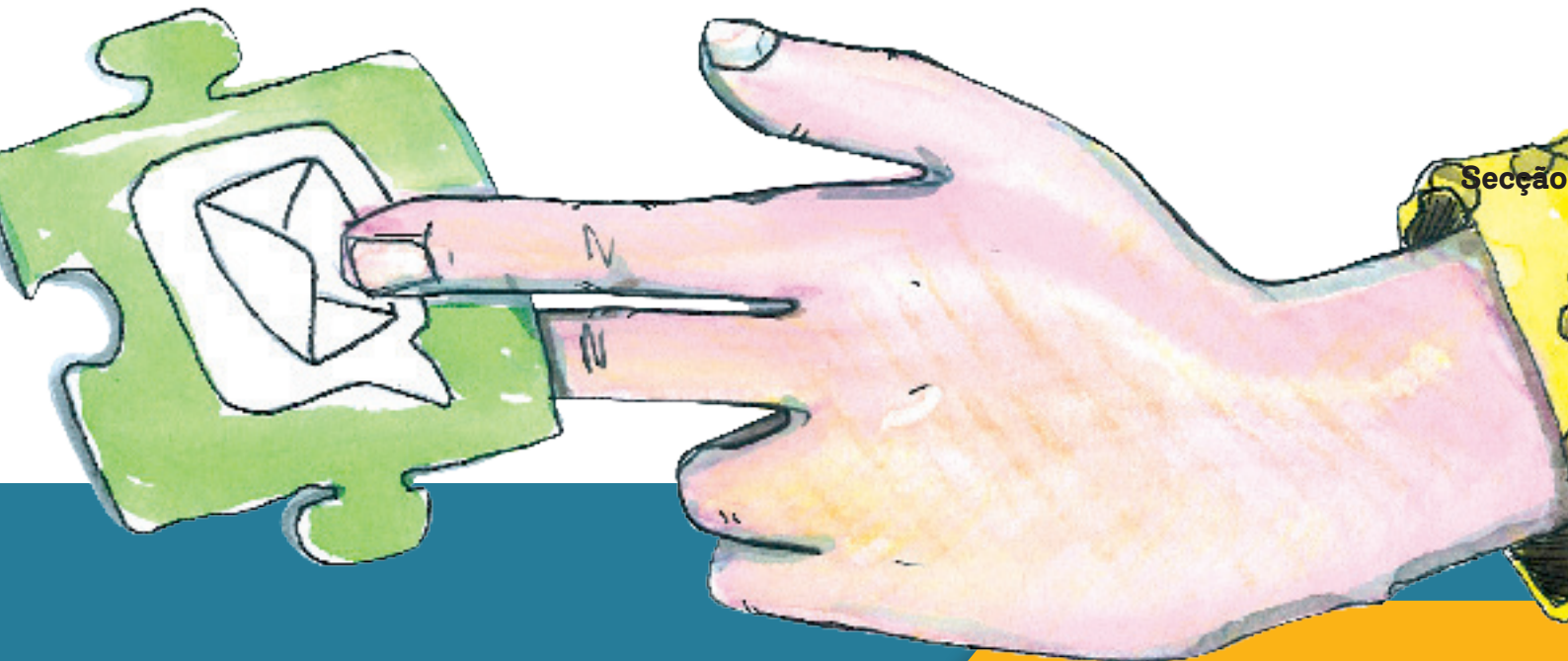
Neste processo, é necessário analisar o papel e as responsabilidades atuais de todas/os as/os profissionais que participam nas etapas anteriores e posteriores ao processo de autonomia, **efetiva coordenação entre eles**.

Mais uma vez, enfatizamos que apoiar as/os jovens numa **transição gradual**, garantindo apoio durante o período de tempo adequado, está no cerne das práticas de sucesso. É importante lembrar que quando um/uma jovem passa para a autonomia:



**‘Deixam um ambiente relativamente controlado e estruturado. As/os jovens precisam de lidar com novas responsabilidades e um nível maior elevado de liberdade. O momento de saída do acolhimento residencial pode não ter sido a sua escolha. Por isso pode ser um momento de turbulência, adaptação e perda’<sup>8</sup> (Mcghee et al (2014)).**





Secção

SECÇÃO

7

COMPREENDER AS  
NECESSIDADES DAS/DO  
JOVENS EM TRANSIÇÃO  
PARA A AUTONOMIA

# COMPREENDER AS NECESSIDADES DAS/DOS JOVENS EM TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA

- Esta secção aborda algumas das necessidades complexas, os principais problemas e desafios que as/os jovens enfrentam na construção da sua autonomia, e os aspetos que devem ser considerados durante a preparação e o apoio no seu caminho para a vida adulta e independente. Sabemos que alguns e algumas **jovens podem desenvolver competências práticas e construtivas**, resultantes dos contributos positivos que receberam durante e após o acolhimento, e que conseguem olhar com expectativa para a transição para a vida adulta de forma mais confiante, positiva e competente. Por esse motivo, é essencial que as/os cuidadoras/es e/ou educador/a de referência prestem atenção a necessidades **específicas** individuais e ajustem o apoio.

## RECONHECER OS DESAFIOS DAS/DOS JOVENS EM PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA

Durante o processo de transição para a autonomia, é importante reconhecer a complexidade de crescer e tornar-se adulta/o. É provável que as/os jovens com experiência em acolhimento tenham enfrentado graves problemas durante a infância, o que pode ter um impacto significativo na sua participação durante o processo de autonomia e na sua capacidade para lidar com as situações quando viverem de forma independente. Nesta secção, os seguintes tópicos merecem especial consideração:

- **A. Compreender as dinâmicas emocionais do processo de autonomia**
- **B. Promover estabilidade durante a mudança**
- **C. Valorizar a intervenção baseada na relação**
- **D. Construir resiliência**
- **E. Ir ao encontro das necessidades complexas das/dos jovens**
- **F. Utilizar uma abordagem flexível**



### Ponto de ação:

#### Considere como:

- a adolescência pode ser uma etapa que gera sentimentos confusos e contraditórios
- as/os jovens precisam de oportunidades para ‘testar’ novas experiências e dar sentido à fase em desenvolvimento
- devemos encontrar o equilíbrio entre oferecer garantias, estabelecer limites e criar desafios
- devemos ajudar as/os colegas e outros parceiros a entender que as/os jovens “não se tornam pessoas adultas instantaneamente” e que cada um/uma tem seu próprio ritmo

**‘E... honestamente, estes cuidadores foram os que mais me influenciaram porque eu saí do acolhimento, e embora eu tenha saído, continuo a falar com eles e eles continuam a apoiar-me, dizendo para seguir em frente e eles têm sido como... Eles fizeram sentir-me finalmente alguém, para apesar dos problemas e de tudo o que aconteceu comigo, que sou importante para eles, e isso motiva-me a seguir em frente, a fazer tudo o que tenho de fazer e dizer...’**

**‘Eles precisam de perceber que nós somos pessoas. Eles precisam de nos compreender mais. Eles têm de falar connosco.’**

Basicamente, as/os profissionais do acolhimento devem trabalhar com o horário de trabalho, fazer mais do que as 8 horas de trabalho, se for necessário. Por exemplo, se uma criança tem um problema, eles devem ficar e escutá-la, mesmo que o seu horário de trabalho já tenha terminado. Eu sei que para eles é um trabalho, mas eles trabalham com as nossas vidas.'

'Existe uma grande diferença entre "ouvir" e "escutar"; quando falamos, precisamos de alguém que nos escute porque se preocupa e quer saber de nós, e não porque têm de reportar tudo para uma folha que toda a gente irá ler no fim.'

#### DO ESTUDO - PILOTO

### As/os jovens em processo de transição para a autonomia



- reconhecem que não têm a mesma rede de suporte emocional e de apoio que aqueles que permanecem nas suas próprias famílias reconhecendo também os limites estabelecidos com as/os profissionais
- gostariam que o relacionamento com as/os suas pessoas de referência fosse semelhante ao de uma pessoa adulta responsável que apoia
- procuram ativamente a possibilidade de se relacionar emocionalmente com as pessoas responsáveis pelos seus cuidados e que tomam decisões sobre as suas vidas
- desejam continuidade, especialmente com as pessoas com quem têm relação de proximidade antes e durante o processo de autonomia
- não querem que falem deles – querem que alguém escute o que têm a dizer e se envolvam com eles num diálogo franco e genuíno
- consideram importante a confidencialidade – querem ter a certeza de que podem confiar na pessoa com quem estão a partilhar seus sentimentos e ideias.

## A. COMPREENDER AS DINÂMICAS EMOCIONAIS DO PROCESSO DE AUTONOMIA

Este *Guia Prático* reitera sistematicamente a defesa da seguinte posição: a maneira pela qual a orientação e o apoio são providenciados aos que deixam o acolhimento é tão importante quanto a qualidade da orientação e do apoio prestados.

Isso exige que se considere como se vai utilizar a prática baseada na relação para garantir que:

- A/o jovem se sinta continuamente valorizado e cuidado
- Exista uma relação de confiança e respeito construída entre a/o cuidador/a responsável, as/os outras/os profissionais e a/o jovem
- Exista uma relação de confiança e respeito a ser estabelecida entre as/os profissionais que trabalham com a/o jovem no seu processo de autonomia



### Ponto de ação:

Para melhor entendermos a dinâmica emocional do processo de transição do acolhimento para a independência e a idade adulta, reservemos um momento para refletir sobre os pensamentos e respostas sobre o seguinte:

- Com que idade saímos de casa?
- Como foi e como sentimos?
- O que ajudou?
- O que impediu?
- Tivemos escolha?
- Achamos que estávamos prontos?
- Como é que a saída do acolhimento difere da que acontece para população geral?

Podemos fazer isto com colegas da nossa própria organização/associação ou de outra.

## B. PROMOVER ESTABILIDADE DURANTE A MUDANÇA

DO ESTUDO-PILOTO



As/os jovens que saíram do acolhimento enfatizaram a importância de manter o contacto com as/os cuidadoras/es – sejam as famílias de acolhimento como as/os profissionais do acolhimento residencial. Foi também reconhecida a importância de manter um relacionamento com familiares, tendo em consideração os interesses de cada jovem e assegurando que esses contactos são no seu superior interesse. Da mesma forma, enunciaram que desejavam manter as amizades criadas antes e durante o acolhimento, assim como ter a oportunidade de construir novas relações de amizade uma vez ocorrida a saída do acolhimento. É importante considerar que as amizades e os pares podem oferecer mecanismos de apoio úteis para as/os jovens em processo de construção de autonomia.

Crianças e jovens em cuidados alternativos desejam acima de tudo – e, como qualquer outra criança, ter direito a **estabilidade, apoio e segurança**. Sair do acolhimento exige mudanças significativas e há o risco de a/o jovem sentir que as suas necessidades não foram devidamente consideradas durante o processo de transição. Enquanto estamos a trabalhar com a/o jovem na elaboração do Plano de intervenção Individual, é importante criar condições e conhecimento para que experiencie a **‘estabilidade através da continuidade’**.

Mais uma vez, não é por demais insistir na importância de ajudar no desenvolvimento e apoio a:

- uma rede de amigas/os
- uma participação ativa da/o jovem para manter e, quando possível, melhorar o seu relacionamento com a família, amizades e outras pessoas / relacionamentos importantes (incluindo a ligação aos locais onde viviam)
- uma continuidade de um relacionamento positivo com cuidadoras/es, profissionais e colegas do acolhimento

Frequentemente forjadas num período de stress e ansiedade – quando crianças e jovens chegam ao acolhimento ou se preparam para sair– estes relacionamentos não só permitem manter-se firmes num período novo e desafiante da sua vida<sup>9</sup>, mas também oferecem uma base valiosa para o desenvolvimento futuro.

Às vezes, o Plano de Intervenção Individual não considera adequadamente os **relacionamentos familiares**, deixando a/o jovem vulnerável à lembrança de situações anteriores de trauma ou rejeição por que passou. As/os profissionais responsáveis pelas/os jovens deverão levar esse aspeto em consideração durante o desenvolvimento e a implementação do Plano de Intervenção Individual<sup>10</sup>.





**As/os jovens geralmente reconstróem o relacionamento com a família durante o processo de construção da autonomia, inclusive pensando se é uma boa altura para retomar contactos. Para alguns e algumas, pode ser uma opção real e positiva, enquanto para outros pode reavivar sentimentos dolorosos sobre a sua história de vida, os seus traumas e rejeições. É importante que as/os profissionais os informem sobre as possibilidades e as considerem de forma significativa durante o desenvolvimento e a implementação do Plano de Intervenção Individual.**

## **C. VALORIZAR A INTERVENÇÃO BASEADA NA RELAÇÃO**

Como cuidador/a e/ou educador/a de referência, ou como alguém responsável por apoiar as/os jovens no processo de autonomia, é importante assegurar que é dada prioridade a uma abordagem baseada na relação, o que pressupõe:

- a compreensão
- a empatia
- o respeito
- a perseverança

Para construir esta relação, podemos usar as seguintes estratégias:

- agir mostrando respeito aos e pelas/os jovens, valorizando as suas opiniões e preocupações, trabalhando as suas aspirações e expectativas no seu ritmo
- compreender e aceitar a frustração e a dor causadas por situações traumáticas e angustiantes passadas e presentes
- apoiar as/os jovens a manter um bom relacionamento com as/os cuidadoras/es e profissionais que os acompanharam durante o acolhimento residencial
- incentivar cuidadoras/es e jovens a manter contacto, por exemplo, através de visitas regulares seja para refeições em conjunto, participação em eventos sociais e celebrações especiais, agindo como um intermediário para apoiá-los sempre que necessário

- minimizar a rotatividade das/dos profissionais e promover a sua estabilização durante o acolhimento
- garantir que os cuidados alternativos e os serviços oferecidos são baseados nas necessidades individuais, mais do que na idade
- promover que parte do tempo das/dos profissionais e dos recursos existentes se foca na operacionalização destas tarefas importantes

## D. CONSTRUIR RESILIÊNCIA

Resiliência é a capacidade de a pessoa lidar e superar situações adversas de forma bem-sucedida.

O nível de resiliência varia consideravelmente de jovem para jovem. Embora as circunstâncias da vida possam afetar a resiliência de uma pessoa, pode ser melhorada em qualquer idade. Esta secção centra-se na importância do desenvolvimento da resiliência como objetivo fundamental a ser tido em consideração por todas as pessoas que participam no processo de autonomização de jovens.

### Porque é importante ter resiliência?

Todas as pessoas precisam de ser resilientes para recuperarem perante contratempos e desafios emergentes. A resiliência ajuda-nos a:

- Superar adversidades
- Recuperar das adversidades
- Avançar em direção a um futuro positivo

O desenvolvimento da resiliência é especialmente importante para as/os jovens em acolhimento, porque:

- Geralmente tiveram de enfrentar situações difíceis e dolorosas
- Podem ter de sair da casa onde cresceram (acolhimento), antes das/os seus colegas
- Podem ter menos apoio familiar do que outras/os com a mesma idade
- Podem ter de enfrentar situações de discriminação e estigma por terem estado em acolhimento

### Como lidar com baixa resiliência?


Até certo ponto, é possível ensinar e desenvolver resiliência.

A resiliência é uma interação complexa entre aspetos externos e internos que afetam a criança/jovem. A melhor maneira de apoiar uma criança ou jovem com experiência no sistema de Proteção e promoção é prestar atenção a elementos externos e internos que nos permitam aumentar a resiliência. A que nos estamos a referir?

### Fatores externos

Há uma grande variedade de fatores externos que afetam a capacidade de resiliência individual, tais como:

- pobreza
- negligência e abuso
- saída súbita do ambiente familiar
- sucessivos/vários acolhimentos irregularidade na Escola por diversas mudanças
- mudanças de equipa/profissionais de cuidado
- impacto de situações traumáticas da infância não resolvidas



**Embora estas situações sejam difíceis de reverter, muitas vezes é possível mitigar os seus efeitos negativos a longo prazo. Uma relação de confiança que permita a cada jovem discutir e entender melhor as razões pelas quais está em acolhimento e a sua experiência de acolhimento vai, em muitos casos, contribuir significativamente para construir a sua resiliência.**

Todas/os as/os profissionais devem estar preparados para lidar com a gestão dos sentimentos de angústia, raiva e rejeição de uma criança ou jovem. Contudo, quando tal não é possível devem **confiar essa tarefa em colegas especializados**.

### Fatores internos

Frequentemente, a baixa resiliência pode estar associada a fatores individuais que podem ser modificados. Crianças e jovens com um início de vida difícil geralmente têm uma opinião negativa sobre si mesmas, sobre as suas capacidades e sobre o futuro que as espera, o que afeta a respetiva resiliência.

Para lidar com estes problemas, as pessoas que trabalham com crianças e jovens em acolhimento devem dar atenção especial ao longo do acolhimento e do processo de transição para a autonomia à análise e contestação construtiva dos pensamentos negativos. **O objetivo é construir e melhorar a autoestima da/o jovem para que gradualmente adquira mais confiança na sua capacidade para controlar a vida.** Além disso, é importante apoiar a interagir com outras pessoas e a confiar nelas em momentos difíceis.

É possível realizar **atividades** diárias para abordar e melhorar a baixa resiliência. Por exemplo, encontrar forma de as/os jovens terem – e aceitarem – mais responsabilidades nas diferentes esferas da sua vida, incluindo:

- Vestuário
- Diversão e lazer
- Hora de dormir
- Gestão de dinheiro
- Noção de risco
- Capacidade de resolver os seus problemas numa base de crescimento gradual

Para as/os jovens é benéfico se, quando chegar o momento da saída do acolhimento, tiver havido antes, maior flexibilidade em alguns dos limites e normas, especialmente em acolhimento residencial. Quando necessário e apropriado, ser mais flexível em assuntos como o contacto com outras pessoas ou redes de suporte social pode refletir um crescimento da maturidade da/o jovem em transição para a autonomia, ao mesmo tempo que o prepara para a realidade de uma vida independente.



### Ponto de ação:

Refletir sobre:

- Como melhorar o desenvolvimento individual das/dos jovens em acolhimento, num contexto de apoio e aprendizagem que habitualmente teriam na família, garantindo, no mais curto espaço de tempo, que tenham as mesmas oportunidades de desenvolver:
  - Autonomia
  - Tomada de decisão
  - Disposição para assumir riscos calculados
  - Estratégias saudáveis para lidar com situações adversas
- Como criar oportunidades de aprendizagem para as/os jovens desenvolverem os conhecimentos, as competências e a confiança adequados à idade?
- Que questões se levantam às equipas de profissionais no âmbito deste tipo de processos e que apoio necessitam para os implementar?

## E. IR AO ENCONTRO DAS NECESSIDADES COMPLEXAS DAS/DOS JOVENS

É importante considerar as características de cada jovem com quem trabalhamos e reconhecer as mensagens contraditórias veiculadas de e para as/os jovens. Por exemplo, estes geralmente desenvolvem o que é conhecido como uma mentalidade ‘sobrevivente’<sup>11</sup> e expressam a vontade de deixar o acolhimento na primeira oportunidade, de forma a se libertarem do estigma dos serviços sociais e do sistema de acolhimento<sup>12</sup>.

Stein<sup>13</sup> identifica três tipos de categorias ou ‘identidades’ que as/os jovens assumem durante a sua transição para uma vida independente:

1. Jovens que avançam de forma bem-sucedida – **caminhantes**
2. Jovens **sobreviventes**
3. Jovens **lutadoras/es**

A ilustração a seguir mostra as características de cada uma das identidades (adaptado de Stein, 2012).



### JOVENS CAMINHANTES

- Estabilidade e continuidade
- Relacionamentos e vinculação
- Importância do relacionamento com a família
- Sucesso escolar
- Transição gradual e planeada
- Acesso a serviços de suporte
- Resiliência
- Redes de relacionamento e suporte
- Desenvolvimento de uma identidade ‘pós-autonomia’



### JOVENS SOBREVIVENTES

- Experimentam maior instabilidade e disrupção
- Baixas/nenhumas qualificações
- Rutura no acolhimento ou saída súbita
- Problemas com relações pessoais e profissionais
- Instabilidade após a autonomia, incluindo falta de habitação, desemprego
- Mentalidade de sobrevivente – ‘dura’
- Visões contraditórias de si próprias/os



### JOVENS LUTADORAS/ES

- As/os mais desfavorecidos
- Experiências mais prejudiciais antes do acolhimento
- Situações traumáticas durante a infância não resolvidas
- Vários acolhimentos
- Autonomia em idades mais baixas, seguida de rutura com o acolhimento
- Relações familiares problemáticas
- Solidão, isolamento - saúde mental débil
- Necessidades complexas - falta de habitação e desemprego




O grupo das/dos **caminhantes** tem mais probabilidade de ter vivido menos disrupção e instabilidade durante o período de acolhimento, de ter sido capaz de ter tido alguma reconciliação psicológica com a família, permitindo que seguissem em frente, e ter alcançado maior sucesso acadêmico.

As/os **sobreviventes** geralmente deixam o acolhimento de forma abrupta e por vezes em idade mais precoce do que os “caminhantes”. O baixo desempenho escolar e o emprego precário e de baixos rendimentos<sup>14</sup> podem ser alguns dos desafios das/dos jovens deste grupo. Entre as/os “sobreviventes” normalmente estão algumas e alguns jovens que têm dificuldade em aceitar apoio durante o processo de transição para a autonomia. Podem rejeitar completamente qualquer tipo de apoio, ou serem inconsistentes no que querem ou precisam, ou mostrarem uma atitude de resistência. É por isso, talvez em função de anteriores traumas, que a intervenção tem de ser mais focada.

As/os jovens descritos como **lutadores** podem encontrar-se em maior desvantagem e sofrerem situações de instabilidade com piores resultados após a autonomia. Situações traumáticas de infância não resolvidas e relações familiares problemáticas podem contribuir para esse aspeto. Além disso, as/os jovens deste grupo têm maior probabilidade de se encontrarem em situação vulnerável de habitação e terem uma saúde mental frágil.

As/os jovens que sofreram situações traumáticas durante a infância podem ter um desenvolvimento emocional que não corresponde à sua idade cronológica<sup>14</sup>. Jovens de 18 anos agem como crianças de 12 ou 14 anos. As/os jovens também podem temer a sua situação no futuro ou zangados sobre o que percebem como uma nova rejeição, o que afeta a sua forma de agir ou de comunicar com as outras pessoas.

**No entanto, devemos ter em conta que estas identidades ou categorias não são ‘fixas’, e que um/a jovem pode mudar dependendo de fatores internos (pessoais) ou externos (sociais). É importante realçar que, apesar do trauma precoce e de experiências adversas na infância, muitas/os jovens em transição para a autonomia são capazes de superar e alcançar uma independência e resultados positivos. É importante ter elevadas aspirações durante o processo de transição das/dos jovens, e ajudá-los a desenvolver resiliência e autoconfiança é uma tarefa fundamental. Contudo, os obstáculos e barreiras adicionais que terão de enfrentar requerem um apoio prático e emocional constante.**



A experiência no trabalho com crianças e jovens em processo de autonomia no acolhimento permite-nos encontrar soluções para este tipo de comportamento. É essencial que as/os profissionais saibam lidar com este comportamento desafiante, e que **nunca desistam**.



### Ponto de ação:

No final de uma das sessões do Plano de Intervenção Individual com um/a jovem em autonomia, podemos dizer algo como:

- ‘Parece que não estamos a fazer muitos progressos hoje, por isso vamos parar e continuar noutra momento.’

Ou

- ‘Voltarei amanhã/na próxima semana para ver se encontro outra forma de ajudar. Talvez possas pensar sobre o que poderia ajudar.’

Não há uma estratégia única que seja adequada a todas/os as/os jovens e profissionais, mas é essencial que cada jovem sinta que os seus sentimentos e frustrações são entendidos e aceites.



### Ponto de ação:

Pensar nas categorias de Stein e como elas estão relacionadas com as/os jovens com os quais estamos a trabalhar.

## F. UTILIZAR UMA ABORDAGEM FLEXÍVEL

**‘Cada pessoa reage de maneira diferente e segue o seu próprio caminho para a independência.’**

O processo de transição da maioria das/dos jovens para a fase adulta de vida e independente, é acompanhado de desvios, falsas partidas e obstáculos a serem superados. Além disso, as/os jovens que deixam o acolhimento podem ter dificuldades permanentes em lidar com algumas situações, como o estigma do acolhimento, redes de apoio frágeis e falta de recursos materiais ou capital social.

Por esse motivo, é importante:

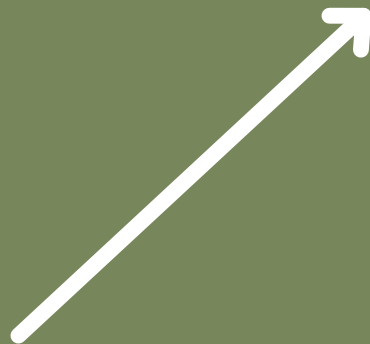
- não se espere que o caminho para a autonomia siga um plano administrativo pré-determinado: **a vida e os planos geralmente não seguem uma trajetória linear pura**
- que nos lembremos de que a estrada para o ‘sucesso’, sendo fundamental e imprescindível ser conhecido e considerado o que significa o sucesso para cada jovem, geralmente não é reto e apresenta obstáculos ou desvios
- que reconheçamos que o apoio e os serviços para cada jovem se devem **adaptar à mudança contínua das suas circunstâncias, necessidades e interesses**

O diagrama a seguir lembra-nos que o nosso caminho para a idade adulta e para o sucesso quase nunca é linear; encontramos frequentemente obstáculos ou falsas partidas ao longo do percurso. Todos os procedimentos devem ter no centro da ação a dimensão humana.



As viagens para a independência e a vida adulta raramente são lineares...

**SUCESSO ... ?**



O que pensamos que é

O apoio precisa de ser flexível e direcionado às necessidades de cada jovem...

**SUCESSO ... !**



Como realmente é





SECÇÃO

8

PLANOS DE  
INTERVENÇÃO  
INDIVIDUAL  
PROCESSO DE  
PLANEAMENTO

# PLANOS DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL E PROCESSO DE PLANEAMENTO

- **Esta secção explica como usar o **Plano de Intervenção Individual para planear** o processo de autonomia de cada jovem, as ideias e conceitos a explorar na sua implementação.**

O Plano de Intervenção Individual é a base de um processo que incorpora todos os aspetos necessários para atender às necessidades, circunstâncias e expectativas da/o jovem. Nele planeia-se o apoio às diferentes etapas do processo de autonomia, desde a preparação para a transição, a transição ou pré-autonomia e a mudança para uma vida independente (adaptado de *Pathways Handbook and Pathways Materials*, Governo da Escócia (2004)).

A adoção do Plano de Intervenção Individual focado no durante o processo de autonomia permite:

- garantir que a experiência de cada jovem durante o processo e após a autonomia seja uma **jornada contínua**: do plano de acompanhamento ao Plano de Intervenção Individual
- criar uma parceria com a/o jovem no sentido de que **a sua voz, vontades e opiniões** sejam uma fonte de informação central do plano para o seu futuro
- **trabalhar com a/o jovem** para considerar todos os aspetos importantes e preparar o Plano de Intervenção Individual para o seu caminho para uma vida independente

Antes de continuar, vamos recapitular os aspetos destacados neste *Guia Prático*:

- **O processo de autonomia deve ser ajustado às circunstâncias, características, necessidades e expectativas de cada jovem**, a fim de ajudá-los na sua preparação para a saída e melhorar a sua confiança
- Em sistemas que permitam ter flexibilidade na data da autonomização plena pela cessação do acolhimento a/o **jovem deve ter a possibilidade de escolher, de forma sustentada, o momento que considerar mais adequado para a saída**

- É necessário prever com alguma antecedência um plano individual e flexível para o processo de autonomia e vida independente, com a **participação direta e significativa da/do jovem**

## 1. INTRODUÇÃO AO PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL

DO ESTUDO-PILOTO



A preparação para o processo de autonomia deve fazer parte das Orientações Nacionais aprovadas em cada país para os Cuidados Alternativos e delas deve constar que este processo se inicia no momento em que a criança integra o acolhimento.

O desenvolvimento de planos de autonomia para jovens deve ser obrigatório por lei.

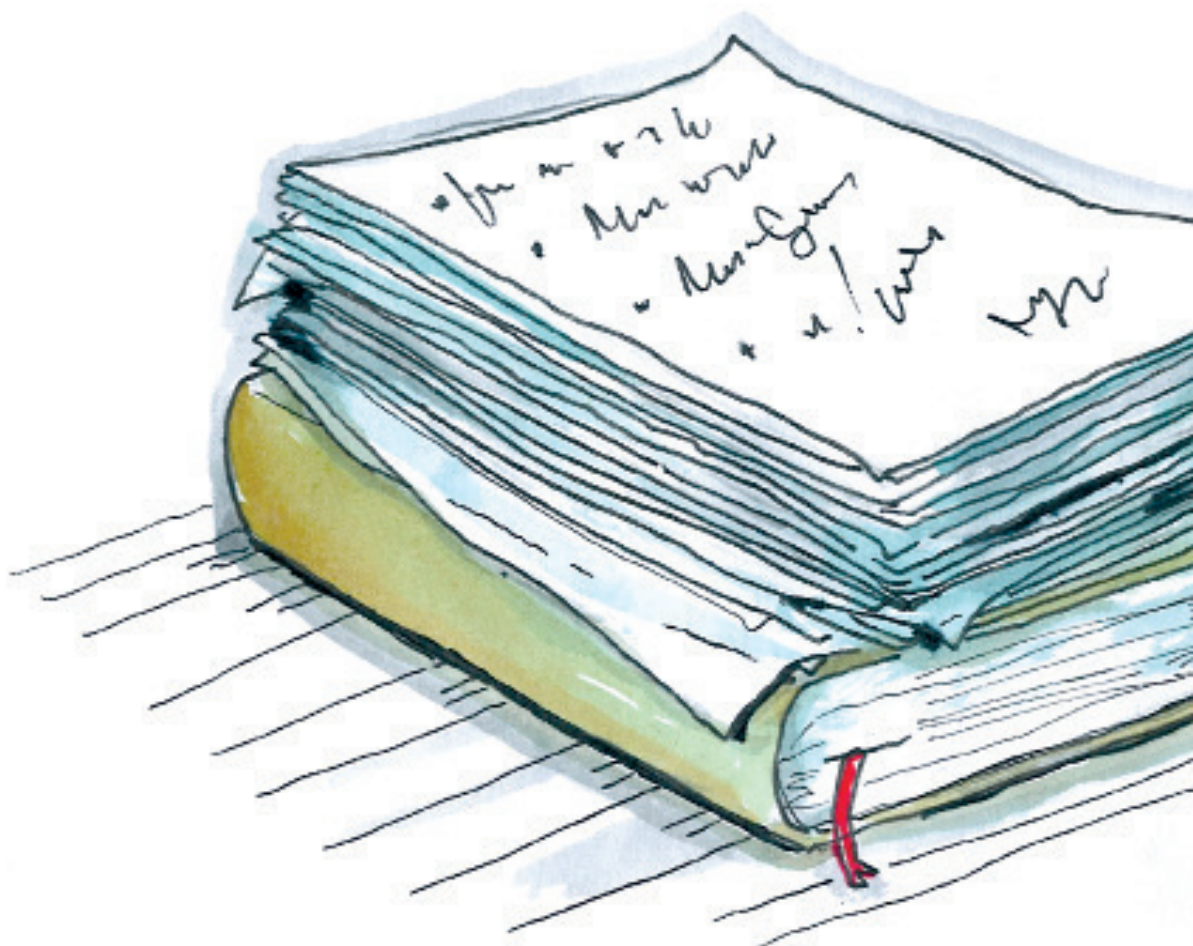
### O Plano de Intervenção Individual

- **É uma ferramenta para identificar, planejar e monitorizar** os recursos e ações necessárias para apoiar cada jovem durante o processo de autonomia e transição para a vida independente. É essencial que o Plano de Intervenção Individual tenha em consideração as circunstâncias, competências, necessidades, objetivos e aspirações de cada jovem. Este Plano é individual e personalizado, centrado num ou numa jovem.
- **Estabelece as ações específicas que devem ser tomadas** para responder às necessidades identificadas de cada jovem em processo de autonomia, considerando as suas circunstâncias, objetivos e aspirações, atribuindo responsabilidades e papéis concretos a todas as pessoas intervenientes em função da definição de um período temporal perspectivado como adequado. O plano é revisto e pode ser prolongado pelo tempo necessário, uma vez que as/os jovens que deixam o acolhimento devem estabelecer metas que, como o próprio Plano de Intervenção Individual, podem ser modificadas se novas dificuldades surgirem ou se as circunstâncias mudarem.
- **Deve ser projetado com base num exercício colaborativo com cada jovem.** O Plano assenta numa visão holística das necessidades, expectativas e circunstâncias das/dos jovens, e, como tal, envolve a/o jovem, organizações, serviços e pessoas, incluindo as/os cuidadoras/es.

O Plano de Intervenção Individual é um documento escrito que deve atender aos seguintes requisitos:

- Assegurar que **nenhum/a jovem passe para a autonomia sem a preparação e as competências necessárias** para o sucesso, pelo que implica o estabelecimento de ações a ser tomadas que o prepare para a saída do acolhimento
- Identificar e prever as estratégias e procedimentos para acionar o apoio mais adequado, incluindo **serviços, ações, recomendações e recursos adequados a serem providenciados** que respondam às circunstâncias, necessidades, objetivos e aspirações das/dos jovens
- Determinar **quando e como os serviços serão prestados**, incluindo a data de início, calendarização e as modalidades de atuação previstas
- **Designar as pessoas responsáveis** por fornecer ou facilitar o suporte e serviços necessários
- Especificar os procedimentos de supervisão e monitorização para que os objetivos e as ações identificadas no Plano de Intervenção Individual são **regularmente avaliados e revistos de forma a sustentar** as mudanças necessárias bem como a identificação de quem procede a essas mudanças

A Secção 11 do *Guia Prático* fornece mais informações sobre os aspetos a serem incluídos no Plano de Intervenção Individual.



## 2. O PROCESSO PARA DESENVOLVER O PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL

DO ESTUDO-PILOTO



Para que o Plano de Intervenção Individual seja relevante, este deve ser:

- Um **processo de planeamento e preparação** para a transição para a autonomia e a vida independente, mobilizando relacionamentos emocionais positivos e oportunidades diárias para o desenvolvimento de competências, capacidades e confiança em si própria/o e nas outras pessoas
- Um processo **baseado nas necessidades de cada jovem** e construído sobre os seus pontos fortes
- Um **processo evolutivo dinâmico**; não é um mero exercício administrativo de preenchimento de um formulário

### Quando deve ter início o Plano de Intervenção Individual?

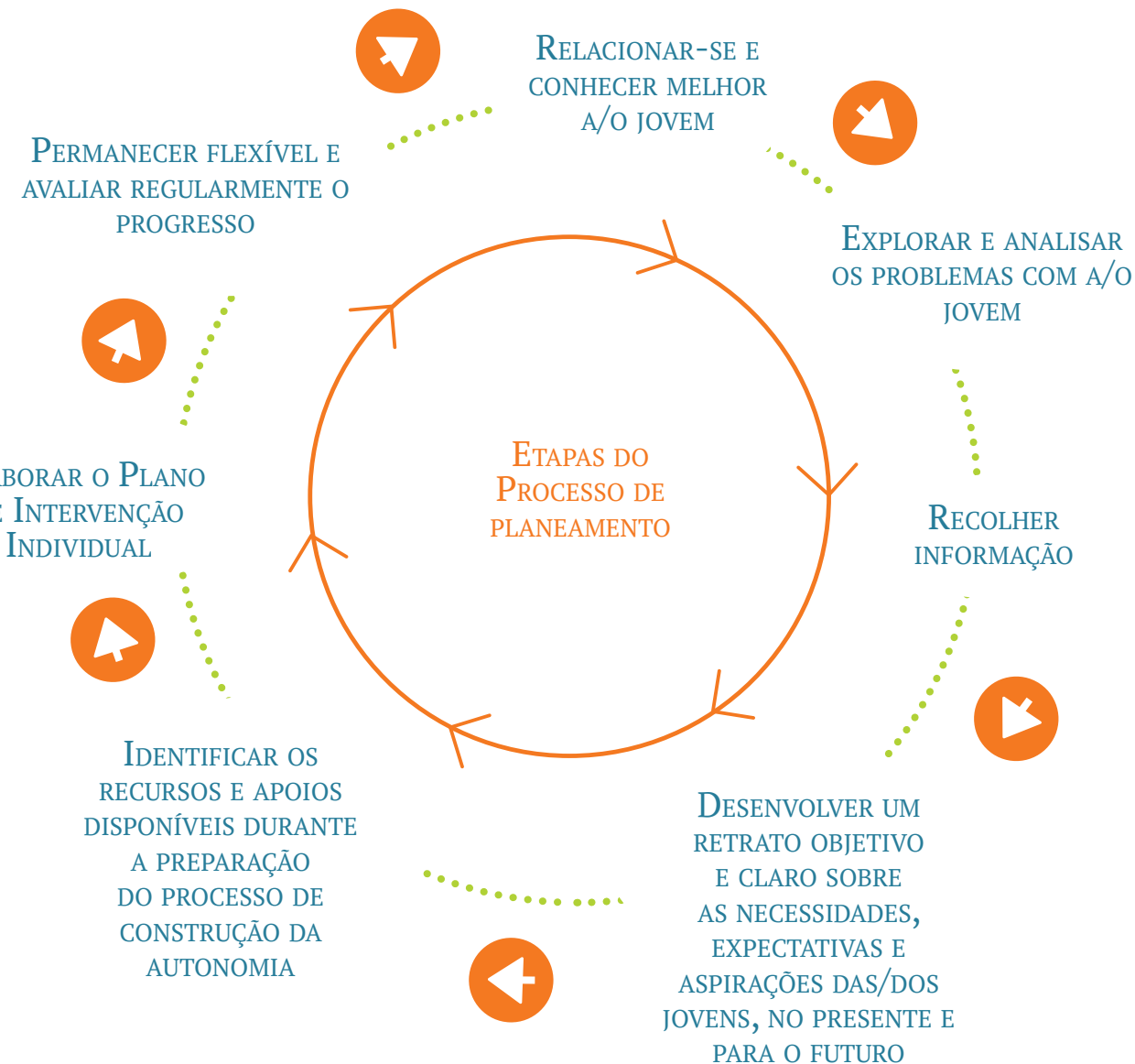
A preparação do Plano de Intervenção Individual focado na autonomia e transição para a vida independente **deve começar logo que possível durante a colocação no acolhimento**, muito antes da data planeada para a saída, com a disponibilização de apoio adequado. De igual modo, é previsível que haja um tempo requerido após a saída do acolhimento.

É importante **desenvolver o Plano de Intervenção Individual de forma adequada e adaptada a cada jovem**, tendo em consideração a sua idade e nível de compreensão. Como parte do exercício, as/os jovens devem conhecer as decisões que podem tomar e as que dependerão de outras pessoas, devendo ficar clara a informação sobre o que é realista e exequível a cada momento.



## O que está envolvido no processo do Plano de Intervenção Individual?

O gráfico a seguir ilustra as etapas do processo de planeamento:





### 3. TRABALHO INTERSETORIAL: A IMPORTÂNCIA DA COLABORAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS E ORGANIZAÇÕES VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL

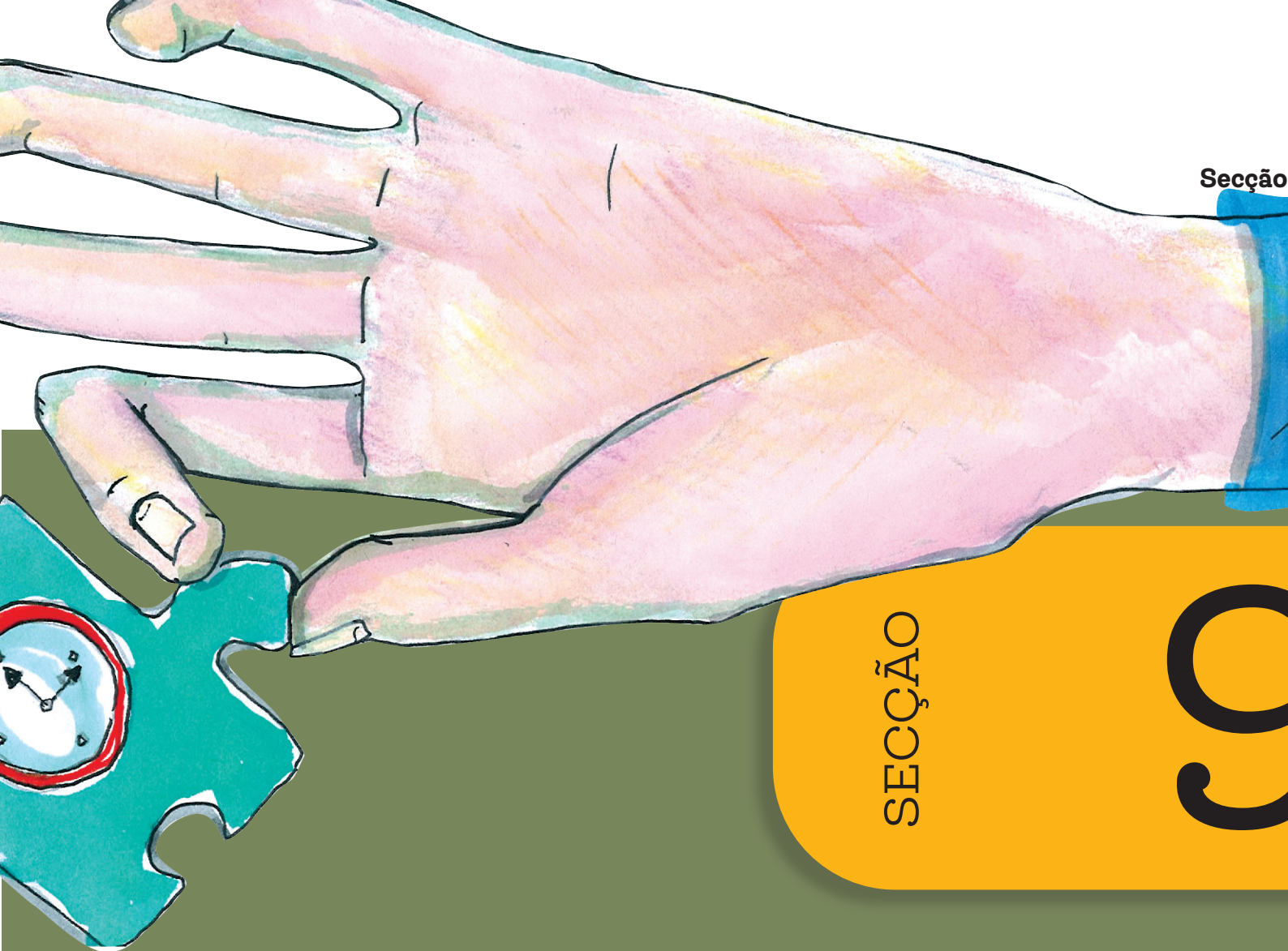
É essencial que o planeamento conjunto e o trabalho multisectorial, em parceria, esteja no cerne das boas práticas dos cuidados alternativos prestados a crianças e jovens. O Plano de Intervenção Individual deve **incluir informação precisa e clara sobre os papéis e responsabilidades das organizações e instituições parcerias que vão ao encontro das necessidades e aspirações da/o jovem em transição faseada para a vida adulta.**

Deste modo, durante o Plano de Intervenção Individual, é necessário identificar e trabalhar com outras organizações e profissionais que têm um papel a desempenhar (por exemplo, técnicas/os da área da habitação, estabelecimentos de ensino, empregadoras/es, etc.) e garantir que as/os jovens possam construir uma relação com estes serviços. **O papel da/do cuidador/a e/ou educador/a de referência é importante para estabelecer as ligações necessárias e atuar em conjunto com todos as/os profissionais na defesa dos direitos da/o jovem.**

É essencial que a intervenção **das equipas/profissionais de autonomia seja acionada e possa iniciar-se muito antes de qualquer saída do acolhimento**, a fim de dar tempo para o estabelecimento de relações positivas sustentadas no conhecimento efetivo de cada caso. Se não pudermos contar com essas equipas de profissionais, deveremos identificar as pessoas certas na Casa, noutras respostas ou organizações e entidades que possam desempenhar as funções correspondentes.



Secção



SECÇÃO

CO

DESENVOLVER UM PLANO DE  
INTERVENÇÃO INDIVIDUAL  
TAREFAS PARA AS/O  
CUIDADORAS/ES DE  
REFERÊNCIA

## DESENVOLVER UM PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL: TAREFAS PARA AS/OS CUIDADORAS/ES DE REFERÊNCIA

- Nesta secção, as pessoas responsáveis por preparar o
- Plano de Intervenção Individual com as/os jovens têm que
- concluir uma série de tarefas projetadas para informar a sua
- estratégia nesta fase, inspirando e orientando também para
- o apoio após o acolhimento. Estas tarefas devem permitir
- que se cultive **um relacionamento genuíno, atencioso e**
- **confiável com o jovem em processo de autonomia.**

No entanto, deve notar-se que não se trata de uma lista exaustiva de ações a desenvolver e, portanto, não deve ser considerada como uma mera *checklist* de atividades a fazer.



## 1. ESTABELECEER RELAÇÃO E CONHECER MELHOR CADA JOVEM EM PROCESSO DE AUTONOMIA

É importante conhecer realmente cada jovem com quem se trabalha e analisar toda a sua jornada de acolhimento rumo à independência, assente numa perspetiva informada sobre o seu desenvolvimento individual. Experiências e adversidades na infância podem ter um impacto significativo no desenvolvimento emocional e fisiológico de cada jovem. Por esse motivo, **é importante que, no início do planeamento, compreendamos as experiências que as/os jovens tiveram e como as mesmas podem afetar o processo de autonomia sendo imprescindível** ter isso em consideração no trabalho quotidiano.

Em particular, é muito importante interagir com cada jovem de uma forma que lhes permita reconhecer que **valorizamos e nos importamos com o seu futuro.**

### TAREFA

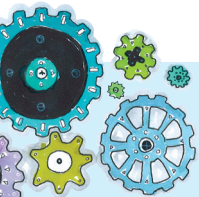
**Interagir com cada jovem de uma forma que lhes permita reconhecer que valorizamos e nos importamos com o seu futuro**

Passar tempo significativo a conhecer a/o jovem que permita construir uma relação de confiança:

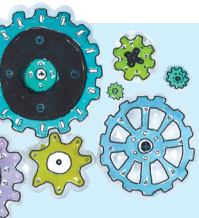
- incluir contacto regular planeado durante o qual é estabelecido um equilíbrio entre apoio específico e planeamento em conjunto com atividades sociais informais
- acordar com a/o jovem a frequência, o local e a data das sessões
- ser flexível e compreensiva/o uma vez que as necessidades e circunstâncias de cada jovem podem mudar

É importante que a interação com cada jovem possibilite entender as experiências que viveu durante a infância, incluindo tanto as negativas como as positivas. Ao considerar-se que experiências negativas de negligência, abandono e abuso podem também ter ocorrido na sua infância, deve estar-se ciente que as suas consequências o podem afetar de diferentes maneiras:

- atraso escolar e no desenvolvimento
- incapacidade de estabelecer relações próximas
- instabilidade permanente e insegurança



Por este motivo, é importante considerar que a/o jovem nem sempre conseguirá aproveitar ao máximo o apoio ou orientação que recebe das/dos profissionais.



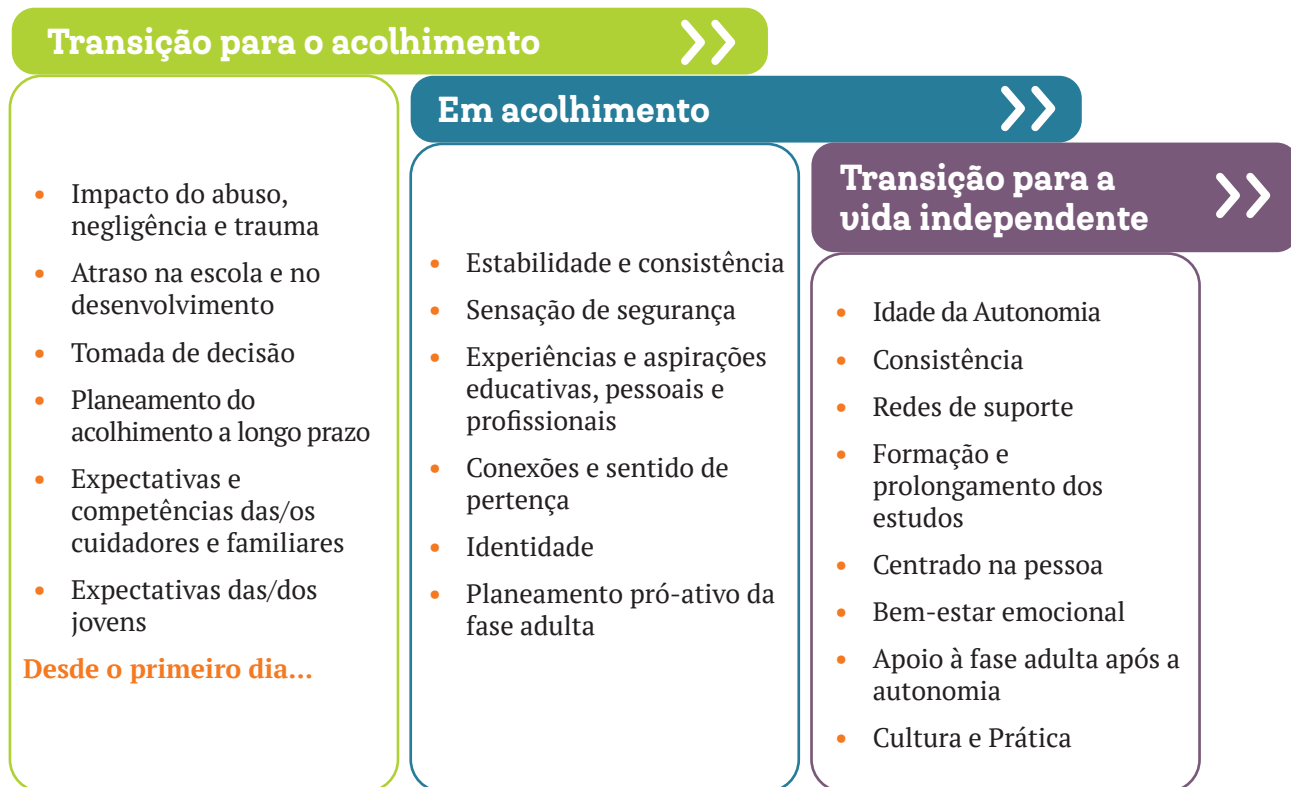
## TAREFA

### Trabalhar com a/o jovem para entender a sua experiência no acolhimento

- Conhecer a/o jovem e como ele dá sentido às suas experiências pessoais e ao contexto familiar.
- Analisar a opinião da/do jovem sobre a sua experiência no acolhimento.
- Verificar se a/o jovem se sente capaz de estabelecer relacionamentos com outras pessoas.
- Identificar os tipos de acompanhamento que recebeu anteriormente e quais os seus impactos (negativos e positivos) no desenvolvimento?
- Contactar outras/os profissionais responsáveis pelo acolhimento (educadoras/es responsáveis, família de acolhimento, etc.).
- Conhecer se a/o jovem tem noção e como constrói as razões pelas quais teve que sair de casa da sua família.
- Descobrir o que pode estar a faltar à/ao jovem – existem lacunas na sua narrativa?
- Pensar como ajudar a/o jovem a ter acesso a informações ou estratégias necessárias capazes de preencher as lacunas presentes
- Identificar o efeito que experiências dolorosas podem ter tido, a separação da família e a falta de outros relacionamentos importantes. Descobrir e explorar com a/o jovem sobre ‘o que aconteceu’ e ‘qual o potencial impacto no seu desenvolvimento emocional e psicológico’. Na sua perceção, as suas competências foram afetadas?
- Refletir sobre estratégias e ferramentas metodológicas que poderão contribuir para conhecer melhor o seu passado e o presente, (por exemplo, através da criação de livros de história de vida)<sup>16</sup>.

A tabela seguinte ilustra fatores a serem considerados no apoio a jovens em processo de autonomia, interrelacionados e que podem ter um impacto cumulativo.

## UMA VIDA: UMA VIAGEM PELO ACOLHIMENTO



### Transição para o acolhimento >>

- Impacto do abuso, negligência e trauma
- Atraso na escola e no desenvolvimento
- Tomada de decisão
- Planeamento do acolhimento a longo prazo
- Expectativas e competências das/os cuidadores e familiares
- Expectativas das/dos jovens

**Desde o primeiro dia...**

### Em acolhimento >>

- Estabilidade e consistência
- Sensação de segurança
- Experiências e aspirações educativas, pessoais e profissionais
- Conexões e sentido de pertença
- Identidade
- Planeamento pró-ativo da fase adulta

### Transição para a vida independente >>

- Idade da Autonomia
- Consistência
- Redes de suporte
- Formação e prolongamento dos estudos
- Centrado na pessoa
- Bem-estar emocional
- Apoio à fase adulta após a autonomia
- Cultura e Prática

### Intervenção baseada na relação

É claro que os fatores analisados nesta secção podem afetar muito os desafios e as complexidades da/o jovem durante o processo de autonomia. Por este motivo, é importante entender o caminho para a independência como uma viagem contínua que depende da experiência das crianças e jovens antes, durante e após o período de acolhimento.

Será necessário ajudar a providenciar informação que **ajude as/os jovens a entenderem as suas próprias histórias pessoais**, refletindo sobre as ações das pessoas desde a chegada ao acolhimento: pela sua família, profissionais, cuidadoras/es, etc.

Para este fim, é preciso **ajudar a/o jovem a aceder a relatórios e registos** que o ajudem a ter uma imagem mais clara sobre o momento do acolhimento. As/os jovens poderão precisar muito de apoio emocional neste processo, o que também pode ajudá-los a **analisar as suas próprias reações e comportamentos**, e começar a refletir sobre o que os ajudou a aceitar os seus sentimentos, incluindo os de perda e abandono tanto no presente como no futuro.

Quando ajudamos a/o jovem a planear o seu caminho para a vida adulta, devemos considerar o impacto a longo prazo das experiências anteriores na sua vida e no desenvolvimento.

Para lidar com esse impacto, é necessário:

- Melhorar a estabilidade e previsibilidade nas suas vidas
- Garantir uma experiência educativa positiva
- Apoiar nas suas aspirações e ambições para o futuro
- Garantir que eles têm um sentido de ligação e de pertença
- Garantir que se sentem seguros
- Garantir que eles têm acesso a relações contínuas e positivas durante todo o período do acolhimento



## 2. REUNIR INFORMAÇÃO

As informações necessárias para desenvolver o processo de autonomia devem ser através de uma **avaliação das necessidades** detalhada que será a base de um Plano de Intervenção Individual.

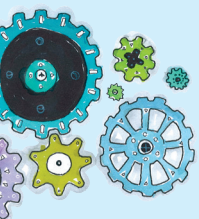
Em princípio, as pessoas de referência – cuidador/a e/ou educador/a de referência, em conjunto com a equipa técnica de profissionais, nomeadamente a pessoa gestora de caso interno e externo, devem obter todas as informações necessárias para desenvolver o Plano de Intervenção Individual por meio de uma avaliação em conjunto com a/o jovem em transição para a autonomia. No entanto, é importante que **organizações e pessoas relevantes também participem** – incluindo, onde for adequado, membros da família, outras pessoas cuidadoras e mentoras – cujo envolvimento pode ser requerido ou desejável antes e ou durante o processo de saída do acolhimento.

Antes de realizar as avaliações para o processo de autonomia, é necessário verificar se a/o jovem completou objetivos e metas estabelecidos no Plano de Intervenção Individual anterior para cada fase/momento. Dessa forma, será evitada uma duplicação de esforços tanto da/do jovem em transição para a autonomia como das/os cuidadoras/es e profissionais que estão a dar apoio nesse processo. Os **processos individuais atuais** devem incluir informações sobre a avaliação das respostas colocadas em prática perante as necessidades identificadas em cada caso.

Os relatórios das organizações sobre o período de acolhimento devem ter todas as informações factuais necessárias sobre a/o jovem e os planos de cuidados ou avaliações que estes concluíram antes de iniciarem o Plano de Intervenção Individual com informações e registos essenciais sobre o contexto, designadamente informação factual sobre a criança ou jovem, em termos de:

- contexto familiar
- história cronológica do seu acolhimento
- estatuto jurídico
- saúde
- educação
- intervenientes no processo

Lembrar que o objetivo não é proceder a juízos de valor sobre a/o jovem com base no que outras pessoas escreveram sobre ele, mas sim recolher informação factual sobre o que aconteceu no seu percurso.



## TAREFA

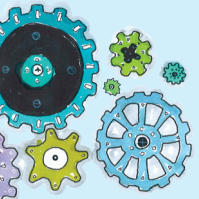
### Recolher informação

- Garantir que se tem acesso todos os registos e relatórios relevantes salvaguardando e respeitando todos os princípios da proteção de dados pessoais.
- Aceder a registos académicos e sobre atitudes perante a escola, realizações pessoais e preferências da/do jovem.
- Conhecer se há algum problema relevante de saúde (física e mental).
- Situar a/o jovem no seu contacto familiar mais amplo para determinar a importância desse contexto (ou a importância de alguns elementos) para o processo de transição. Identificar os pontos fortes e fracos do potencial sistema de apoio e de que forma os seus contributos anteriores ou subsequentes à saída podem ser melhorados.

### 3. CRIAR UMA RETRATO OBJETIVO E CLARO SOBRE AS NECESSIDADES, OBJETIVOS E ASPIRAÇÕES DE CADA JOVEM NO PRESENTE E NO FUTURO

É fundamental pensar que o processo de construção de autonomia não é simplesmente um evento administrativo em que o respetivo plano de se torna um mero exercício a assinalar numa lista relativamente ao que é ou não cumprido. E, claro, é essencial refletir sobre os aspetos práticos de apoio e os serviços que cada jovem requer, bem como também reconhecer que **as/os jovens em autonomia devem ser capazes de ter esperanças, aspirações e uma visão positiva do seu futuro** como qualquer outra pessoa.

A equipa de apoio e as/os cuidadoras/es e/ou educador/a **têm a posição ideal para promover essas esperanças e aspirações**. E apesar do tempo que esta tarefa requer, **investir numa relação emocional e de confiança** com a/o jovem permite que participem significativamente no desenvolvimento do seu Plano de Intervenção Individual, incorporando as suas esperanças e planos para o futuro.



## TAREFA

### Promover esperança e aspirações

#### Procura:

- focar nas aspirações da/do jovem para o seu futuro
- identificar as preocupações que a/o jovem tem quando procura atingir os seus objetivos
- ajudar as/os jovens a resolver problemas e assumir riscos de forma construtiva
- ser um modelo positivo a seguir – influenciar positivamente o comportamento, qualidades e valores
- ser transparente e realista sobre como as aspirações podem ser alcançadas

Uma forma de envolver as/os jovens e apoiar as suas aspirações e os planos para o futuro é aplicar um método de **planeamento centrado na pessoa**<sup>17</sup>.

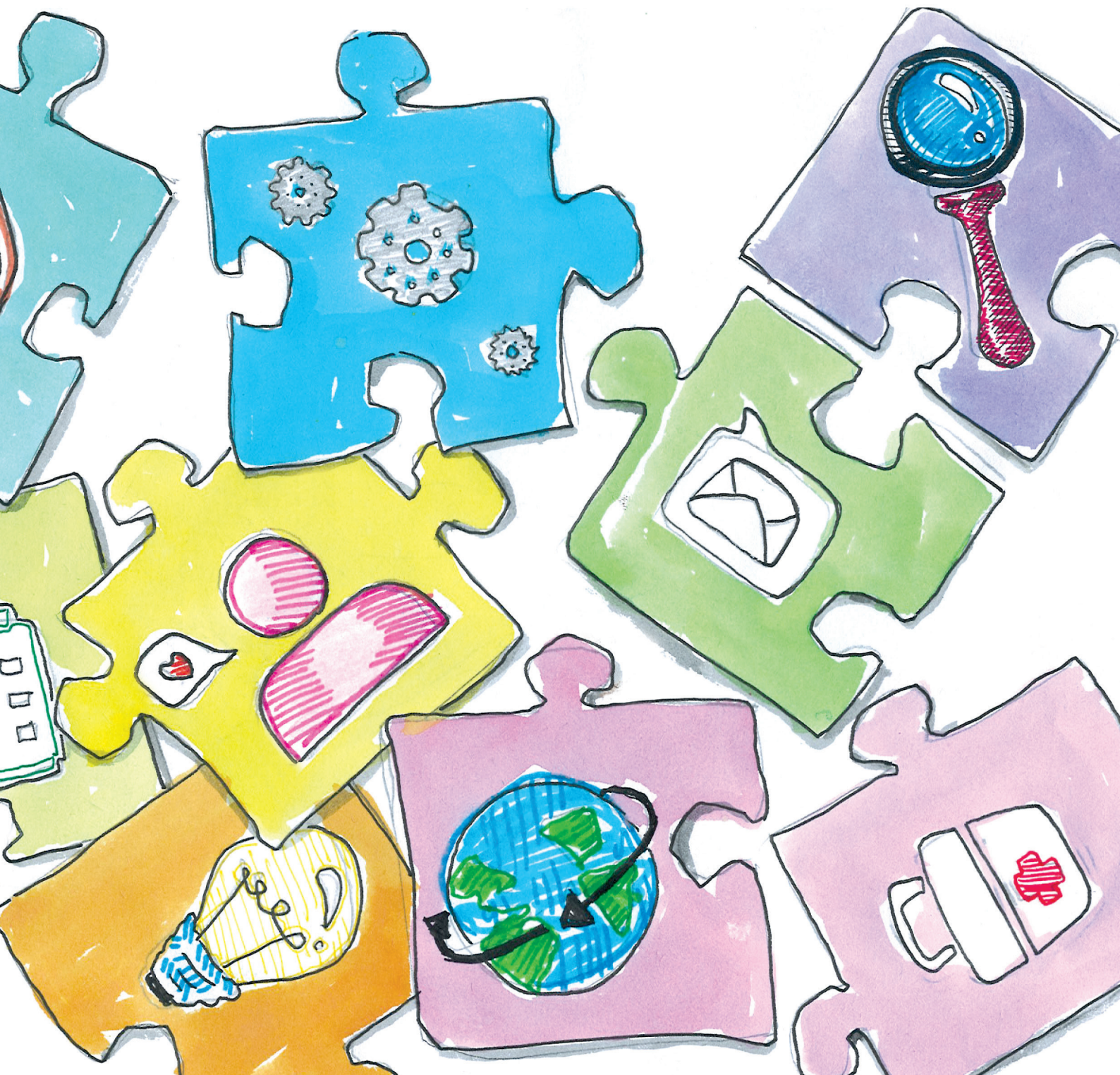
Este método coloca de forma genuína as/os jovens no centro do Plano de Intervenção Individual, reconhecendo que o processo de autonomia é **dinâmico** e requer cooperação entre profissionais, organizações e jovens.

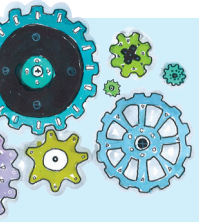
As/os profissionais precisam de ser capazes de traçar um plano que projete o futuro das/dos jovens e que deve ser significativo e envolver a/o jovem. A imagem abaixo é um exemplo do que pode ser um plano desta natureza.



As/os jovens **têm o direito de conhecer todas as informações** relevantes para as suas opções para o presente e o futuro, para que possam **tomar decisões informadas sobre o seu projeto de vida** e autonomia.

A informação deve ser realista em termos de oportunidades e de perspectivas, refletir as oportunidades e o apoio disponível para as/os jovens e deve ser comunicada de forma clara e fácil de entender, em linguagem apropriada.





## TAREFA

### Informar as/os jovens sobre os aspetos que podem ser importantes na sua situação

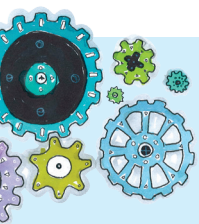
- Introduzir a estratégia de planeamento de alternativas com o objetivo de estimular a/o jovem a pensar sobre o seu futuro.
- Identificar as questões e assuntos importantes para a/o jovem e proporcionar informações adicionais que possam ser úteis para refletir sobre o futuro.
- Apresentar à/ao jovem outras pessoas e organizações que o possam ajudar com os seus planos (por exemplo, professoras/es, possíveis empregadoras/es, etc.)
- Ajudar a/o jovem a entender os seus direitos e a conhecer os apoios e os serviços aos quais pode ter acesso. Discutir com a organização como construir um planeamento mais dinâmico e significativo pelo qual a/o jovem se sinta responsável

## 4. IDENTIFICAR FONTES DE APOIO PARA RESPONDER ÀS NECESSIDADES, EXPECTATIVAS E ASPIRAÇÕES DE CADA JOVEM

Na secção 8 analisámos a importância do trabalho intersectorial. É essencial que o **planeamento conjunto, o trabalho cooperativo e de parceria entre organizações estejam no cerne da intervenção e nas práticas dos cuidados alternativos prestados a crianças e jovens**. Os Planos de Intervenção Individual devem incluir todas/os os participantes responsáveis – tanto as organizações como as pessoas – na resposta às necessidades da/do jovem através de um caminho faseado até à idade adulta.

**Durante a execução do Plano de Intervenção Individual, é necessário identificar e trabalhar com outras organizações e profissionais que têm um papel específico a desempenhar** (por exemplo, técnicas/os na área da habitação, estabelecimentos de ensino, magistradas/os e advogadas/os, profissionais de saúde, empregadoras/es, etc) e garantir que as/os jovens também com estas possam estabelecer relação. O papel da/do cuidador/a e/ou educador/a de referência é importante para efetuar todas as ligações necessárias e atuar em conjunto com as/os profissionais na defesa dos direitos da/do jovem.

Na secção 6 analisámos a importância de considerar a autonomia como um processo de desenvolvimento contínuo. É essencial que as informações da/do jovem sejam transferidas antecipadamente para as equipas/profissionais responsáveis pela etapa após a autonomização, ou seja, após a saída do acolhimento, a fim de preparar e estabelecer relações positivas. Se não pudermos contar com essas equipas de profissionais, profissionais tem de se identificar os serviços e organizações e quem serão as pessoas/profissionais de contacto que podem desempenhar essas funções.



## TAREFA

### **Desenvolver conhecimento e redes de trabalho com outras/os profissionais**

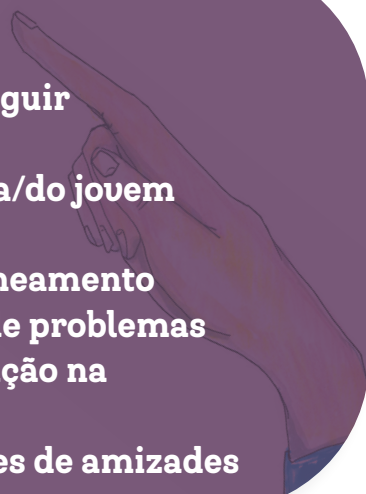
- Melhorar o nosso conhecimento sobre os serviços a par dos direitos das/dos jovens no processo de construção de autonomia.
- Estabelecer um relacionamento positivo com profissionais de outros setores e identificar organizações que ofereçam apoio a jovens neste processo.
- Desenvolver a capacidade de trabalhar em equipa e tirar o máximo proveito de outras/os profissionais/organizações.
- Planear reuniões com organizações responsáveis para analisar/avaliar a execução do Plano de Intervenção Individual e estabelecer protocolos e a partilha de práticas de trabalho.
- Ajudar outras organizações a entender as necessidades das/dos jovens e o seu papel no processo.
- Familiarizarmo-nos com a legislação nacional relativa a esta área.

## 5. MENTORIA ENTRE PARES


Outra forma de apoiar as/os jovens durante o processo de autonomia é através da figura da mentoria entre pares. Nesta secção do *Guia Prático* referimo-nos especificamente à mentoria entre pares como **a correspondência de um/a jovem em transição para a autonomia com outra ou outro jovem** que viveu experiências semelhantes.

A pessoa mentora de pares desempenha um papel muito importante de empoderamento da/do jovem, apoiando-o no processo de transição para a autonomia. Um dos pontos fortes da mentoria por pares é forma como as/os jovens em transição para a autonomia podem beneficiar da partilha de experiências da/do próprio mentor, tanto positivas como negativas. As/os jovens podem usar essa partilha para desempenhar um papel muito importante ao ajudar outros a tomar decisões positivas dar conselhos e apoio em resposta a necessidades práticas, sociais e emocionais.

**As/os mentoras/es de pares podem:**

- Oferecer o seu tempo e atenção
  - Ser um exemplo positivo fiável a seguir
  - Partilhar as suas experiências
  - Ouvir atentamente os problemas da/do jovem
  - Ajudar a identificar objetivos
  - Incentivar a/o jovem durante o planeamento
  - Melhorar o processo de resolução de problemas
  - Servir como suporte para a integração na comunidade
  - Introduzir a/o jovem em novas redes de amizades
- 

**As/os mentoras/es de pares não podem:**

- Tomar decisões pela ou pelo jovem, embora possam sugerir alternativas e ajudá-lo a refletir sobre as consequências de cada ação
  - Substituir as/os profissionais ou serviços que trabalham com as/os jovens
- 

## ESCOLHA DA PESSOA MENTORA E APOIO DAS/DOS CUIDADORAS/ES E/OU EDUCADOR/A DE REFERÊNCIA

Cada jovem em processo de autonomia tem as suas próprias expectativas e necessidades, e as/os mentoras/es terão experiências e conhecimentos diferentes para disponibilizar. Para que esse relacionamento seja positivo, é importante que a pessoa mentora seja responsável, tanto no seu tempo como na atenção que presta, e no cumprimento daquilo que assume e promete.

**As/os cuidadoras/es e/ou educador/a de referência** desempenharão um papel importante na **avaliação da correspondência de perfis** entre a possível pessoa mentora e a/o jovem, com base na personalidade, interesses e experiências de ambos. Devemos avaliar cuidadosamente se a pessoa mentora é capaz de participar continuamente neste processo de mentoria e se tem um comportamento confiável e seguro.

Também é essencial avaliar as expectativas da/o jovem sobre a pessoa mentora e os aspetos em que espera ser apoiado, o que está disposto e é capaz de dar, a fim de **esclarecer a função de cada um/a e estabelecer os limites necessários**.

**O papel da/do cuidador/a e/ou educador/a de referência é o de:**

- **Transmitir à/ao jovem informação sobre o que a pessoa mentora pode fazer**
- **Ajudar a/o jovem a identificar as suas expectativas sobre a pessoa mentora**
- **Identificar uma possível pessoa mentora**
- **Verificar as referências e a adequação da pessoa mentora para a/o jovem**
- **Preparar a pessoa mentora para o seu papel**
- **Estabelecer um consenso sobre o papel e as responsabilidades da pessoa mentora de pares**
- **Oferecer suporte contínuo à pessoa mentora**
- **Supervisionar o trabalho da pessoa mentora**






É possível que a **seleção de uma pessoa mentora de pares surja naturalmente a partir da/do próprio jovem, da sua rede de amizades ou de parentes**, pois dessa forma há menos hipóteses de a/o jovem sentir que é um relacionamento forçado. As pessoas mentoras de pares podem ser elementos que partilham com a/o jovem a mesma escola, a mesma vizinhança, o mesmo desporto ou a mesma atividade ou organização juvenil. Como alternativa, colegas mentoras/es também podem ser recrutadas localmente por meio de um anúncio, como acontece em alguns países.

As organizações de acolhimento deverão ter a tarefa de avaliar os motivos pelos quais pessoas mentoras de pares podem querer participar. É fundamental, contudo, verificar, de forma responsável, a motivação e as referências das possíveis pessoas mentoras, mas sem estabelecer processos de seleção demasiado rígidos e fechados que possam desmotivar quem se candidata que detenham as competências necessárias.

## DESAFIOS

Existem vários desafios no relacionamento com a pessoa mentora, e a intervenção da/do profissional pode ser crítica em determinadas ocasiões. Entre os desafios estão:

- Gerir as expectativas e exigências da/do jovem
- Manter os limites entre a/o jovem e a pessoa mentora
- Intervir em ocasiões em que o comportamento do jovem é difícil de controlar
- Apoiar a gerir a decepção e frustração do jovem quando o mentor não cumprir com o que foi acordado



**Os estudos mostram que a experiência das pessoas mentoras é gratificante para as próprias. Por exemplo, podem sentir-se satisfeitas e procurar que outras/os jovens tenham uma transição para a autonomia de sucesso. Além disso, o processo também oferece a oportunidade para mentores e mentoras reverem a sua própria experiência de acolhimento.**

## EXEMPLO DE UM PAR MENTOR EM ITÁLIA

Programa de orientação realizado pela SOS Children's Villages International, juntamente com o Grupo de Jovens Peritos (Young Expert Group – YEG) em Itália. Os membros deste grupo pertencem à Rede italiana Care Leavers Network, liderada pela organização Agevolando<sup>18</sup>. Este é o seu relato:

1. O que nos ajudou no apoio entre pares foi o papel de alguns e algumas jovens 'pioneiros' que entenderam a nossa necessidade de receber apoio durante o período de transição e compreenderam as nossas necessidades emocionais e práticas. Desta forma, pudemos beneficiar dos seus exemplos e aprender com as suas experiências.

Um membro do YEG relatou sobre o dia em que foi convidado para participar numa conferência para discutir a sua experiência no acolhimento. Contou a história da sua vida e como descobriu a sua vocação, terminou a escola e fez a sua formação superior enquanto trabalhava para melhorar as redes de apoio de outras/os jovens. No final da conferência, uma jovem aproximou-se e disse: *'Obrigado pelo teu exemplo. Agora eu sei que se tu conseguiste, eu também posso conseguir.'* Com isto em mente, a YEG recomenda que cuidadoras/es e profissionais do acolhimento criem mais oportunidades para as/os jovens em processo de transição conhecerem outras/os jovens que estiveram em acolhimento e que já estão autonomizados. Desta forma, as/os jovens em acolhimento poderão combinar o apoio da mentoria de pares com o das/dos cuidadoras/es.

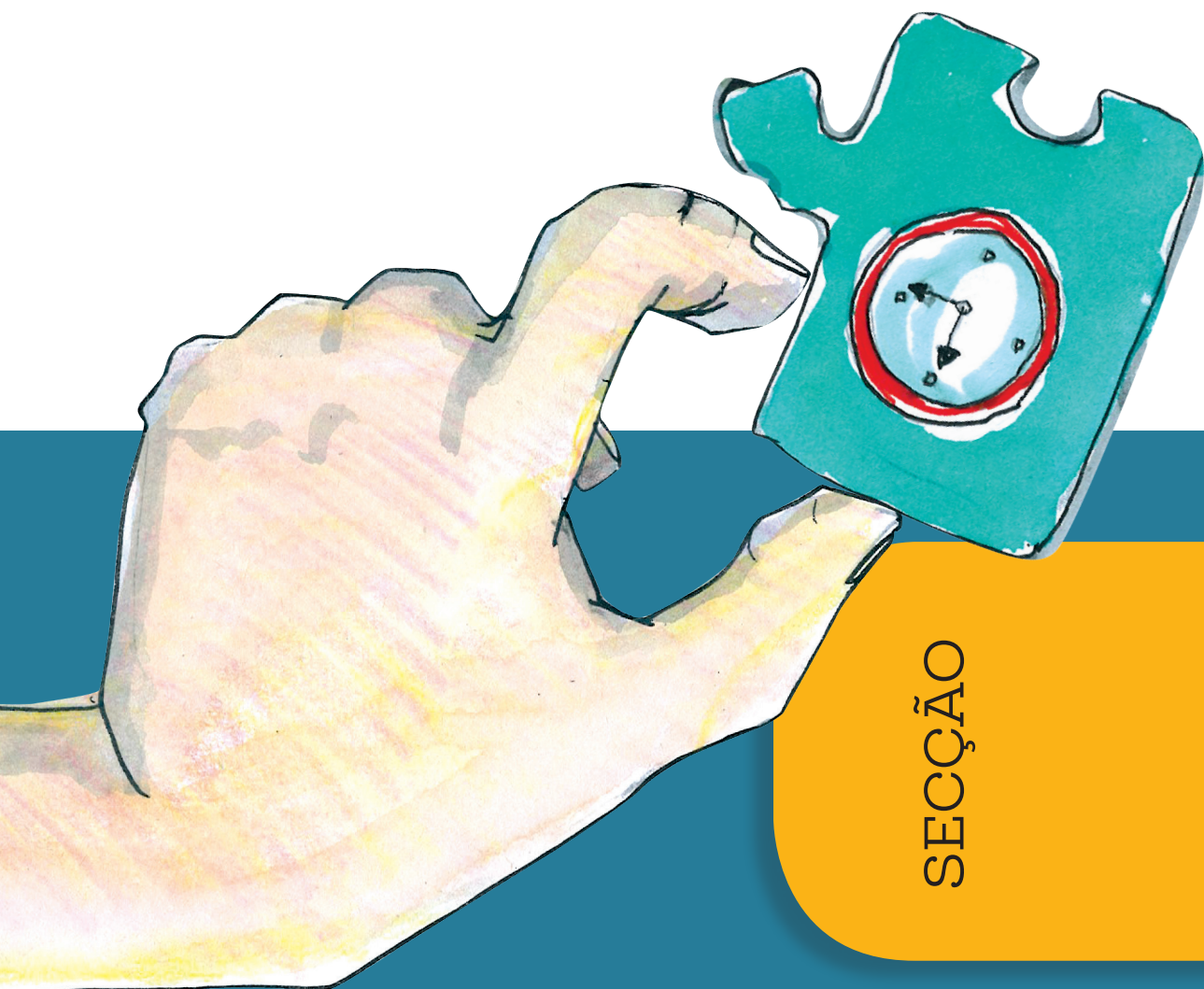
2. Outro membro do YEG mencionou que foi muito positivo manter a relação com o seu educador após o fim do processo de autonomia. A relação acabou por ir evoluindo e tornar-se numa relação par-a-par, em apoio mútuo.
3. O apoio dos pares é vital para as/os jovens conhecerem outras pessoas com um contexto familiar e uma experiência semelhante, ouvirem e partilharem opiniões e estratégias de sobrevivência. Desta forma, as/os jovens sentem-se acompanhados e que juntos conseguem encontrar muitas mais soluções. Por exemplo, várias/os jovens que se conheceram durante o projeto *'Capacitação de profissionais que trabalham com jovens em acolhimento'*<sup>19</sup>, implementado em cinco cidades de Itália, mencionaram que era necessário que os encontros se mantivessem quando o projeto terminasse. Embora não tivessem os recursos financeiros necessários para se reunir fora do acolhimento, e precisassem que outro projeto os viesse ajudar, a resposta à necessidade de ajuda e partilha das suas experiências foi muito positiva. Isto levou a que uma parte desses e dessas jovens decidisse juntar-se ao projeto *Care Leavers Network* que começou alguns meses depois.



### Ponto de Ação:

A nossa organização incentiva e apoia jovens autonomizados a tornarem-se disponíveis para ajudar outras/os jovens que estão em processo de autonomia? Em caso afirmativo, o processo funciona bem? Existe algum aspeto que pode ser melhorado? Caso contrário, o que podemos fazer para incentivar o desenvolvimento dessa ideia na nossa organização?





SECÇÃO

10

# DESENVOLVIMENTO D PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DIRETA E SIGNIFICATIVA  
DAS/DOS JOVENS NA DETERMINAÇÃO DO SEU FUTURO

## DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DIRETA E SIGNIFICATIVA DAS/DOS JOVENS NA DETERMINAÇÃO DO SEU FUTURO

**‘Não depende de mim, mas deles. Tudo depende das direções e dos/das cuidadores/as.’**


### DO ESTUDO-PILOTO



Participar de forma direta e significativa nas decisões que afetam a sua vida é importante para todos/as, incluindo para as/os jovens no processo de autonomia! Estes/as jovens querem ter a oportunidade de partilhar as suas ideias, influenciar a tomada de decisões e projetar o caminho que querem seguir para conseguirem mudanças nas suas vidas. Para tomar decisões informadas, as/os jovens em processo de autonomia querem conhecer os seus direitos e possibilidades, e todas as opções que têm à sua disposição. No entanto, as/os jovens em processo de autonomia sentem que não são capazes de participar plenamente e que prevalecem as decisões das/dos cuidadoras/es e/ou educador/a de referência.

- **A participação ativa da/do jovem é um dos pilares fundamentais de uma boa prática (ver o Princípio II da Secção 4). Isso permite empoderamento da/do jovem para que tome decisões e assuma o controlo da sua vida. Para isso, as/os jovens precisam de estar no centro do processo de avaliação e planeamento e, com o apoio adequado, estarem inteiramente envolvidos em todos os aspetos de planificação do seu futuro.**

**As/os jovens querem participar nas decisões que afetam os cuidados e serviços que recebem.** Embora a maioria se sinta envolvido, nem todos sentem verdadeiramente que têm possibilidade reais de escolha quando se estão a autonomizar, nem se sentem genuinamente envolvidos na participação e elaboração no seu Plano de Intervenção Individual. Deste modo, devemos questionar se incentivamos a participação direta das/dos jovens nos planos de acompanhamento e no seu futuro. Além disso, é necessário analisar se as/os jovens influenciam para melhorar, desenvolver e concretizar os serviços necessários durante o processo.



**A participação das/dos jovens deve estar no centro da legislação sobre os processos de autonomia. Temos de desenvolver processos diretos e significativos. Precisamos de seguir os planos das/dos jovens, precisamos de apoiá-los quando cometerem erros, precisamos de defendê-los, precisamos de lutar para melhorar os recursos, precisamos de desafiar as/os nossas/os colegas para garantir que tenham o serviço que merecem, precisamos de enfrentar estereótipos. Em suma, temos de acreditar nas/nos jovens. (McGhee et al, 2014, p. 6).**

O **empoderamento e a melhoria da autoestima**, que devem resultar da participação genuína, contribuem significativamente para outro fator crucial para a preparação bem-sucedida da autonomia e a vida adulta: o desenvolvimento da resiliência (ver Secção 7).



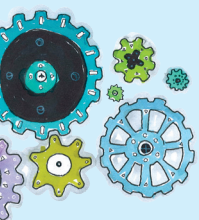
### Ponto de Ação:

Consultar o Anexo 4 para mais informações sobre diferentes modelos de participação.

## INDICADORES DE BOAS PRÁTICAS PARA A PARTICIPAÇÃO

Os seguintes indicadores permitem avaliar o nível de participação das/dos jovens durante o planeamento e execução do Plano de Intervenção Individual:

- As/os jovens fazem parte das decisões relacionadas com a sua vida diária no acolhimento
- Antes das reuniões, é reservado um tempo para preparar e combinar a participação das/dos jovens
- As/os jovens participam ativamente na avaliação das necessidades e do seu próprio plano
- As/os jovens podem contar com alguém para apoiar, defender ou atuar como mentor/a durante a sua participação e envolvimento e melhorar a sua confiança



### TAREFA

#### Atribuir responsabilidades na tomada de decisões, com base na idade e capacidade da/do jovem

- Lembrar que o comportamento da/do jovem com experiência em acolhimento nem sempre se revela em consonância com o que é a norma esperada para a sua idade. O impacto das experiências traumáticas e dolorosas sofridas ao longo do desenvolvimento podem afetar o comportamento e as competências sociais.
- As/os jovens tomam más decisões e podem cometer erros – devemos procurar que vejam essas situações como oportunidades de aprendizagem, para a mudança, e encorajá-los a refletir, aprender e a crescer a partir dessa experiência.



### Ponto de ação:

Partilhar ideias com outras/os profissionais e analisar a estratégia da organização para garantir uma participação significativa das/as/os jovens em todo o processo.





SECÇÃO

11

O CONTEÚDO  
DO PLANO DE  
INTERVENÇÃO  
INDIVIDUAL

# O CONTEÚDO DO PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL

- Esta secção define os temas/questões chave a incluir no
- Plano de Intervenção Individual.

## 1. REVER A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL

Antes de analisar os temas/questões chave, é necessário **rever alguns dos aspetos mais importantes do Plano de Intervenção Individual** mencionados neste *Guia Prático*.

Lembre-se que o foco é em:

- Conhecer a/o jovem em processo de autonomia
- Identificar as opiniões, circunstâncias, necessidades, objetivos e aspirações da/do jovem
- Planificar a ação
- Verificar o progresso

O processo do Plano de Intervenção Individual deve considerar o seguinte:

- A preparação e implementação do Plano de Intervenção Individual **é um processo** que envolve a/o jovem, a/o cuidador/a e/ou educador/a responsável e várias/os profissionais, familiares, membros e outras/os cuidadoras/es, sempre que necessário e apropriado
- Devemos reconhecer o direito das/dos jovens a ter **esperança, aspirações e uma visão do seu futuro**, como qualquer outra pessoa. Cuidadoras/es e profissionais devem promover objetivos positivos e promover formas realistas para que os consigam alcançar

O Plano de Intervenção Individual deve ser baseado numa avaliação para identificar as circunstâncias, necessidades, objetivos e aspirações da/do jovem ao longo de um processo que atenda aos seguintes requisitos:

- Avançar pelo processo de avaliação e planeamento num **ritmo adequado a cada jovem**
- Ter uma visão holística das **circunstâncias, necessidades, objetivos e aspirações** de cada jovem – todos os aspetos são importantes e interrelacionados

- Fazer uma avaliação que contemple temas/questões chave e áreas para **atender às necessidades individuais de cada jovem** (esta secção fornece informações adicionais sobre os temas/questões)
- **Produzir um registo escrito** de avaliação que deve ser partilhado com a/o jovem

O Plano de Intervenção Individual deve garantir que nenhum/a jovem sai do acolhimento sem a preparação e as **competências sociais e práticas** necessárias para o sucesso do processo de transição. Neste âmbito, o Plano de Intervenção Individual define, estabelece, operacionaliza e supervisiona a concretização de **todo o apoio necessário** à execução dos objetivos para cada jovem, **incluindo as ações, as orientações e os recursos** indispensáveis à preparação da/do jovem para a saída do acolhimento, durante o período, antes e após.



### Ponto de ação:

- Olhar para o futuro – pensar com a/o jovem nos objetivos pessoais e nas etapas necessárias para alcançá-los.
- Ajudar a/o jovem a tomar decisões sustentadas e coerentes informadas sobre o seu futuro, garantindo que tem acesso a informações de qualidade.
- Decidir com a/o jovem as áreas a priorizar na intervenção.
- Considerar as pessoas que podem ajudar em diferentes secções do Plano de Intervenção Individual (por exemplo, um/a professor/a de escola ou um/a conselheiro de orientação profissional pode ajudar na secção ‘Formação & Emprego’, um/a técnico/a na área da habitação para apoiar na secção ‘Onde vou morar?’, um/a profissional do acolhimento pode ajudar na secção ‘Esperanças para o futuro’).
- Ajudar a/o jovem na sua preparação para a vida adulta e no aperfeiçoamento das competências práticas adequadas à idade, características de personalidade e etapa de desenvolvimento.

É improvável que tudo corra conforme o planeado; portanto, devemos consultar a/o jovem se for necessário **ajustar os objetivos e prazos estabelecidos**.

Embora a aquisição de competências práticas seja muito importante, **é o apoio emocional e social contínuo que é frequentemente mais crítico durante e após o acolhimento**. Como fariam com as suas próprias filhas e filhos, as pessoas de todas as associações que trabalham no acolhimento devem procurar garantir que cada jovem transita para a vida independente com as relações e as redes de suporte social necessárias.



### Ponto de Ação:

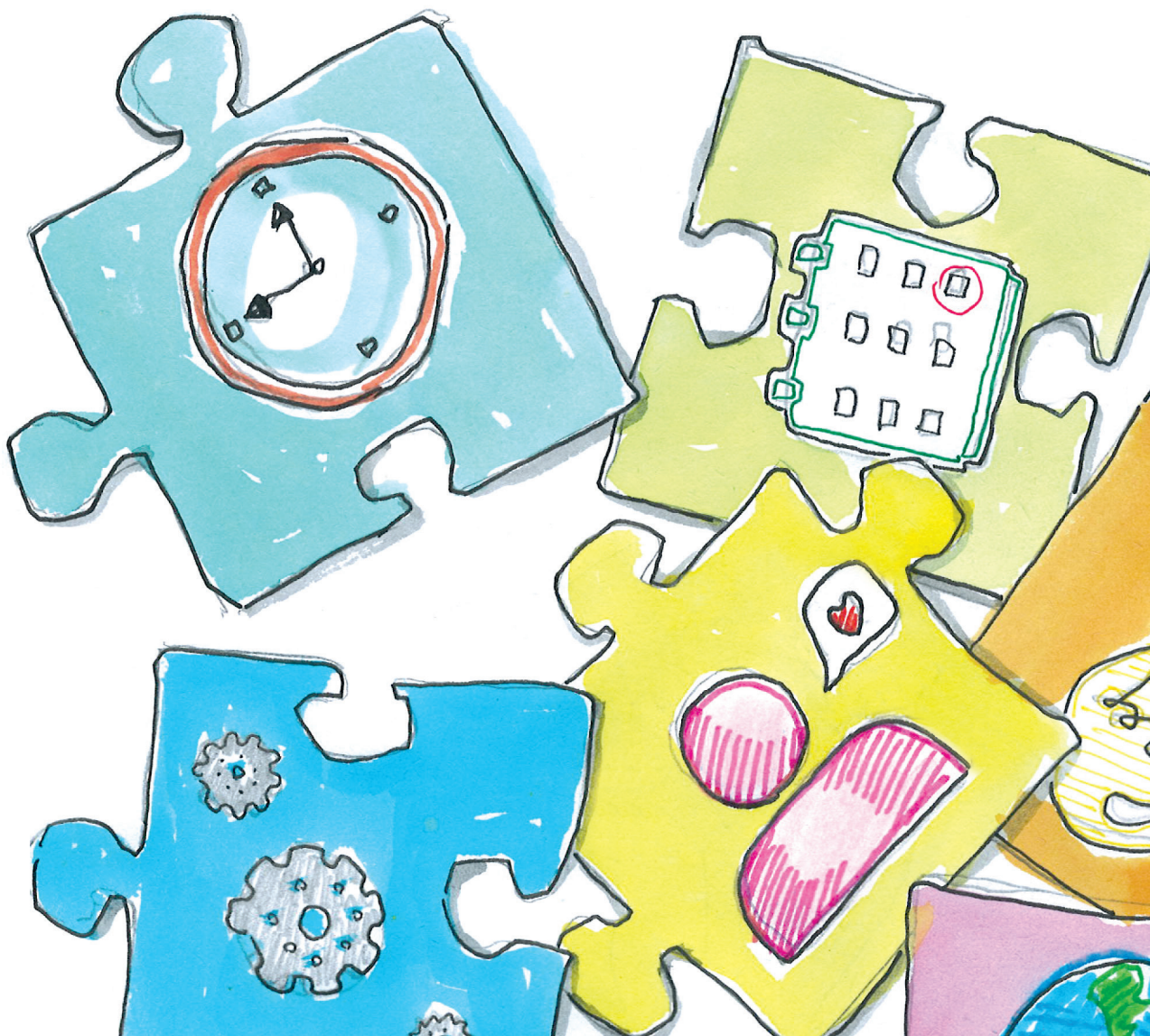
- Pensar no papel que as/os cuidadoras/es ou os membros da família têm
- Verificar se a/o jovem deseja receber apoio de outras pessoas – quem desempenha um papel importante na sua vida?
- Refletir sobre quem tem uma relação de apoio positiva com as/os jovens e quem faz parte da sua vida
- Considerar se existem faltas
- Verificar se a/o jovem precisa de apoio adicional a nível social e emocional

Lembre-se que trabalhar com um/a jovem em autonomia e construir uma relação de confiança pode levar tempo, mas investir esse tempo na/no jovem pode, de facto, ajudar a que se envolva de forma mais significativa nos seus planos futuros. **Cuidadoras/es, profissionais e outros responsáveis devem:**

- Adotar uma abordagem flexível e afetiva – postura honesta, autêntica, responsável e confiável
- Interagir primeiro com a/o jovem a um nível pessoal – a/o jovem conhece-o o suficiente para o fazer?
- Ser um exemplo e modelo positivo a seguir – comportamento, atributos e valores
- Garantir que o planeamento e as ações se centram na/no jovem para que ele possa participar significativamente no processo
- Garantir que a/o jovem se sente valorizado – concentrar os esforços no que mais deseja para o seu futuro e mostrar que nos importamos com ele ou ela
- Identificar as preocupações das/dos jovens sobre como alcançar os seus objetivos
- Incentivá-los a partilhar a autoria pelo processo de avaliação e planeamento
- Ouvir as suas opiniões – questionarmo-nos sobre se realmente ouvimos as suas opiniões?
- Considerar apoio específico necessário relacionado com questões e áreas específicas, como deficiência ou necessidades especiais de saúde, entre outras possíveis.
- Entender se a/o jovem precisa de mais apoio e confiança para expressar as suas ideias

Tendo em consideração estes aspetos, **relembremos que o conteúdo de um Plano de Intervenção Individual escrito deve considerar e incluir:**

- Circunstâncias, competências, necessidades, objetivos e aspirações de cada jovem
- Identificação do apoio adequado, incluindo os serviços, ações, orientações e recursos para responder a essas circunstâncias, necessidades, metas e aspirações
- Determinação da calendarização das ações e prestação de serviços específicos, incluindo a data de início
- Designação das pessoas responsáveis por providenciar ou facilitar o apoio e serviços necessários
- Identificar os mecanismos de supervisão e monitorização a implementar regularmente avaliando a execução dos objetivos e das ações previstas no Plano de Intervenção Individual, que mudanças são necessárias e como e por quem serão operacionalizadas em caso de necessidade



## 2. TEMAS/QUESTÕES CHAVE NO PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL

‘Foi um choque, porque estávamos habituados a que nos fizessem quase tudo, cozinhavam para nós, lavavam as nossas roupas, limpavam o nosso quarto... e agora eu tenho de fazer tudo isso na minha casa, e acho que eles nos deveriam ter preparado melhor.’

‘Há crianças que podem sempre pedir conselhos ao pai/mãe. Aqui não temos isso. Temos de ser independentes por conta própria.’

### DO ESTUDO PILOTO:



As/os jovens em processo de autonomia consideram ser importante estar preparados para uma vida independente. Desejam:

- Ser capazes de desenvolver todas as competências práticas necessárias, como cozinhar, limpar, saber usar a máquina de lavar, etc. antes de saírem do acolhimento
- Saber como gerir o seu dinheiro, pagar contas, abrir uma conta bancária e obter ajuda financeira, etc.
- Receber conselhos e orientações como aceder a habitações seguras, bem conservadas e acessíveis
- Ter um alojamento numa localização adequada a outros aspetos da sua vida, como sejam a proximidade do trabalho, do local de estudo, e/ou das/os amigos e família
- Conhecer as oportunidades educativas disponíveis e receber o apoio necessário para poder aceder a esses recursos e equipamentos
- Saber como cuidar de si e como ter acesso aos serviços de saúde quando necessário
- Ter apoio na procura ativa de emprego para conseguirem estabilidade económica e ser membros produtivos da sociedade

Como mencionámos anteriormente, é necessário trabalhar com a/o jovem durante o Plano de Intervenção Individual, analisando em conjunto os aspetos considerados importantes. Os seguintes **temas/questões** devem ser incluídos para ajudar a criar um quadro de referência que garanta que os **aspetos relevantes da vida das/dos jovens são abordados na avaliação geral e no processo de planeamento** durante e após a saída.

**Esses temas/questões incluem:**

- A. Saúde e bem-estar**
- B. Desenvolvimento pessoal**
- C. Família e amigos**
- D. Educação e emprego**
- E. Habitação**
- F. Competências práticas**
- G. Dinheiro**
- H. Direitos e legislação**

Lembre-se, o Plano de Intervenção Individual implica também a **identificação e o trabalho com outras organizações e pessoas envolvidas** que têm um papel a desempenhar no processo, como por exemplo magistradas/os e procuradoras/es, respetivas/os técnicos gestores das equipas de assessoria aos tribunais ou das comissões de proteção, as/os profissionais de habitação e educação, os serviços de saúde, empregadores/as. O seu papel será também o de ajudar a estabelecer ligações e agir em defesa dos seus direitos, ajudando as/os jovens a construir relações com essas organizações e pessoas.

Esta secção do *Guia Prático* foca-se nos principais ‘temas’ que devem ser considerados no Plano de Intervenção Individual.










## **A. SAÚDE E BEM-ESTAR**

O tema Saúde e Bem-estar não se refere apenas às necessidades físicas da/ do jovem, mas, também, de modo particular, ao seu bem-estar e saúde emocional. O isolamento social, a solidão e situações traumáticas da infância são fatores que podem ter impacto no bem-estar emocional e na saúde mental de jovens em transição para a autonomia.

As/os jovens devem continuar a receber apoio e orientações sobre a sua saúde durante este período que pode ser, para muitos, demasiado stressante. As/os profissionais de apoio devem trabalhar com profissionais de saúde de forma a garantir que a/o jovem continue a ter acesso quando estiver já fora do acolhimento.

Uma das funções da equipa técnica e responsáveis é obter um entendimento completo acerca das necessidades físicas e emocionais de cada jovem com o objetivo de garantir o seu bem-estar. Para isso, devemos incentivar todas/as jovens a confiar noutros colegas e a desenvolver uma rede de amizade.

### Passos a serem dados na preparação para a autonomia e de apoio após a saída:







	Todos os Planos de Intervenção Individual devem ter em conta as necessidades de saúde das/dos jovens e de que forma estas necessidades poderão ser satisfeitas. Analisar com as/os jovens quaisquer problemas de saúde que possam ter agora ou no futuro.
	Garantir que a/o jovem está inscrito no centro de saúde e no dentista, e que está seguro e capaz de aceder aos serviços quando necessitar.
	Se a/o jovem tem um problema de saúde, identificar quem é responsável por assegurar que as suas necessidades são satisfeitas.
	Verificar se as/os jovens podem aceder aos serviços comunitários, como aconselhamento e orientação, para melhorar o seu bem-estar emocional.
	Conhecer se as/os jovens podem aceder facilmente aos serviços de atendimento especializado, como serviços de saúde mental para jovens e para pessoas adultas.
	Identificar se existe um serviço de suporte especializado disponível em caso de danos pessoais ou risco de suicídio? Como aceder a este serviço?
	Existem serviços de apoio ao uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas, adequados às circunstâncias individuais das/dos jovens? Como se acede a esse serviço?
	Existe um serviço de saúde sexual e reprodutiva disponível para consultas de emergência? Como se acede a esse serviço?
	Promover um estilo de vida saudável, com cuidados sobre a sua dieta alimentar e a prática de exercício físico.



## B. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

O desenvolvimento pessoal refere-se aos interesses, opiniões, comportamentos, atitudes, estilos de vida e valores da/do jovem. Apoiar a/o jovem a tomar decisões que afetam a sua vida é uma forma de contribuir para o desenvolvimento da sua identidade pessoal.

### Passos a serem dados na preparação para a autonomia e de apoio após a saída:

-  Ajudar a/o jovem a melhorar as suas competências interpessoais e a sua autoestima. Ensinar a estabelecer limites no seu comportamento e a tomar decisões importantes. Agir como um exemplo positivo, incentivando, apoiando e criando novas oportunidades.
-  Ajudar a/o jovem a identificar e a desenvolver as suas competências, aptidões e hobbies. Facilitar o acesso à cultura, à arte e a qualquer outro hobby que seja do seu interesse.
-  Incentivar a/o jovem a participar em novas oportunidades e experiências que melhorem a confiança e desenvolvam as competências sociais, incluindo atividades em grupo, como as caminhadas ou os acampamentos.
-  Partilhar interesses sobre livros, filmes, desporto ou música para estimular o interesse da/do jovem e melhorar o seu relacionamento com outras pessoas.
-  Verificar se têm dinheiro e oportunidades suficientes para garantir uma vida social, encontrarem-se com as/os amigos e colegas, e desenvolver redes de suporte social positivas.
-  Atuar contra a exclusão social e o isolamento, que afetam a saúde mental e física e o bem-estar emocional, ajudando a/o jovem a aceder de forma gratuita ou com desconto a instalações de lazer, desporto, transportes públicos, etc., sempre que possível.

## C. FAMÍLIA E AMIZADES






Como para qualquer jovem, **é muito importante manter um bom relacionamento com a família e ter uma boa rede de pares e amigas/os**. Muitas vezes, as/os jovens voltam para casa da família depois de saírem do acolhimento, mesmo que durante pouco tempo e pelas mais variadas razões. Contudo, desta forma podem ter de ser confrontados com problemas mal resolvidos que podem comprometer a sua experiência de acolhimento se não tiverem sido atempadamente trabalhados ainda durante a fase do acolhimento.

As/os jovens geralmente podem ter uma imagem idealizada da sua família de origem, mantendo visões e expectativas por vezes conflituosas e contraditórias. O desejo natural de retorno à família e as questões sobre a sua própria identidade fazem com que procurem o regresso a casa aparentemente desvalorizando as circunstâncias que os levaram ao sistema de acolhimento. No entanto, é possível que a/o jovem tenha situações traumáticas não resolvidas, algum relacionamento problemático com um membro da família ou simplesmente que não entenda as razões pelas quais foi para acolhimento, o que pode levar a expectativas irrealistas, a menos que sejam geridas de forma adequada. E isto pode levar a futuras situações de conflito, colapso e rejeição.

É crucial garantir que as/os jovens sejam totalmente apoiados para que possam entender e gerir adequadamente os relacionamentos com pai/mãe e outros familiares.

Consequentemente é necessário que as/os jovens recebam apoio tanto quanto possível para abordar e resolver os problemas que continuam a ter com as suas famílias, durante o processo de autonomia e após a saída do acolhimento. Da mesma forma, é essencial que as famílias sejam preparadas para o regresso da/do jovem, sempre e muito em especial se o período de acolhimento tiver sido longo, o contacto com a família tenha sido esporádico e/ou o relacionamento se tenha deteriorado.








**Passos a serem dados na preparação para a autonomia e de apoio ao período pós-acolhimento:**

- |   |  |
|---|--|
|    | Providenciar apoio emocional, incluindo lidar com quaisquer problemas e conflitos do passado, ajudar nos relacionamentos, redes sociais e amizades.  |
|    | Apoiar o contacto da/do jovem com pai/mãe/outras pessoas cuidadoras, desde que seja seguro, no seu superior interesse e seja algo que deseja fazer. Agir como mediador/a e ajudar a/o jovem a entender e a dar sentido ao relacionamento com a sua família.                                |
|    | Criar oportunidades para as/os jovens receberem apoio de colegas pares com experiência no processo de autonomia – pode surgir de uma rede já existente de jovens que estiveram em acolhimento.   |
|  | Contribuir para a criação de uma identidade pessoal positiva, ajudando na compreensão do seu relacionamento com os membros da família, apoiando-os no desenvolvimento de amizades, relacionamentos e redes de suporte social positivas. Ajudá-lo a conhecer o seu passado e a sua cultura. |
|  | Incentivar a participação em diversas atividades sociais (desportos, arte, etc.) com outras/os jovens, com o objetivo de desenvolver competências interpessoais e aumentar a confiança.  |

## D. EDUCAÇÃO E EMPREGO

Um aspeto que aumenta a motivação da/do jovem é ajudá-lo a criar uma visão sobre o seu futuro assente no desenvolvimento de um plano exequível para alcançá-lo. Além disso, **ter um emprego adequado ou ir à escola pode melhorar a sua identidade, resiliência e autoestima**. É essencial analisar as opções de emprego e de educação para que a/o jovem tenha todas as informações relevantes para tomar uma decisão.







### Passos a serem dados na preparação para a autonomia e de apoio ao período pós-acolhimento:

- |   |  |
|---|--|
|    | Entrar em contacto com centros de formação e instituições de ensino (superior ou outras) e ajudar a criar oportunidades para a sua frequência.                                   |
|  | Incentivar a/o jovem a prosseguir os estudos ou a formação e a identificar as opções mais adequadas para si.   |
|  | Ajudar a/o jovem a aceder a oportunidades formativas através, por exemplo, do preenchimento de formulários e a solicitar bolsas de estudos.                                      |
|  | Assegurar que a/o jovem recebe apoio adicional se, por exemplo, não conseguir atingir resultados positivos na escola ou tiver problemas de literacia ou numeracia, entre outros. |
|  | Incentivar a/o jovem a encontrar emprego, se assim o desejar, e a identificar as opções mais apropriadas.  |
|  | Ajudar na empregabilidade da/do jovem, como por exemplo, apoiá-lo no preenchimento de candidaturas ou a preparar-se para entrevistas de emprego.                                 |
|  | Desenvolver redes de suporte social e contactos com empresas que oferecem estágios, oportunidades de emprego ou de carreira para jovens autonomizados.                           |

## E. HABITAÇÃO

**Uma habitação segura, estável e sustentável** é essencial durante a transição para a independência. Ter um local onde ficar pode não ser o suficiente: a/o jovem, como qualquer outra pessoa, quer ter um alojamento onde se sinta confortável e seguro, sendo este um aspeto muito importante quando se trata de apoiar a encontrar trabalho ou a prosseguir estudos.

**Passos a serem dados na preparação para a autonomia e de apoio ao período pós-acolhimento:**

-  Verificar se possuímos os recursos necessários para responder às necessidades de habitação da/do jovem e envolvê-lo no processo de seleção da sua habitação. Entre outros aspetos, é necessário considerar a localização, com quem divide a casa, se terá um quarto individual, etc.
-  Verificar se o alojamento é seguro e está adequadamente mobilado.
-  Ter em atenção a localização: está perto do local onde a/o jovem estuda ou trabalha?
-  Verificar se a/o jovem pode pagar o preço do arrendamento e as contas e se sabe fazer as leituras dos consumos, efetuar pagamentos, etc.
-  Proporcionar oportunidades práticas para a/o jovem aprender a gerir o seu orçamento pessoal e a evitar dívidas.
-  Negociar a possibilidade de a/o jovem, ocasionalmente, retornar à casa de acolhimento para jantar ou dormir uma noite, participar num evento, celebrar uma ocasião especial, etc.. Isto permite que a/o jovem mantenha um sentido de lugar e de identidade com o local e o ajude a superar situações de exclusão ou solidão. Um bom plano de autonomia deve considerar os relacionamentos e é essencial que as/os jovens mantenham contacto com as/os seus cuidadoras/es quando se tornarem independentes.

## F. COMPETÊNCIAS PRÁTICAS

Crianças e jovens que viveram em acolhimento tendem geralmente a ser mais privados do que outros relativamente a algumas experiências de aprendizagem em que podem desenvolver competências práticas necessárias para a vida independente. Entre essas competências estão as compras, a culinária, a limpeza, etc. **Nenhum/a jovem deveria deixar o acolhimento sem o apoio e as competências necessárias para que a transição seja bem-sucedida.** Cuidadoras/es e profissionais de todas as organizações devem garantir, tal como o fariam com os seus próprios filhos e filhas, que a/o jovem sai do acolhimento com todas as competências necessárias. Portanto, o período de preparação deve incorporar a aprendizagem destas competências. Deve verificar-se se as/os jovens têm o apoio não apenas para desenvolver estas competências para a vida num ambiente de apoio, mas também a testá-las com apoio.







### Passos a serem dados na preparação para a autonomia e de apoio ao período pós-acolhimento:

- |   |  |
|---|--|
| ✓ | Oferecer apoio contínuo para tarefas da vida diária e outras do quotidiano após deixarem o acolhimento.  |
| ✓ | <p>Proporcionar à/ao jovem oportunidades para a aquisição e desenvolvimento de todas as competências práticas necessárias antes de deixar o acolhimento. Disponibilizar apoio contínuo nessas e outras competências para a vida quando se autonomizar. Entre essas competências estão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ir às compras</li> <li>• Comer de forma saudável e cozinhar</li> <li>• Limpar</li> <li>• Fazer reparações domésticas básicas</li> <li>• Lavar a roupa</li> <li>• Organizar o seu espaço pessoal, os seus materiais, prever a divisão da gestão com colegas, assumir a responsabilidade de execução de tarefas (planear e organizar uma refeição, uma visita, receber os colegas no seu espaço, entre outras rotinas da vida diária)</li> </ul> |

## G. DINHEIRO

Um número significativo de jovens saídos do acolhimento acaba por enfrentar situações de pobreza e/ou dificuldades económicas e, ao contrário de outras/os jovens, na maioria das vezes, não têm uma rede segura e o apoio direto e sustentado das suas famílias.





### Passos a serem dados na preparação para a autonomia e de apoio ao período pós-acolhimento:

- |   |   |
|---|---|
|    | Assegurar que a/o jovem recebe todo o apoio financeiro necessário, incluindo benefícios e apoios sociais a que tem direito.   |
|    | Analisar quais os apoios e os benefícios sociais disponíveis para apoiar a/o jovem a fazer a sua candidatura com sucesso a esses apoios e benefícios.   |
|  | No caso de se manter a estudar, ajudá-lo a candidatar-se e assegurar que recebe, as bolsas de estudos adequadas.  |
|  | Apoiar a/o jovem no desenvolvimento de competências de gestão do orçamento. Antes de sair do acolhimento, a/o jovem deve conhecer o custo dos consumos de bens essenciais e outros: comida, roupas, serviços, arrendamento, transportes, etc. |
|  | Verificar se a/o jovem tem dinheiro suficiente para praticar os hobbies e vestir-se adequadamente, a fim de promover uma identidade saudável e de reduzir o estigma e a exclusão social.  |
|  | Ajudar a abrir uma conta bancária e a aceder ao sistema financeiro.   |

## H. DIREITOS E LEGISLAÇÃO

Verifique se a/o jovem conhece plenamente os seus direitos e quaisquer aspetos legais que possam afetá-lo em geral e especificamente após a passagem pelo sistema de acolhimento.

**Passos a serem dados na preparação para a autonomia e de apoio ao período pós-acolhimento:**

- |   |   |
|---|---|
|    | Verificar se a/o jovem possui uma cópia da sua certidão de nascimento e outros documentos pessoais importantes. |
|    | Ajudar a/o jovem a solicitar o documento de identidade pessoal e outros que sejam necessários.                  |
|   | Verificar se a/o jovem está registado e tem acesso ao sistema de saúde, benefícios sociais, etc.                |
|  | Se a/o jovem tiver algum processo judicial pendente, verificar se tem acesso a um representante legal.          |



### Ponto de Ação:


É importante que a/o jovem tenha sempre uma cópia do seu Plano de Intervenção Individual, para ter certeza de que as suas necessidades serão atendidas no futuro e saber quem são as pessoas que irão dar apoio nas diferentes áreas da sua vida.



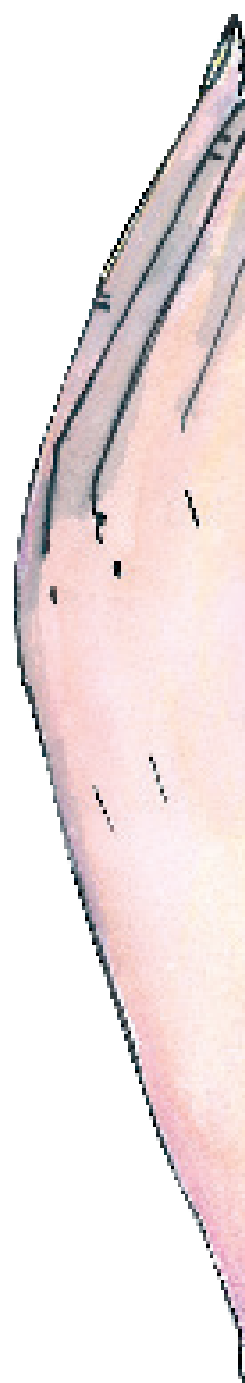
## I. REVER O PLANO DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL COM REGULARIDADE

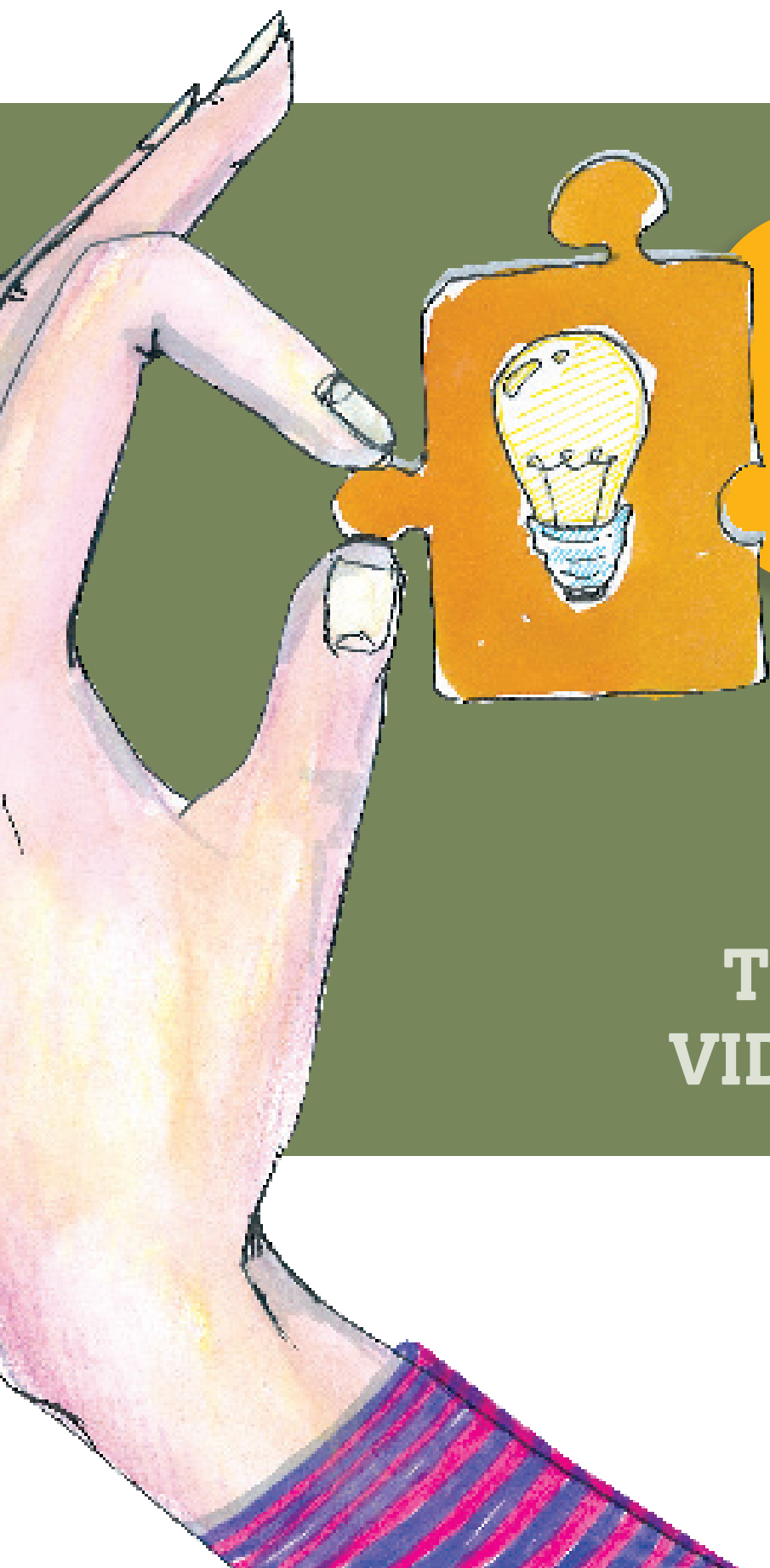
O Plano de Intervenção Individual inicial elaborado com cada jovem não é definitivo. **É muito provável que a situação da/do jovem mude em certas ocasiões** (por exemplo na saúde, desenvolvimento pessoal, educação, emprego...). Por várias razões, os objetivos originais podem não ter sido cumpridos e as aspirações e prioridades podem mudar ao longo do tempo

Portanto, a/o cuidador/a e/ou educador/a de referência, em conjunto com a equipa técnica de profissionais, nomeadamente a pessoa gestora de caso externa **devem rever regularmente o Plano de Intervenção Individual** – conforme previsto na lei – com a/o jovem para garantir que este ainda corresponde completamente à realidade e que as mudanças necessárias são, de facto, implementadas atempadamente. É fundamental entrar em contacto com organizações e profissionais envolvidas nos processos para verificar se as suas responsabilidades são ajustadas com base nas mudanças que forem identificadas como necessárias.



**A revisão regular do Plano de Intervenção Individual não só é uma imposição que decorre da lei como é de grande utilidade fora da estrutura regular, se necessário, sob proposta da/do jovem, da/do cuidador/a e/ou educador/a de referência, e ou de outras pessoas interessadas.**





SECÇÃO

12

SAÍDA D  
ACOLHIMENTO  
TRANSIÇÃO PARA  
VIDA INDEPENDENT

## SAÍDA DO ACOLHIMENTO E TRANSIÇÃO PARA A VIDA INDEPENDENTE

‘Cada pessoa reage de maneira diferente; todos constroem a sua própria independência’.

‘Antes de tudo, conquistar a independência deve ser considerado como um processo no qual se podem ir vendo como estão a correr as etapas. E se a pessoa está preparada para a autonomia. É importante que, se a/o jovem não se sentir preparado, haja pelo menos uma pessoa ao seu lado, para que não tropece automaticamente e caia’.

- Este *Guia Prático* enfatiza a necessidade de apoiar as/os
- jovens **após a saída do acolhimento** para garantir que
- têm apoio contínuo e as oportunidades necessárias à
- entrada na idade adulta. Esse apoio é tão importante
- quanto o processo de preparação e o Plano de
- Intervenção Individual.

O Plano de Intervenção Individual, elaborado por profissionais em conjunto com cada jovem, deve continuar a ser desenvolvido durante o processo de transição para a independente, caso a/o jovem assim o deseje e autorize. Esta secção analisa os aspetos específicos a serem considerados quando a/o jovem sai do acolhimento.

## 1. AVANÇANDO PARA A INDEPENDÊNCIA

É importante considerar e compreender a noção de ‘independência’. Para todas/os nós, a realidade diária de uma ‘vida independente’ requer uma certa ‘*inter*dependência’ sob a forma de um leque vasto de:

- Boas relações interpessoais
- Bom apoio social
- Boa rede de amigas e amigos

Muitos de nós pensamos que somos independentes – por isso, responsáveis por decidir sobre o que afeta a nossa vida – apesar de invariavelmente recorrermos a apoio e aconselhamento de familiares, filhas e filhos, colegas, amigas e amigos, por diversas vezes. As/os jovens em acolhimento podem não ter essas redes de apoio, por isso é necessário estabelecer relacionamentos positivos e redes profissionais e sociais durante o processo de preparação para uma ‘vida independente’.

## 2. RELAÇÕES CONTÍNUAS


**‘Com 18 anos não estamos preparadas e preparados para ser completamente independentes... Não nos deixem sozinhos! Aos 18 anos é muito cedo para que um/a jovem tenha de deixar o acolhimento, devemos poder esperar até terminarmos os estudos e encontrarmos um emprego e alguma estabilidade. Precisamos da ajuda das/dos nossos educadores para a procura de uma casa e de um emprego, e eles também são importantes para nos ensinarem a gerir dinheiro, não podemos fazer isso sozinhos. Após a autonomia, recomendamos que os educadores que trabalharam com o jovem continuem a apoiá-lo – em tutoria – em tarefas práticas (pagamento de contas, abertura de uma conta bancária, etc.) e em termos emocionais: dando conselhos, iniciando uma conversa... gostaríamos também que as/os cuidadores de referência permanecessem connosco até sermos completamente independentes, além dos 18 anos de idade, até terminarmos a escola ou o estágio. A solidão é muito difícil.’<sup>20</sup>**

As/os jovens que saíram do acolhimento referem que se costumam sentir abandonados, por isso devemos atuar no sentido de evitar essa situação. A maioria das/dos jovens deseja continuar a ter uma ligação e um relacionamento construtivo com alguém que os possa guiar, apoiar e assistir depois de deixarem o acolhimento. É, pois, essencial poder **manter uma relação contínua com a pessoa de referência** ou ter alguém que o possa substituir quando essa pessoa não estiver disponível.

**A forma atenciosa** como o apoio contínuo e as recomendações são dadas é fundamental e só será benéfico para a/o jovem se existir uma **relação positiva e construtiva com a pessoa de referência**.

No entanto, há situações em que jovens decidem, desde o início, que não querem prolongar o contacto com a Casa de acolhimento. Este é um direito seu que tem de ser respeitado e cumprido, pode ser que mudem de ideia quando a independência se tornar uma realidade, ou quando surgirem problemas, e então sentirem que precisam de ajuda de alguma forma. Deste modo, é necessário que as **pessoas de referência garantam às/aos jovens que os podem procurar a qualquer momento**, mesmo se passados vários anos, e que esta iniciativa será bem-vinda.

**Há evidências de que, muitas vezes, as pessoas de referência e outras/os especialistas de apoio à autonomia deixam de ajudar a/o jovem alguns meses após a saída. É de vital importância que, como qualquer um que sai da casa da família, os direitos da/do jovem em acolhimento sejam cumpridos e seja prestado um apoio mais longo, das mais variadas formas; este é um direito seu.**



A figura de um/a jovem com experiência em acolhimento que **atua como mentor/a** pode ser de grande ajuda no combate à exclusão e à solidão. Além disso, pode servir como ligação para o acesso a outras redes de suporte (ver a Secção 9 para obter mais informações sobre a figura do/a mentor/a).

### 3. ACESSO CONTÍNUO A SERVIÇOS E APOIO PÓS-ACOLHIMENTO

A facilidade no acesso a serviços de apoio após a saída do acolhimento é central para garantir o progresso das/dos jovens. Novamente, **devemos colocar ênfase na individualidade** e nas necessidades e preocupações de cada jovem. A maturidade não tem um percurso suave e linear e os indicadores reportados às áreas de desenvolvimento – psicoemocional e prático – podem ter de ser revistos por um certo período após a saída.

Mais uma vez, há um maior contributo através do **trabalho em conjunto com outras associações e organizações** e profissionais com o objetivo de garantir apoio às necessidades materiais e ao desenvolvimento contínuo de competências de cada jovem. Por exemplo, dois dos aspetos que mais frequentemente preocupam as/os jovens é o facto de não terem uma casa e não terem uma estabilidade económica, o que pode afetar negativamente o seu bem-estar emocional. É necessário garantir oportunidades para que as/os jovens tenham o apoio financeiro necessário para cobrir as suas necessidades básicas de habitação, alimentação, transporte e vestuário. Além disso, devem ser apoiados na gestão destes aspetos de forma independente.



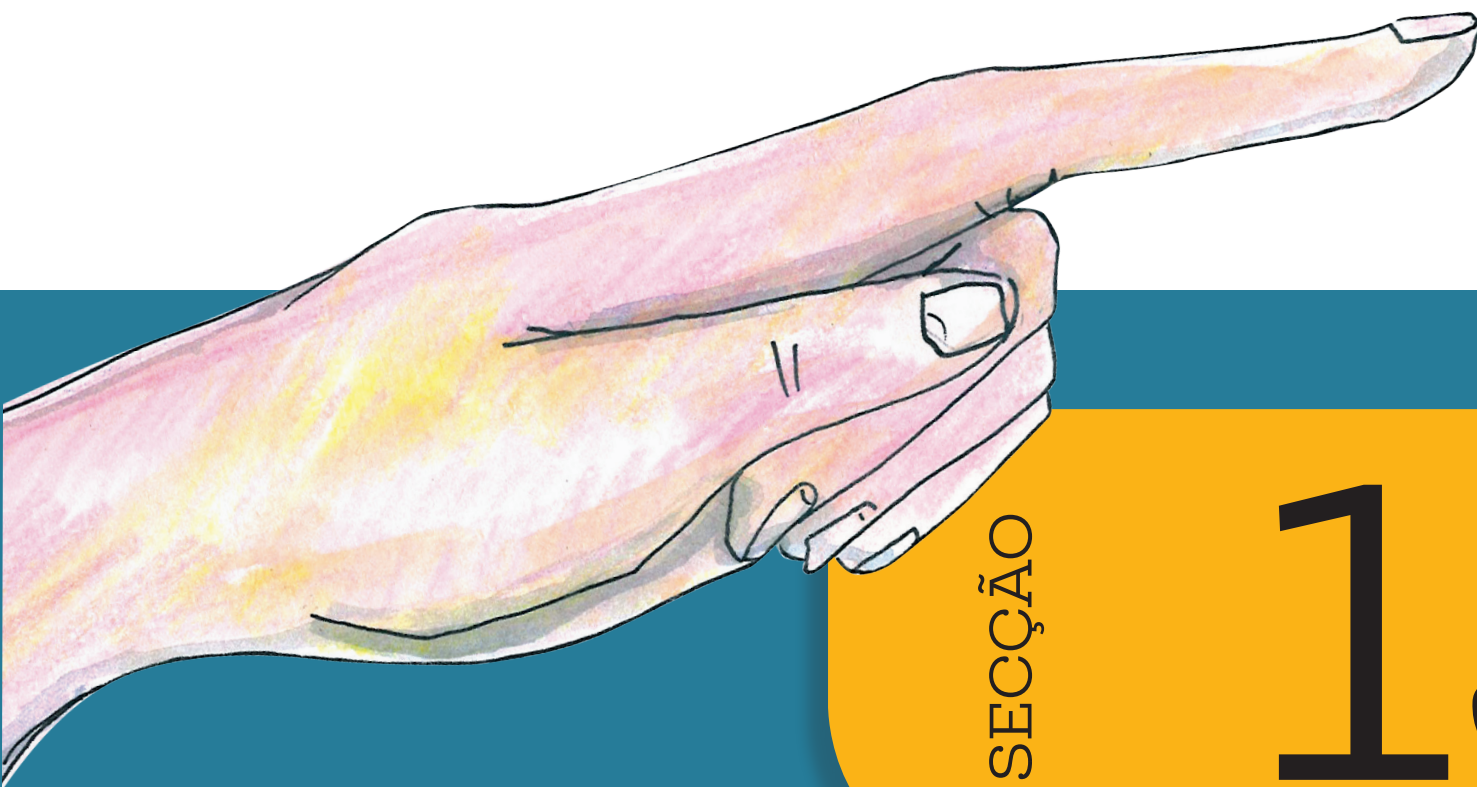
#### Ponto de ação:

As/os jovens têm os recursos materiais suficientes? Caso contrário, que aspetos podem ser modificados e como podemos promover essa mudança?

Finalmente, é importante lembrar que o processo de construção da autonomia será, em larga medida, influenciado pela forma bem-sucedida como todos os aspetos do trabalho de preparação forem levados a cabo, incluindo os que estão relacionados com a aprendizagem de competências práticas. Há todos os motivos para **verificar frequentemente se a preparação está a ser apropriada**, especialmente quando as necessidades e circunstâncias da/do jovem se alteram.







SECÇÃO

13

ADVOCACY  
PROMOÇÃO D.  
MUDANÇ.

# ADVOCACY E PROMOÇÃO DA MUDANÇA

- **O estudo piloto que permitiu o desenvolvimento deste *Guia Prático* (ter como referência a Secção 3) identificou uma necessidade de modificar o processo de autonomia em vários países. Essas mudanças requeridas incluem o fortalecimento de:**
- **1. Leis e Políticas**
- **2. Recolha de dados/informação**
- **3. Prestação de serviços e recursos**
- **4. Competência das/dos profissionais**
- **5. Supervisão e avaliação**
- **6. Promoção de ações positivas**

Os principais intervenientes, incluindo as crianças e jovens nos cuidados alternativos, bem como as que saíram do sistema de acolhimento, cuidadoras/es, outras/os profissionais, pais e mães, familiares e profissionais dos cuidados alternativos podem ser poderosos promotores e defensores da mudança. Podem trabalhar em equipa ou individualmente para contactar as autoridades e associações competentes responsáveis pela implementação direta ou indireta dessas mudanças.



## Ponto de ação:

Em que medida cuidadoras/es e profissionais responsáveis estão cientes das suas responsabilidades para com as/os jovens em autonomia? Há áreas em que as/os profissionais se sentem desconfortáveis ou se sentem insuficientemente formados? Em caso afirmativo, quais são e como podem ser abordadas?

Esta secção elenca algumas das principais áreas destacadas durante o estudo piloto e que precisam ser modificadas no sistema e nos serviços de acolhimento. Apresenta também algumas palavras sobre promover e defender melhorias.

## 1. ADVOCACY PARA FORTALECIMENTO E MUDANÇA DE LEIS A POLÍTICAS

DO ESTUDO-PILOTO:



Cada país participante no estudo piloto pretende a garantia de um processo de autonomização baseado na defesa dos direitos das/dos jovens, disponível para todos aqueles e aquelas que se encontrem em transição para a autonomia e vida independente, com acesso igualitário a todo o apoio necessário, acesso a serviços e outros benefícios capazes de responder às suas necessidades, expectativas e circunstâncias. Observou-se que isso exige mudanças na legislação e nas políticas que promovam alterações positivas na construção da autonomia, incluindo uma maior afetação de recursos a esta área. Isto pode envolver também ações como a extensão da idade legal/sociojurídica em que se atinge a autonomia bem como do período em que é disponibilizado apoio individual. Da mesma forma, também deveria ser mandatado, através do processo legislativo e do desenvolvimento de políticas públicas, a expansão do acesso obrigatório a todos os serviços necessários e benefícios, ao desenvolvimento de um trabalho intersectorial que potencie a capacidade e o conhecimento das/dos profissionais.

É necessário estabelecer uma estrutura legal apropriada que providencie orientação, recomendações e mandato às/aos profissionais responsáveis pela promoção e proteção da infância e juventude, incluindo os que estão envolvidos em processos de construção da autonomia em cuidados alternativos. Em conjunto com as/os jovens, todas/os as/os profissionais de apoio devem promover e defender as mudanças necessárias na legislação, regulamentação e políticas, identificando as questões e procedimentos atuais que não funcionam bem e onde precisam ser melhorados.

## 2. RECOLHA DE DADOS

DO ESTUDO-PILOTO:



O estudo piloto concluiu que os governos centrais, regionais e as autoridades locais falham em reunir e analisar regularmente informações quantitativas e qualitativas sobre as crianças e jovens em acolhimento, jovens que passaram pelo acolhimento e jovens em processo de autonomia. É necessária uma mudança para incentivar as organizações oficiais e outras entidades a planear os recursos com maior precisão, a oferecer um processo de construção da autonomia com melhor qualidade, e a implementarem mecanismos de monitorização, supervisão e avaliação regulares de finalidades e objetivos de implementação.

Para informar o desenvolvimento de leis e políticas, o governo central, as autarquias locais e as associações não-governamentais precisam de **informações rigorosas e creíveis**. Para isso, os sistemas nacionais, regionais e locais devem seguir um processo rigoroso na recolha sistemática de dados quantitativos e qualitativos. Por exemplo, esses dados são fundamentais quando trabalhamos de forma a melhorar os resultados de crianças e jovens em acolhimento e processo de autonomização, medindo a sua situação e progresso, bem como sobre o funcionamento dos sistemas de promoção e proteção da infância e juventude como um todo. Informações rigorosas e fundamentadas ajudam na alocação de recursos financeiros, humanos e outros onde mais são necessários. Como intervenientes principais, jovens e profissionais dos cuidados alternativos podem contribuir significativamente para a identificação, recolha e análise dessas informações.

### 3. COMPROMISSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RECURSOS

DO ESTUDO-PILOTO:



Jovens e profissionais apontam a importância do processo de construção da autonomia independentemente da localização geográfica. Inclui a consistência na qualidade do planeamento e do apoio contínuo, a facilitação em todas as etapas de preparação, transição e autonomia. Significa que deve ser assegurado um acesso igualitário aos serviços e aos recursos, incluindo os de educação, alojamento, emprego e outros direitos, em todo o território nacional.

**O acesso a uma gama de serviços gerais e individualizados** é essencial para as/os jovens. Para garantir um acesso mais equitativo a serviços de qualidade e obter o apoio financeiro ou outros recursos, é necessário defender e promover mudanças para garantir que quem legisla e tem influência nas decisões políticas nacionais, regionais e locais tenham acesso a informações precisas que detalhe as lacunas e os desafios e faça pressão para a mudança.

## 4. CAPACITAÇÃO DAS/DOS PROFISSIONAIS

### DO ESTUDO-PILOTO:



Os resultados do estudo-piloto mostram que há uma necessidade urgente em fortalecer e manter as competências e conhecimentos de todas/os as/os profissionais e cuidadores para uma resposta plena às necessidades das/dos jovens em processo de autonomia. Os resultados também sugerem que as/os profissionais, além de conhecerem as competências práticas do seu trabalho, devem ter fortes competências de comunicação e a capacidade de criar e manter relacionamentos emocionais e de confiança com as/os jovens.

A experiência de cada jovem em deixar o acolhimento depende da capacidade das/dos profissionais responsáveis no apoio durante o processo. Não apenas cuidadoras/es de referência, mas também todos os outras/os profissionais devem contribuir para uma abordagem multissetorial do processo de autonomia. Por esse motivo, **é importante que estes profissionais sejam capacitados para tomar esta responsabilidade e este investimento em formação formal e informal como uma prioridade.**

Seguindo o exemplo do estudo-piloto neste *Guia Prático*, as/os jovens podem e devem ter um papel ativo na identificação de conhecimentos, competências e atitudes relevantes que considerem ser importantes que as/os profissionais envolvidos no processo tenham. Por sua vez, as/os profissionais também têm um papel a desempenhar ao informar as pessoas responsáveis pelos cursos de formação sobre as competências e conhecimentos concretos que requerem.

## 5. SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO SISTEMÁTICAS

Sistemas eficazes de monitorização, supervisão e avaliação são **essenciais para entender o que está em realização e o que está a ser alcançado, como está a ser alcançado e que falhas e desafios ainda persistem.** Deve incluir, por exemplo, uma revisão regular dos Planos de Intervenção Individual e o acompanhamento individual das crianças e jovens, assim como dos processos sistemáticos e serviços providenciados em acolhimento. Mais uma vez, como intervenientes principais, jovens e cuidadoras/es têm um papel significativo na defesa do uso sistemático da monitorização, supervisão e avaliação contínua desses processos.

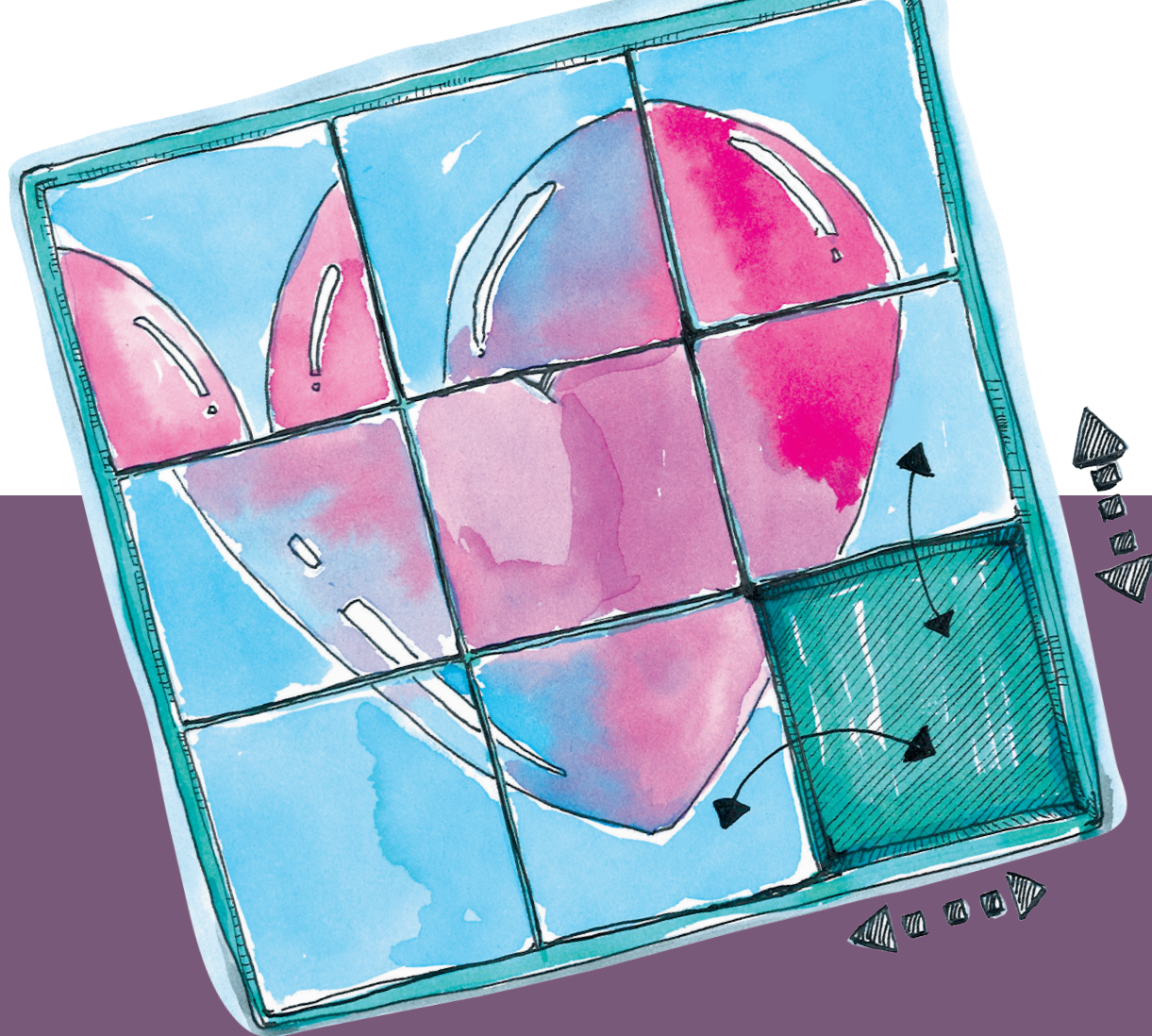
## 6. PROMOÇÃO DE AÇÕES POSITIVAS

Estigmatização e discriminação de crianças e jovens nos cuidados alternativos podem afetar a qualidade das suas vidas. Tais atitudes negativas, seja por parte de profissionais ou por parte de qualquer outra pessoa/entidade, precisam de ser abordadas. **Isso exige que todas/os nós participemos ativamente na promoção de atitudes positivas e contestemos as atitudes negativas.**

## 7. DEFESA E PROMOÇÃO DE MUDANÇAS POSITIVAS

Por fim, é necessário lembrar que todas/os desempenhamos um papel importante na **defesa e promoção de uma mudança positiva** nos sistemas e serviços de cuidados alternativos e de proteção à infância e juventude. É uma contribuição vital para garantir que crianças e jovens em acolhimento tenham o melhor apoio possível durante o acolhimento, o período de transição e a independência.

Anexos



ANEXO

# ANEXO 1: MANUAL 'DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS CUIDADOS ALTERNATIVOS ÀS CRIANÇAS'

A base principal para a compreensão dos direitos das crianças nos cuidados ou em risco de separação da família é a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). No entanto, para a operacionalização dos princípios estabelecidos na CDC nesta matéria, foram estabelecidas as **Diretrizes das Nações Unidas (ONU) sobre os Cuidados Alternativos à Criança**<sup>21</sup>, doravante designadas por Diretrizes. As diretrizes foram aprovadas por consenso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2009 e fornecem orientação oficial sobre a implementação dos direitos da criança sob a égide da CDC.

Embora não sejam vinculativas, as Diretrizes fornecem recomendações para melhorar políticas e práticas enfatizando a responsabilidade dos Estados no estabelecimento de uma estrutura legal que regule o registo, a autorização e a supervisão do sistema de acolhimento.

Um aspeto importante das Diretrizes diz respeito à formação e apoio de grupos profissionais/comunidades de práticas para garantir que adquiram os conhecimentos e desenvolvam as competências relevantes para possibilitar a prestação de cuidados alternativos com a melhor qualidade possível. Por exemplo, as/os profissionais devem ser capazes de incentivar a participação ativa, devem perceber a necessidade de respeitar as opiniões das crianças e jovens em decisões que afetam a sua vida, e devem informá-los sobre os seus direitos e apoiar o seu desenvolvimento pleno.



As Diretrizes e as suas implicações para as políticas e as práticas podem ser sumariadas com referência a alguns princípios básicos e abordagens:

## PRINCÍPIO DA ‘NECESSIDADE’

As Diretrizes mencionam claramente que ‘a família é o núcleo fundamental da sociedade e o ambiente natural para o crescimento, o bem-estar e a proteção das crianças’ e que ‘os esforços devem ter como objetivo principal garantir que a criança permaneça sob ou retorne aos cuidados dos seus pais/mães ou, se for o caso, de outras pessoas próximas’. Portanto, o princípio da ‘necessidade’ refere-se a:

- Um processo de avaliação sustentada (parte do processo de promoção e proteção) que deve existir para avaliar se realmente é necessária uma resposta formal de acolhimento. Nessa fase, devem ser encontradas soluções no superior interesse da criança e, sempre que possível, evitar a retirada e preservar a criança no seu núcleo familiar.
- Nenhuma criança deve entrar nos cuidados alternativos quando a família pode ser apoiada nos seus cuidados parentais.
- Retirar do ambiente familiar deve ser a medida de último recurso.
- O fortalecimento familiar deve ser disponibilizado para prevenir a separação e promover a reintegração após o período de acolhimento.

## PRINCÍPIO DA ‘ADEQUAÇÃO’

- É apenas depois de a ‘necessidade’ de acolhimento ser definida que devem ser providenciados cuidados que respondam às necessidades, expectativas e circunstâncias específicas de cada criança.
- Todas as opções de cuidados alternativos devem atender aos padrões de qualidade, respeitar e promover os direitos das crianças e garantir os cuidados adequados e individualizados para cada criança.
- Cada país deve disponibilizar um leque de opções adequadas de cuidados alternativos.

## SUPERIOR INTERESSE DA CRIANÇA

- Todos os processos de tomadas de decisão relativos à ‘necessidade’ e ‘adequação’ devem ter o compromisso de participação efetiva e de determinação, caso a caso, de quais são os superiores interesses da criança.

## GAMA DE OPÇÕES

- Toda a criança é diferente, o tamanho único não serve para todos! É necessário disponibilizar uma ampla gama de opções para apoio familiar e cuidados alternativos (familiar e residencial), apropriado e justado às necessidades de cada caso.

## PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

- As Diretrizes são direcionadas a questões de discriminação que causam o encaminhamento da criança para os cuidados alternativos, e que podem afetá-la enquanto se encontra dentro do sistema.
- A pobreza nunca deve ser o fator principal que determina a necessidade de cuidados alternativos.
- As Diretrizes reforçam que a separação familiar não pode resultar de discriminação baseada na etnia, religião, sexo ou deficiência mental ou física.
- As Diretrizes comprometem-se a defender o princípio da não discriminação em todas as fases da participação da família ou da criança no sistema de acolhimento ou nos serviços sociais. Quando é necessário apoio, todas as crianças e as suas famílias devem ter acesso igual aos serviços, independentemente do seu estatuto ou das suas circunstâncias.

Nota: Para aceder ao texto original completo das Diretrizes e ao Manual complementar ‘*Moving Forward: Implementing the ‘Guidelines for the Alternative Care of Children’*’, ver:

<http://www.alternativecareguidelines.org/>

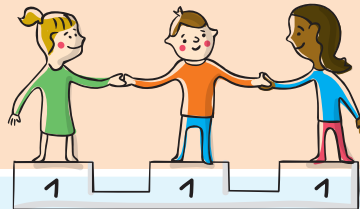
## ANEXO 2

## “EU TENHO DIREITOS!”

ALDEIAS  
DE CRIANÇAS SOSConvenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança  
versão adaptada para jovens

**1** A Convenção aplica-se a todas as crianças e jovens menores de 18 anos.

**2** Todas as crianças têm direitos, independentemente de quem são, onde moram, do trabalho da mãe/pai, do idioma que falam, da religião, se são rapaz ou rapariga, da cultura que praticam, se sofrem de alguma deficiência ou se são pobres ou ricos.



**3** Quando as pessoas adultas tomam decisões, devem pensar na forma como essas podem afetar as crianças.

**4** O Estado tem a responsabilidade de proteger os direitos da criança e ajudar a família a garanti-los. Neste sentido, deve ser criado um ambiente que permita o crescimento e desenvolvimento das potencialidades da família.

**5** A família tem a responsabilidade de ajudar a criança a exercer os seus direitos e a garantir que sejam cumpridos.

**6** Todas as crianças têm direito à vida.

**7** Todas as crianças têm o direito a um nome, que deve ser reconhecido pelo Estado, e a ter uma nacionalidade (ser membro de um país).

**8** Todas as crianças têm direito a uma identidade (um registo oficial que informa quem são) e ninguém pode roubá-lo.

**9** Todas as crianças têm o direito a viver com a mãe/pai, a menos que seja prejudicial para a criança; e de viver com uma família que cuida.

**10** Se a criança vive num país diferente do país do pai/mãe, tem o direito de conhecê-los e juntar-se a eles.

**11** Todas as crianças têm o direito à proteção contra o sequestro.



**12** Todas as crianças têm o direito de expressar livremente a sua opinião e que as pessoas adultas a ouçam e a tomem em consideração.

**13** Todas as crianças têm o direito a receber informações e partilhar os seus pensamentos conversando, desenhando, escrevendo ou de qualquer outra forma, a menos que seja prejudicial para elas próprias ou que ofenda outras pessoas.

**14** Todas as crianças têm o direito a escolher a sua religião e as suas crenças. As mães/pais podem aconselhar sobre o que é melhor.

**15** Todas as crianças têm o direito a escolher as suas amigas e de se encontrarem com outras pessoas, desde que não seja prejudicial.

**16** Todas as crianças têm o direito à privacidade.

**17** Todas as crianças têm o direito a aceder a informações importantes para o seu bem-estar através da rádio, jornais, livros, internet e outras mídias. As pessoas adultas devem garantir que as informações sejam adequadas e ajudá-las a entendê-las.

**18** Todas as crianças têm o direito a serem educadas pelos pais/mães, sempre que possível.

**19** Todas as crianças têm direito a proteção contra abusos físicos ou mentais.

**20** Todas as crianças têm direito a proteção e apoio especializado, se não puderem viver com os pais/mães.



**21** Todas as crianças têm o direito a ser cuidadas e protegidas em caso de adoção ou acolhimento.

**22** Todas as crianças refugiadas (que tiveram a obrigação de deixar o seu país e ir morar para outro país) têm direito a proteção e apoio especiais, além dos direitos incluídos nesta Convenção.

**23** Todas as crianças têm direito a educação e cuidados especiais, se forem portadores de deficiência, além de todos os direitos nesta Convenção, para poder viver uma vida completa.

**24** Todas as crianças têm direito a receber os melhores cuidados médicos possíveis, a ter acesso a água potável, boa higiene e comida, e a saber como ter uma vida saudável.

**25** Todas as crianças em acolhimento residencial ou outra resposta fora da sua casa têm o direito de avaliar regularmente os respetivos cuidados para garantir que estes sejam os mais adequados.

**26** Todas as crianças têm o direito a receber apoio do Estado em caso de pobreza ou necessidades.

**27** Todas as crianças têm o direito a receber apoio em alimentos, roupas e habitação para garantir as suas necessidades básicas. Todas as crianças devem ter as mesmas possibilidades.

**28** Todas as crianças têm o direito a receber uma educação de qualidade e de terem apoio nos seus estudos até ao nível mais elevado possível.



**29** A educação que todas as crianças recebem deve ajudá-las a desenvolver as suas competências. Da mesma forma, deve facilitar a convivência pacífica e respeitosa com o meio ambiente e com outras pessoas.

**30** Todas as crianças têm o direito a praticar a sua própria cultura, língua e religião ou outra da sua escolha. As minorias étnicas têm direito a ter proteção especial.

**31** Todas as crianças têm o direito a brincar e descansar.



**32** Todas as crianças têm o direito a receber proteção contra qualquer trabalho perigoso para a sua saúde ou que as impeça de ir à escola. Todas as crianças que trabalham têm o direito de estar seguras e serem pagas de forma justa.

**33** Todas as crianças têm direito a proteção contra drogas e tráfico de substâncias.

**34** Todas as crianças têm direito a proteção contra o abuso sexual.

**35** Ninguém pode sequestrar ou vender crianças.

**36** Todas as crianças têm direito a proteção contra qualquer forma de exploração (ninguém se pode aproveitar e tirar partido de qualquer criança).

**37** Ninguém pode tratar as crianças de forma cruel ou prejudicial.

**38** Todas as crianças têm direito a **PROTEÇÃO** e ficarem à parte de guerras. Crianças menores de 15 anos de idade não podem ser forçadas a ingressar no exército ou a participar em combates.

**39** Todas as crianças têm o direito a receber apoio se tiverem sofrido danos, discriminação ou abuso.

**40** Todas as crianças têm o direito a receber apoio jurídico justo que garanta os seus direitos pelo sistema judicial.

**41** Para além da Convenção, se no país de origem existirem outras leis que possam ser aplicadas em qualquer caso que afete as crianças, a mais favorável prevalecerá sempre.



**42** Todas as crianças têm o direito de conhecer os seus direitos! As pessoas adultas devem ajudá-las a conhecê-los.



**43 a 54** Estes artigos explicam como os governos e as organizações internacionais, como as Aldeias de Crianças SOS e a UNICEF, devem trabalhar juntas de forma a garantir que os direitos das crianças são protegidos.

A Children's Villages International SOS agradece à UNICEF a permissão do uso do seu texto adaptado para crianças e jovens neste documento.

unicef

Para mais informações, visite  
[www.sos-childrensvillages.org](http://www.sos-childrensvillages.org)

ALDEIAS  
DE CRIANÇAS SOS

# ANEXO 3: ARTIGOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

(Adotado e proclamado pelas Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948)

- Artigo 1** Direto à Igualdade
- Artigo 2** Contra a Discriminação
- Artigo 3** Direito à vida, liberdade e segurança pessoal
- Artigo 4** Contra a escravidão
- Artigo 5** Contra tortura e maus-tratos
- Artigo 6** Direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica
- Artigo 7** Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei
- Artigo 8** Direito de recorrer aos tribunais
- Artigo 9** Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado
- Artigo 10** Direito de ser ouvido por um tribunal imparcial
- Artigo 11** Direito à presunção de inocência
- Artigo 12** Contra a interferência do Estado na vida privada
- Artigo 13** Direito à livre circulação e emigração
- Artigo 14** Direito de asilo
- Artigo 15** Direito a uma nacionalidade
- Artigo 16** Direito ao casamento
- Artigo 17** Direito de propriedade individual e coletiva
- Artigo 18** Direito à liberdade de pensamento, consciência e religião
- Artigo 19** Direito à liberdade de opinião e expressão
- Artigo 20** Direito à liberdade de reunião e associação pacífica
- Artigo 21** Direito de participar no governo, diretamente ou através de representantes livremente escolhidos
- Artigo 22** Direito à segurança social e, em geral, a uma economia decente
- Artigo 23** Direito ao trabalho e remuneração equitativa

- Artigo 24** Direito ao tempo livre, incluindo férias pagas
- Artigo 25** Direito a um padrão de vida adequado
- Artigo 26** Direito à educação
- Artigo 27** Direito à cultura e progresso científico
- Artigo 28** Direito a uma ordem internacional que respeite os direitos humanos
- Artigo 29** Deveres do indivíduo para com a comunidade
- Artigo 30** A Declaração nunca pode ser interpretada contra os direitos que proclama

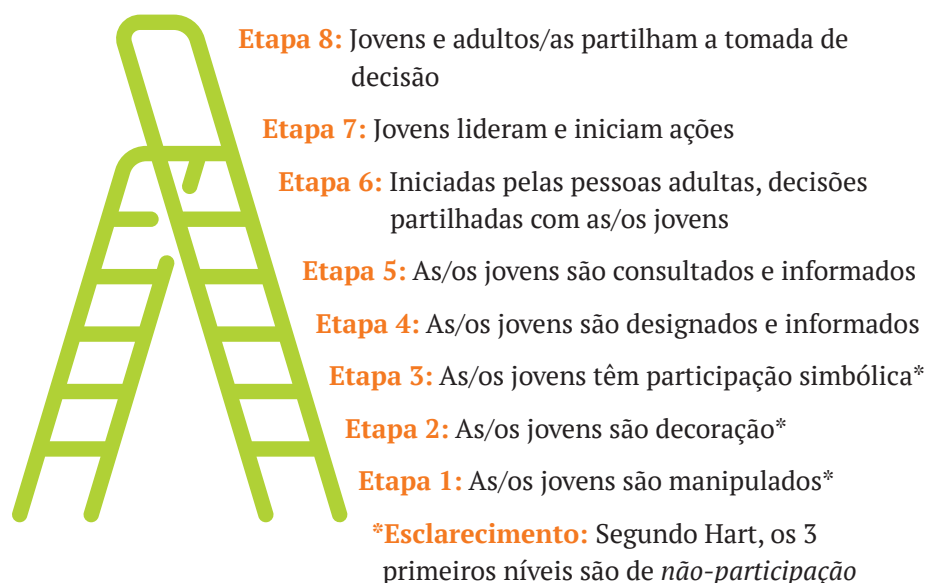
Reproduzido com permissão: Copyright © 1998, Human Rights Educators' Network Amnesty International, USA Human Rights Resource Centre, ISBN 0-929293-39-8, First Edition, 1998; Second Printing, 1999

## ANEXO 4: MODELOS DE PARTICIPAÇÃO

- Hoje existem vários modelos para descrever os fatores que determinam a participação, plena e genuína das crianças e jovens em processo de tomada de decisão. De entre estes, destacam-se três, provavelmente os mais conhecidos. Vale a pena analisá-los pois cada um apresenta uma perspectiva diferente que pode ajudar-nos a avaliar com que eficácia permitimos que crianças e jovens tenham voz na tomada de decisões sobre as suas vidas.

### I. A ESCADA DE PARTICIPAÇÃO, DE HART

Roger Hart desenvolveu a ideia da escada, em 1992, e decidiu incluí-la no texto em 'Children's Participation: The Theory and Practice of Involving Young Citizens in Community Development and Environmental Care'<sup>1</sup>, publicado em 1997. O modelo de uma escada simples é prático revelando como as crianças sobem cada degrau para aumentar a sua participação.



1 [https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/childrens\\_participation.pdf](https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/childrens_participation.pdf)

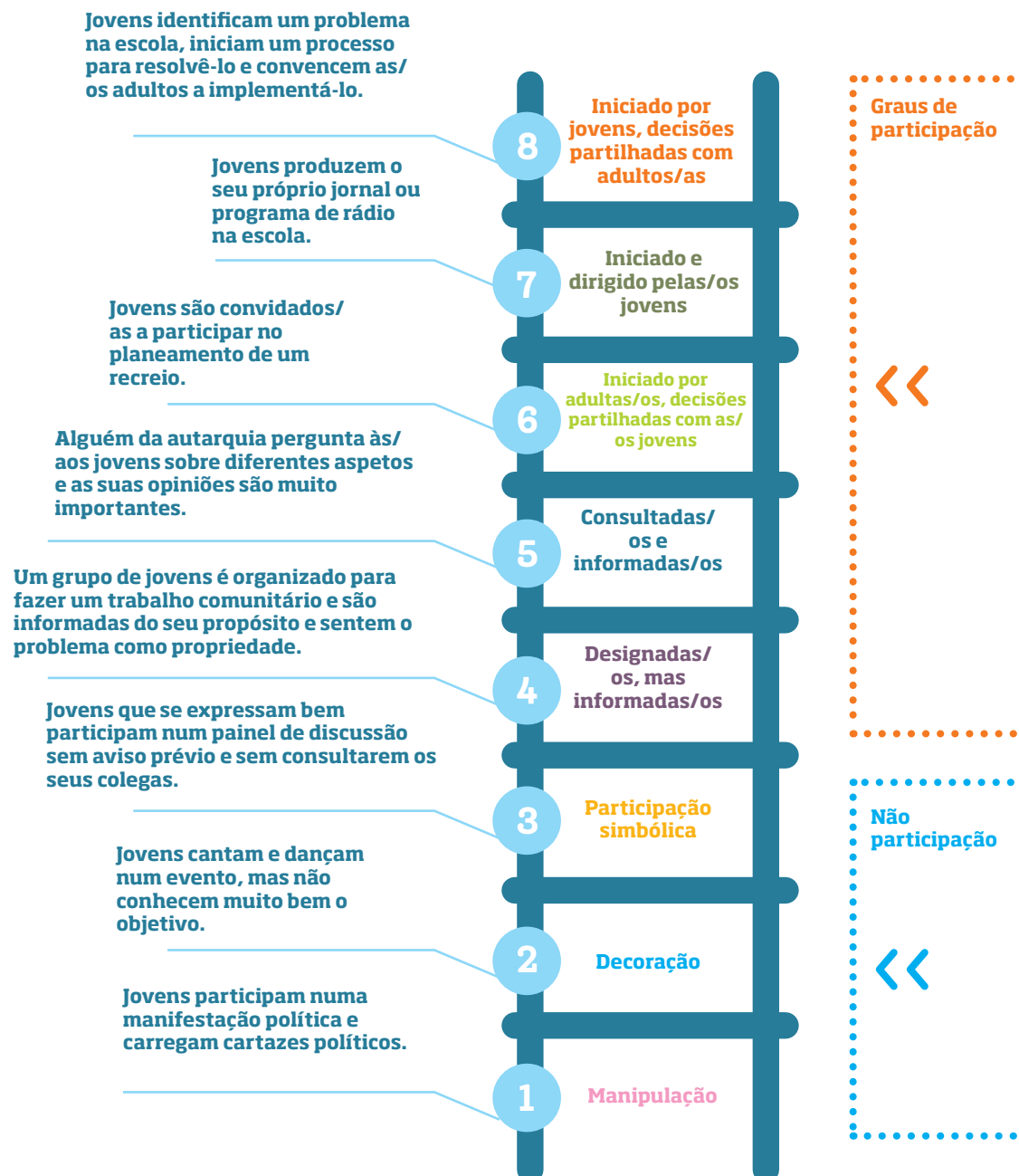
## A ESCADA INCORPORA OITO NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO:

8. **Iniciado por jovens, decisões partilhadas com adultas/os:** acontece quando os projetos ou os programas são iniciados pelas/os jovens, e a tomada de decisões é partilhada entre jovens e pessoas adultas.
7. **Iniciado e dirigido pelas/os jovens:** este nível verifica-se quando crianças e jovens concebem e implementam um projeto ou programa e os adultos têm apenas um papel de apoio.
6. **Iniciado pelas pessoas adultas, decisões partilhadas com as/os jovens:** neste caso, o projeto ou programa é iniciado por adultas/os, mas a tomada de decisão é realizada em conjunto com as/os jovens.
5. **Consultadas/os e informadas/os:** ocorre quando as/os jovens dão conselhos sobre os programas ou projetos elaborados e dirigidos por adultas/os. As/os jovens são informados sobre como a sua opinião afetará o resultado na tomada de decisão.
4. **Designadas/os, mas informadas/os:** crianças e jovens têm uma função específica e conhecem o como e o porquê do seu envolvimento no projeto.
3. **Participação simbólica\*:** é quando as/os jovens parecem ter voz, mas na verdade não têm escolha sobre o que fazem ou como participam.
2. **Decoração\*:** refere-se a projetos nos quais crianças e jovens participam de forma indireta.
1. **Manipulação\*:** ocorre quando adultas/os usam as/os jovens para defender uma causa e fingem que foram inspirados por eles.

**\*Nota:** Hart considera estes três últimos passos como graus de *não-participação*.

## FIGURA 2 EXEMPLO DE INTERPRETAÇÃO DO MODELO DE HART

### Exemplos



Esta ilustração foi retirada de:

[http://www.eycb.coe.int/compasito/chapter\\_5/10.html](http://www.eycb.coe.int/compasito/chapter_5/10.html)



## II. OS CAMINHOS PARA A PARTICIPAÇÃO, DE SHIER

Em 2001, Harry Shier sistematizou as ideias de Hart num novo modelo que considera cinco níveis de participação, em torno de 15 questões, que servem como ferramenta para o planeamento da participação.

Tabela 2 – As questões do modelo de Shier:

Nível da Participação	Tipo de Participação	Aberturas	Oportunidades	Obrigações
<b>5</b>	As crianças/jovens partilham poder e responsabilidade na tomada de decisões	Como pessoas adultas estamos prontos para partilhar parte do nosso poder com as crianças/jovens?	Há uma metodologia que permita que adultas/os e crianças/jovens partilhem poder e responsabilidade na tomada de decisões?	Existe uma política interna da organização estabelecida que exija que adultas/os e crianças/jovens partilhem poder e responsabilidade na tomada de decisões?
<b>4</b>	As crianças/jovens são envolvidas/os nos processos de tomada de decisão.	Estamos prontos para permitir que as crianças/jovens participem nos processos de tomada de decisão?	Há uma metodologia que permita que as crianças/jovens participem nos processos de tomada de decisão?	Há uma política estabelecida que exija que as crianças/jovens se envolvam nos processos de tomada de decisão?
<b>3</b>	As opiniões das crianças/jovens são levadas em consideração.	Estamos prontos para levar em conta as opiniões das crianças/jovens?	O nosso processo de tomada de decisão permite que as opiniões das crianças/jovens sejam levadas em consideração?	Há uma política estabelecida que exija que as opiniões das crianças/jovens tenham o peso certo na tomada de decisões?
<b>2</b>	As crianças/jovens são apoiadas/os para expressarem as suas opiniões.	Estamos prontos a apoiar as crianças/jovens a expressarem as suas opiniões?	Temos várias metodologias e atividades para ajudar as crianças/jovens a expressarem as suas opiniões?	Existe uma política estabelecida que exija o apoio às crianças/jovens para que possam expressar as suas opiniões?
<b>1</b>	As crianças/jovens são ouvidas/os.	Estamos prontos para ouvir as crianças/jovens?	Trabalhamos de uma forma que nos permita ouvir as crianças/jovens?	Existe uma política estabelecida que exija que tenhamos que ouvir as crianças/jovens?

Este modelo é uma ferramenta muito útil para reflexão, tanto para profissionais que trabalhem com crianças individuais ou famílias, e uma ferramenta mais vasta para guiar a comunidade em geral em processos que envolvem crianças. No vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v=K00Ww2MLjF8>). Harry Shier explica como usar essa ferramenta.

### III. MODELO DE PARTICIPAÇÃO, DE LUNDY, BASEADO NOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

Laura Lundy desenvolveu um modelo de participação que é amplamente utilizado hoje na União Europeia. Lundy disse que a VOZ não é suficiente para que as crianças participem de forma plena. De facto, há que atender a quatro fatores para facilitar a sua participação.

- **ESPAÇO:** As crianças/jovens devem ter a oportunidade de expressar a sua opinião
- **VOZ:** As crianças/jovens devem ser apoiadas para expressarem a sua opinião
- **AUDIÊNCIA:** A sua opinião deve ser ouvida
- **INFLUÊNCIA:** Quando possível, devemos agir de acordo com a sua opinião

O digrama a seguir tem como fonte o site da União Europeia, para mais informações sobre o modelo de participação de Lundy: [http://ec.europa.eu/justice/fundamental-rights/files/lundy\\_model\\_child\\_participation.pdf](http://ec.europa.eu/justice/fundamental-rights/files/lundy_model_child_participation.pdf)

É uma ferramenta que mostra algumas das questões relevantes para este modelo.

## Espaço

**COMO:** Fornecer um espaço seguro e inclusivo para as crianças e jovens expressarem os seus pontos de vista

- As opiniões das crianças e jovens foram ativamente solicitadas?
- Há um lugar seguro onde as crianças e jovens pudessem expressar-se livremente?
- Foram tomadas medidas para garantir que todas as crianças e jovens pudessem participar?

## Voz

**COMO:** Fornecer as informações corretas e facilitar as crianças e jovens na expressão das suas opiniões

- As crianças e jovens têm as informações necessárias para criarem a sua própria opinião?
- As crianças e jovens sabem que não é obrigatório participar?
- As crianças e jovens sabem que têm e podem escolher entre várias opções para expressarem?

## Audiência

**COMO:** Garantir que as opiniões das crianças sejam comunicadas a alguém com a responsabilidade de as escutar

- Há um processo para comunicar os pontos de vista de crianças e jovens?
- As crianças e jovens sabem a quem estão a comunicar os seus pontos de vista?
- Essa pessoa tem o poder de tomar decisões?

## Influência

**COMO:** Assegurar que as opiniões das crianças e jovens são levadas a sério e com atitudes quando apropriado

- A opinião das crianças/jovens foi considerada por pessoas com autoridade para conseguir mudanças?
- Há procedimentos para garantir que as opiniões das crianças sejam levadas a sério?
- Os motivos das decisões tomadas foram explicados às crianças e jovens?

## BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

- Arnau–Sabates, L., & Gilligan, R. (2015). What helps young care leavers to enter the world of work? Possible lessons learned from an exploratory study in Ireland and Catalonia. *Children and Youth Services Review*, 53, 185-191.
- Barnardo's (2014). *Someone to care: Experiences of leaving care*. Ilford: Barnardo's
- Care Inquiry (2013). *Making not breaking: Building relationships for our most vulnerable children*. London: House of Commons  
Disponível em: <http://www.nuffieldfoundation.org/sites/default/files/files/Care%20Inquiry%20-%20Full%20Report%20April%202013.pdf>
- Broad, B (2007) *Care Leavers in Transition*, DfES Youth Strategy Review, Leicester: De Montford University  
Disponível em: [http://www.academia.edu/997813/Care\\_leavers\\_in\\_transition](http://www.academia.edu/997813/Care_leavers_in_transition)
- Cashmore, J., & Paxman, M. (2006) Predicting after-care outcomes: The importance of 'felt' security. *Child and Family Social Work*, 11(3), 232-241.
- Duncalf, Z., Hill, L. and McGhee, K. (2013) Still Caring? Supporting Care leavers in Scotland, CELCIS Briefing RS-2013-02.  
Disponível em: <http://www.celcis.org/media/resources/publications/Still-caring-briefing-mar-13.pdf>
- Gilligan, R. (2008). Promoting Resilience in young people in long term care: The relevance of roles and relationships in the domains of recreation and work. *Journal of Social Work Practice*, 22(1), 37-50.
- Holthoff, S & Eichsteller, G. (2009). *Social Pedagogy: The practice*. Every Child Journal, 1(1), 58-63.
- Howe, D. (1995). *Attachment Theory for Social Work Practice*. London: Macmillan.
- Jackson & Cameron (2012) Jackson, Sonia and Cameron, Claire (2012) *Leaving care : looking ahead and aiming higher*. *Children and Youth Services Review*, 34 (6), 1107–1114.
- Dowling et al (2006) *Person-centred planning in social care*. Joseph Rowntree Foundation  
Disponível em: <https://www.jrf.org.uk/sites/default/files/jrf/migrated/files/9781859354803.pdf>
- McGhee, K., Lerpiniere, J., Welch, V., Graham, P. and Harkin B. (2014) *Throughcare and Aftercare Services in Scotland's Local Authorities A National Study*, CELCIS Research Report RR2014:4  
Disponível em: <http://www.celcis.org/media/resources/publications/Throughcare-and-aftercare-in-scotlands-local-authorities.pdf>

- McMurray, I. Connolly, H., Preston-Shoot, M., and Wigley, V. (2011) Shards of the old looking glass: restoring the significance of identity in promoting positive outcomes for looked after children. *Child and Family Social Work*, 16, 210-218.
- Masten, A.S. (2009). Ordinary magic: Lessons from research on resilience in human development. *Education Canada*, 49 (3), 28-32.
- Mendes, P. and Moslehuddin, B. (2006) From Dependence to Interdependence: Towards Better Outcomes for Young People Leaving State Care. *Child Abuse Review*, 15, 110-126.
- Mendes, Johnson & Moslehuddin (2014) Young people transitioning from out-of-home care and relationships with family of origin  
Disponível em: <http://www.waitingchildfund.com/wp-content/uploads/2014/10/Impact-of-Positive-Relationships-with-Relatives.pdf>
- Quinn, N., Davidson, J., Milligan, I., Elsley, S. and Cantwell, N. (2014) Moving Forwards: Towards a rights-based paradigm for young people transitioning out of care. *International Social Work*, 60 (1) 1-16.  
Disponível em: <http://isw.sagepub.com/content/early/2014/10/13/0020872814547439.full.pdf+html>
- Reid, C. (2007) The transition from state care to adulthood: International examples of best practices, *New Directions for Youth Development*, No.113, Spring 2007.
- Reivich, K. and Shatte, A. (2002) *The Resilience Factor*. New York: Three Rivers.
- Ross, E, Welch, V, Withington, R, & McGhee, K. (2017). *In and beyond the care setting: relationships between young people and care workers*. Glasgow: CELCIS.
- Rutter, M. (2000). Children in substitute care: Some conceptual considerations and research implications. *Child and Youth Services Review*, 22(9), 685-703.
- Scottish Care Leavers Covenant (2015) *Supporting Corporate Parents to improve the lives of care leavers*  
Disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/55c07acee4b096e07eeda6e8/t/562790f6e4b0cf8fdb35d5b4/1445433590610/Scottish\\_Care\\_Leavers\\_Covenant.pdf](https://static1.squarespace.com/static/55c07acee4b096e07eeda6e8/t/562790f6e4b0cf8fdb35d5b4/1445433590610/Scottish_Care_Leavers_Covenant.pdf)
- Scottish Executive (2004) *Pathways Handbook*  
Disponível em: <http://www.gov.scot/Resource/Doc/25954/0023747.pdf>

- Scottish Executive (2004) Pathways Materials  
Disponível em: <http://staf.scot/wp-content/uploads/2012/10/Pathways-Materials.pdf>
- Scottish Government, (2013). Staying Put Scotland Guidance  
Disponível em: <http://www.gov.scot/Resource/0043/00435935.pdf>
- Stein, M (1997) What Works in Leaving Care? Summary, Barnardo's Publications
- Wade, J. (2008). The Ties that bind: Support from birth families and substitute families for young people leaving care. *British Journal of Social Work*, 38(1), 39 – 54.

# NOTAS DE FIM

1. Assembleia Geral das Nações Unidas (2009) Diretrizes sobre Cuidados Alternativos às Crianças: Resolução adotada pela Assembleia Geral, 24 de fevereiro de 2010, A/RES/64/142. Disponível em: [http://www.unicef.org/aids/files/UN\\_Guidelines\\_for\\_alternative\\_care\\_of\\_children.pdf](http://www.unicef.org/aids/files/UN_Guidelines_for_alternative_care_of_children.pdf)
2. Conselho da Europa: Comité de Ministros, Recomendação Rec (2005)5 do Comité de Ministros aos Estados Membro sobre os Direitos das Crianças que Vivem em Instituições Residenciais, 16 de março de 2005, Rec (2005)5. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/43f5c53d4.html>
3. Conselho da Europa (2011) Recomendação do Conselho da Europa sobre os direitos das crianças e dos serviços sociais destinados a crianças e famílias. Recomendação CM/Rec (2011)12 do Comité de Ministros aos Estados Membro sobre os direitos das crianças e dos serviços sociais para crianças e famílias (adotado pelo Comité de Ministros em 16 de novembro de 2011 na 1126.ª reunião de Deputados). Disponível em: <https://rm.coe.int/168046ccea>
4. Biehal, N. et al. (1995) Moving on: Young People and Leaving Care Schemes. Her Majesty's Stationery Office, London; Dixon, (2008) Young people leaving care: health, well-being and outcomes. Child and Family Social Work, 13 (2), 207-217; Stein, M. (2008). Resilience and young people leaving care. Child Care in Practice, 14 (1), 35-44. Disponível em: <http://weappsideas.com/redlatam/wp-content/uploads/2016/10/Resilience-and-Young-People-Leaving-Care.pdf> ; Stein, M & Munro, E.R. (eds) (2008) Transitions from Care to Adulthood: International research and practice. London: Jessica Kingsley
5. SOS Children's Villages International (2010) Ageing out of Care: From care to adulthood in European and Central Asian societies. p.6.
6. Conselho da Europa (2014) Garantia dos Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.coe.int/en/web/children/publications>
7. Conselho da Europa (2009) Crianças e Jovens em Acolhimento. Descubra os teus Direitos! Disponível em: <http://www.coe.int/en/web/children/publications>
8. McGhee et al (2014) Throughcare & After-care in Scotland's Local Authorities: National Study. Disponível em: <https://www.celcis.org/files/1814/4050/5854/Throughcare-and-after-care-in-scotlands-local-authorities.pdf>
9. Staying Put Scotland Guidance (SG, 2013). Disponível em: <http://www.gov.scot/Resource/0043/00435935.pdf>

10. Wade, J. (2008) The Ties that bind: Support from birth families and substitute families for young people leaving care. *British Journal of Social Work*, 38(1), 39 – 54.
11. Stein, M. (2012) *Young People Leaving Care*, London: Jessica Kingsley
12. McGhee et al (2014) *Throughcare & After-care in Scotland's Local Authorities: National Study*  
Disponível em: <https://www.celcis.org/files/1814/4050/5854/Throughcare-and-after-care-in-scotlands-local-authorities.pdf>
13. Stein, M. (2012) *Young People Leaving Care*. London: Jessica Kingsley
14. Stein, M. (2012) *Young People Leaving Care*. London: Jessica Kingsley
15. Mendes, P. and Moslehuddin, B. (2006) From Dependence to Interdependence: Towards Better Outcomes for Young People Leaving State Care, *Child Abuse Review* Vol.15: 110-126
16. Para obter mais informações sobre o Trabalho da História de Vida, ver “The Positive Contribution of Life Story Work to Individuals and Carers (2010)”, disponível em: <http://79.170.44.96/lifestorynetwork.org.uk/wp-content/uploads/downloads/2012/11/the-positive-contribution-of-life-story-work-to-individuals-and-carers.pdf>
17. Para obter mais informações sobre o Planejamento centrado na pessoa, aceder a: <https://www.jrf.org.uk/sites/default/files/jrf/migrated/files/9781859354803.pdf> or <http://helensandersonassociates.co.uk/person-centred-practice/maps/>
18. Para mais informações sobre a Rede de Jovens Autonomizados, ver: <http://www.agevolando.org/care-leavers-network/>.
19. Para mais informações sobre o Projeto de Formação de profissionais que trabalham com crianças e jovens em acolhimento, ver: <https://www.sos-childrensvillages.org/what-we-do/quality-care/alternative-care/promoting-standards-of-care/training-of-care-professionals>
20. Informações recolhidas durante um projeto em Itália apoiado pelo the National Ombudsman for Childhood and Adolescence, e implementado pelas SOS Children's Villages International em colaboração com a Universidade de Pádua. Para mais informações, ver Care Leavers Network em: <http://www.agevolando.org/care-leavers-network/>
21. Assembleia Geral das Nações Unidas (2009) Diretrizes sobre Cuidados Alternativos às Crianças: Resolução adotada pela Assembleia Geral, 24 de fevereiro de 2010, A/RES/64/142. Disponível em: [http://www.unicef.org/aids/files/UN\\_Guidelines\\_for\\_alternative\\_care\\_of\\_children.pdf](http://www.unicef.org/aids/files/UN_Guidelines_for_alternative_care_of_children.pdf)







**PREPARAR  
PARA A  
AUTONOMIA**

